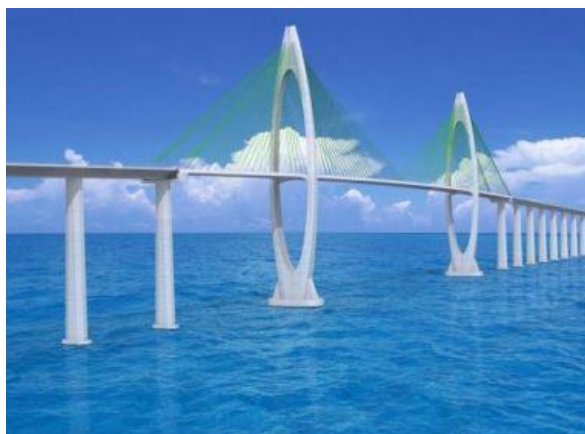


Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/04/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 07 de Abril de 2021 - 22:00

Bahia deposita R\$ 250 milhões em fundo garantidor da Ponte Salvador-Itaparica



O governo da Bahia depositou R\$ 250 milhões, nesta quarta-feira (7), no Fundo Garantidor para Construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste). O recurso é parte do compromisso firmado no contrato, que prevê a implementação, nos próximos cinco anos, a concretização do projeto por meio de uma **Parceria Público-Privada (PPP)**. O equipamento terá 12,4 quilômetros de extensão e é apontado como a maior ponte sobre lâmina d'água da América Latina. O investimento total previsto é R\$ 5,4 bilhões e aporte total do Estado de R\$ 1,5 bilhão.

A construção ficará a cargo do consórcio vencedor da licitação realizada em 2020, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). As obras devem começar no final de 2021, com duração de quatro anos.

A previsão é que sejam gerados aproximadamente oito mil empregos durante a construção do equipamento. Espera-se que o novo equipamento beneficie diretamente 4,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), e indiretamente, mais de 5,4 milhões de baianos em outros 100 municípios do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia.

A previsão, de acordo com estudo realizado com base em metodologia do Banco Mundial, é de que os recursos públicos investidos tenham retorno de até 3,6 vezes quando o equipamento estiver em plena operação. Trata-se, de acordo com o governador Rui Costa, de um equipamento destinado a "trazer forte impulso à economia de todo o Estado, encurtando distâncias e criando um novo eixo de desenvolvimento a partir de Salvador em direção ao Oeste, o que vai gerar mais renda e mais empregos para os baianos durante e após a etapa de obras".

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 07/04/21	



BAHIA FAZ DEPÓSITO DE R\$ 250 MI EM FUNDO GARANTIDOR DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA



admin 7 Abril, 2021

O Governo do Estado depositou R\$ 250 milhões, nesta quarta-feira (7), no Fundo Garantidor para Construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste), como parte do compromisso firmado no contrato que prevê a implementação, nos próximos cinco anos, de um dos mais emblemáticos projetos de **Parceria Público-Privada (PPP)** do país.

O equipamento com 12,4 quilômetros de extensão terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte total do Estado de R\$ 1,5 bilhão.

A previsão, de acordo com estudo realizado com base em metodologia do Banco Mundial, é de que os recursos públicos investidos tenham retorno de até 3,6 vezes quando o equipamento estiver em plena operação.

A construção ficará a cargo do consórcio vencedor da licitação realizada em 2020, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). As obras devem começar no final de 2021, com duração de quatro anos. A previsão é que sejam gerados aproximadamente oito mil empregos durante a construção do equipamento.

Espera-se que o novo equipamento beneficie diretamente 4,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Salvador, e indiretamente, mais de 5,4 milhões de baianos em outros 100 municípios do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Economia
Data: 08/04/2021	Página: --



Bahia faz depósito de R\$ 250 milhões em fundo garantidor da ponte Salvador-Itaparica

Espera-se que o novo equipamento beneficie diretamente 4,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Salvador

Tribuna da Bahia, Salvador

08/04/2021 06:00 | Atualizado há 3 horas e 38 minutos



Foto: Divulgação / GOV BA

Redação

O Governo do Estado depositou R\$ 250 milhões, ontem, no Fundo Garantidor para Construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste), como parte do compromisso firmado no contrato que prevê a implementação, nos próximos cinco anos, de um dos mais emblemáticos projetos de Parceria Público-Privada do país. O equipamento com 12,4 quilômetros de extensão, destinado a ser a maior ponte sobre lâmina d'água da América Latina, terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte total do Estado de R\$ 1,5 bilhão.

A construção ficará a cargo do consórcio vencedor da licitação realizada em 2020, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). As obras devem começar no final de 2021, com duração de quatro anos. A previsão é que sejam gerados aproximadamente oito mil empregos durante a construção do equipamento.

Espera-se que o novo equipamento beneficie diretamente 4,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Salvador, e indiretamente, mais de 5,4 milhões de baianos em outros 100 municípios do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia.

A previsão, de acordo com estudo realizado com base em metodologia do Banco Mundial, é de que os recursos públicos investidos tenham retorno de até 3,6 vezes quando o equipamento estiver em plena operação.

Trata-se, de acordo com o governador Rui Costa, de um equipamento destinado a “trazer forte impulso à economia de todo o Estado, encurtando distâncias e criando um novo eixo de desenvolvimento a partir de Salvador em direção ao Oeste, o que vai gerar mais renda e mais empregos para os baianos durante e após a etapa de obras”.

A ponte contará com duas pistas, cada uma delas com duas faixas e acostamento, e ainda com um trecho estaiado de 860 metros. Após a conclusão da obra, o consórcio chinês ficará responsável pela manutenção e administração do sistema pelos próximos 30 anos.

Com expectativa de atingir um fluxo de 28 mil veículos por dia já no início da operação, a ponte, em Salvador, será acessada na região de Água de Meninos. Na Ilha de Itaparica, a cabeceira do equipamento ficará na região da Gameleira.

A Bahia chega, com a Ponte Salvador-Itaparica, a nove contratos de PPP e 40 de concessões administrativas em execução, totalizando mais de R\$ 15 bilhões em investimentos nesta área. Entre os principais contratos de PPP em vigor estão os do metrô Salvador-Lauro de Freitas e o do Hospital do Subúrbio. Este último foi a primeira PPP em Saúde do Brasil, hoje reconhecida como um projeto de excelência, já tendo obtido quatro premiações internacionais, incluindo o Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 08/04/2021	Página: 02

Tribuna

Aporte

O Governo do Estado depositou R\$ 250 milhões, ontem, no Fundo Garantidor para Construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste), como parte do compromisso firmado no contrato que prevê a implementação, nos próximos cinco anos, de um dos mais emblemáticos projetos de Parceria Público-Privada do país. O equipamento com 12,4 quilômetros de extensão, destinado a ser a maior ponte sobre lâmina d'água da América Latina, terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte total do Estado de R\$ 1,5 bilhão.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 08/04/2021	Página: 04

Tribuna

Bahia faz depósito de R\$ 250 milhões em fundo da ponte

REDAÇÃO

O Governo do Estado depositou R\$ 250 milhões, ontem, no Fundo Garantidor para Construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste), como parte do compromisso firmado no contrato que prevê a implementação, nos próximos cinco anos, de um dos mais emblemáticos projetos de Parceria Público-Privada do país. O equipamento com 12,4 quilômetros de extensão, destinado a ser a maior ponte sobre lâmina d'água da América Latina, terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte total do Estado de R\$ 1,5 bilhão.

A construção ficará a cargo do consórcio vencedor da licitação realizada em 2020, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). As obras devem começar no final de 2021, com duração de quatro anos. A previsão é que sejam gerados aproximadamente oito mil empregos durante a construção do equipamento.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/04/2021	



Bahia faz depósito de R\$ 250 milhões em fundo garantidor da Ponte Salvador-Itaparica

7 abril 2021



O Governo do Estado depositou R\$ 250 milhões, nesta quarta-feira (7), no Fundo Garantidor para Construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste), como parte do compromisso firmado no contrato que prevê a implementação, nos próximos cinco anos, de um dos mais emblemáticos projetos de Parceria Público-Privada (PPP) do país. O equipamento com 12,4 quilômetros de extensão, destinado a ser a maior ponte sobre lâmina d'água da América Latina, terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte total do Estado de R\$ 1,5 bilhão.

A construção ficará a cargo do consórcio vencedor da licitação realizada em 2020, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). As obras devem começar no final de 2021, com duração de quatro anos.

A previsão é que sejam gerados aproximadamente oito mil empregos durante a construção do equipamento. Espera-se que o novo equipamento beneficie diretamente 4,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), e indiretamente, mais de 5,4 milhões de baianos em outros 100 municípios do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia.

A previsão, de acordo com estudo realizado com base em metodologia do Banco Mundial, é de que os recursos públicos investidos tenham retorno de até 3,6 vezes quando o equipamento estiver em plena operação. Trata-se, de acordo com o governador Rui Costa, de um equipamento destinado a “trazer forte impulso à economia de todo o Estado, encurtando distâncias e criando um novo eixo de desenvolvimento a partir de Salvador em direção ao Oeste, o que vai gerar mais renda e mais empregos para os baianos durante e após a etapa de obras”.

Obra

A ponte terá duas pistas, cada uma delas com duas faixas e acostamento, e ainda com um trecho estaiado de 860 metros. Após a conclusão da obra, o consórcio chinês ficará responsável pela manutenção e administração do sistema pelos próximos 30 anos.

Com expectativa de atingir um fluxo de 28 mil veículos por dia já no início da operação, a ponte, em Salvador, será acessada na região de Água de Meninos. Na Ilha de Itaparica, a cabeceira do equipamento ficará na região da Gameleira.

PPP na Bahia

A Bahia chega, com a Ponte Salvador-Itaparica, a nove contratos de PPP e 40 de concessões administrativas em execução, totalizando mais de R\$ 15 bilhões em investimentos nesta área. Entre os principais contratos de PPP em vigor estão os do metrô Salvador-Lauro de Freitas e o do Hospital do Subúrbio. Este último foi a primeira PPP em Saúde do Brasil, hoje reconhecida como um projeto de excelência, já tendo obtido quatro premiações internacionais, incluindo o Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas.

Completam os contratos de PPP em vigor no Estado os de Diagnóstico por Imagem e do Instituto Couto Maia, também na área de saúde, e ainda os da Arena Fonte Nova, do Emissário Submarino de Salvador, do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Subúrbio de Salvador e da BA-052.

Fonte: Ascom/Sefaz

QUE A BAHIA QUEIR SABER
Correio

Brotas concentra maior nº de ganhadores da Nota Premiada na capital



Região mais populosa de Salvador, Brotas também ocupa o primeiro lugar na lista de bairros com maior número de ganhadores na Nota Premiada Bahia. Desde o início, em 2018, 51 moradores de Brotas já foram contemplados na campanha de cidadania fiscal que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes de toda a Bahia.

Em segundo lugar no ranking de bairros da capital com mais participantes premiados está a Pituba, com 43 ganhadores. Na terceira posição, com 27 ganhadores cada, Cabula e

Cajazeiras aparecem empatados. A quarta posição é ocupada pelo Imbuí, com 26 premiados, e a quinta por Pernambués, com 21 contemplados.

Na sexta posição está a Federação, com 19 ganhadores. Em seguida, aparecem São Marcos, com 17, e Itapuã, com 16. Empatados na nona posição, com 15 contemplados cada, estão Boca do Rio e Caminho das Árvores. O top-10 se encerra com quatro bairros empatados na décima posição, cada qual com 14 ganhadores: Piatã, Rio Vermelho, São Cristóvão e Stella Maris.

Participação

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado.

É muito simples concorrer aos prêmios da Nota Premiada Bahia e ajudar as instituições filantrópicas do Sua Nota é um Show de Solidariedade. Basta se cadastrar uma única vez no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal sempre que for às compras, frequentar restaurantes, fazer pedidos de delivery ou abastecer em estabelecimentos baianos.

Todos os meses, a campanha sorteia um prêmio de R\$ 100 mil e 90 prêmios de R\$ 10 mil. Além disso, também ocorre o sorteio do prêmio especial, que contempla um único participante com R\$ 1 milhão. O próximo sorteio especial será realizado em 30 de junho, e vai considerar os bilhetes de compras realizadas entre março de 2019 e maio deste ano.

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/04/2021	



Brotas concentra maior número de ganhadores da Nota Premiada Bahia na capital

7 abril 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Região mais populosa de Salvador, Brotas também ocupa o primeiro lugar na lista de bairros com maior número de ganhadores na Nota Premiada Bahia. Desde o início, em 2018, 51 moradores de Brotas já foram contemplados na campanha de cidadania fiscal que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes de toda a Bahia.

Em segundo lugar no ranking de bairros da capital com mais participantes premiados está a Pituba, com 43 ganhadores. Na terceira posição, com 27 ganhadores cada, Cabula e Cajazeiras aparecem empatados. A quarta posição é ocupada pelo Imbuí, com 26 premiados, e a quinta por Pernambués, com 21 contemplados.

Na sexta posição está a Federação, com 19 ganhadores. Em seguida, aparecem São Marcos, com 17, e Itapuã, com 16. Empatados na nona posição, com 15 contemplados cada, estão Boca do Rio e Caminho das Árvores. O top dez se encerra com quatro bairros empatados na décima posição, cada qual com 14 ganhadores: Piatã, Rio Vermelho, São Cristóvão e Stella Maris.

Como participar

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado.

É muito simples concorrer aos prêmios da Nota Premiada Bahia e ajudar as instituições filantrópicas do Sua Nota é um Show de Solidariedade. Basta se cadastrar uma única vez no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal sempre que for às compras, frequentar restaurantes, fazer pedidos de delivery ou abastecer em estabelecimentos baianos.

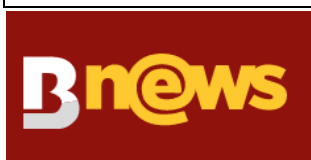
Todos os meses, a campanha sorteia um prêmio de R\$ 100 mil e 90 prêmios de R\$ 10 mil. Além disso, também ocorre o sorteio do prêmio especial, que contempla um único participante com R\$ 1 milhão. O próximo sorteio especial será realizado em 30 de junho, e vai considerar os bilhetes de compras realizadas entre março de 2019 e maio deste ano.

Solidariedade

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Bocão News	
Data: 08/04/21	



SALVADOR

Brotas concentra maior número de ganhadores da Nota Premiada Bahia na capital



08 de Abril de 2021 às 06:15

Por: Elói Corrêa/GOVBA Por: Redação BNews

Região mais populosa de Salvador, Brotas também ocupa o primeiro lugar na lista de bairros com maior número de ganhadores na Nota Premiada Bahia. Desde o início, em 2018, 51 moradores de Brotas já foram contemplados na campanha de cidadania fiscal que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes de toda a Bahia.

Em segundo lugar no ranking de bairros da capital com mais participantes premiados está a Pituba, com 43 ganhadores. Na terceira posição, com 27 ganhadores cada, Cabula e Cajazeiras aparecem empatados. A quarta posição é ocupada pelo Imbuí, com 26 premiados, e a quinta por Pernambués, com 21 contemplados.

Na sexta posição está a Federação, com 19 ganhadores. Em seguida, aparecem São Marcos, com 17, e Itapuã, com 16. Empatados na nona posição, com 15 contemplados cada, estão Boca do Rio e Caminho das Árvores. O top dez se encerra com quatro bairros empatados na décima posição, cada qual com 14 ganhadores: Piatã, Rio Vermelho, São Cristóvão e Stella Maris.

Como participar

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado.

É muito simples concorrer aos prêmios da Nota Premiada Bahia e ajudar as instituições filantrópicas do Sua Nota é um Show de Solidariedade. Basta se cadastrar uma única vez no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal sempre que for às compras, frequentar restaurantes, fazer pedidos de delivery ou abastecer em estabelecimentos baianos.

Todos os meses, a campanha sorteia um prêmio de R\$ 100 mil e 90 prêmios de R\$ 10 mil. Além disso, também ocorre o sorteio do prêmio especial, que contempla um único participante com R\$ 1 milhão. O próximo sorteio especial será realizado em 30 de junho, e vai considerar os bilhetes de compras realizadas entre março de 2019 e maio deste ano.

Solidariedade

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

SEFAZ ANUNCIA QUE 100 % DOS SEUS SERVIÇOS SERÃO DIGITAIS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário estadual da Fazenda, **Manoel Vitório**, anunciou a digitalização de todos os serviços prestados ao cidadão, possibilitando acompanhar o andamento do pedido pela internet até o término de todo o processo. Como respaldo à projeção de **Manoel Vitório**, não só a necessidade de distanciamento, mas também os avanços das novas tecnologias ajudam a entender a média de nove mil solicitações mensais aos mais de 100 serviços digitais oferecidos pela Secretaria.

Acessando www.sefaz.ba.gov.br, o baiano chega à Carta de Serviços ao Cidadão, com a inclusão recente de 36 itens, tendo como pressuposto a desburocratização, migrando-se atividades presenciais para o ambiente virtual, ajudando, assim, a evitar contágio. - O contribuinte faz sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado - simplificou o secretário **Manoel Vitório**.

acompanhada de outras iniciativas, como a divulgação dos canais de atendimento da Fazenda, como o Fale conosco e o centro de chamadas pelo número 0800 0710071. Num período de três meses, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, foram 27,1 mil solicitações de serviços, tendo como líder a emissão de documento de **arrecadação** estadual (DAE), respondendo por três mil pedidos, e vice, as notas fiscais avulsas, 2,4 mil. Também estão entre os serviços mais solicitados os parcelamentos, restituição de débito e pedido de cálculo de Imposto de Transmissão Causa Mortis (**ITD**), além de Doação de Quaisquer Bens e Direitos.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, ITD

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

IMPOSTO DE RENDA Pouco mais de 1/3 dos contribuintes enviou declaração

atarde.com.br/economia

TRANSPORTE O primeiro trecho da Ferrovia da Integração Oeste-Leste, entre Ilhéus e Caetitê, será leiloado hoje, às 14h, na Bolsa de Valores de São Paulo

Leilão da Fiol deve garantir R\$ 3,3 bilhões à malha férrea

CÁSSIO SANTANA

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) terá seu primeiro trecho, localizado entre Ilhéus e Caetitê, leiloado hoje, às 14h, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o leilão deve garantir R\$ 3,3 bilhões de investimentos à malha férrea do estado, sendo R\$ 1,6 bilhão para a conclusão de obras, que estão com 80% das intervenções executadas.

O trecho de 537 quilômetros de extensão será subconcedido à iniciativa privada pelo prazo de 35 anos. Trata-se de um importante corredor de escoamento de minério de ferro do sudoeste do estado, por meio do Porto de Ilhéus, e possibilitará, também, o transporte de grãos do oeste baiano.

“A Fiol possui papel estratégico no desenvolvimento econômico da Bahia e será um importante vetor para o escoamento da produção de grãos e minério pelo Porto Sul, cujas obras estão a pleno vapor”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro (PT).

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, o governo federal trabalha para a implementação de mais dois trechos: entre Caetitê (BA) e Barreiras (BA), e de Barreiras (BA) a Figueirópolis (TO), quando, futuramente, irá interligar o porto de Ilhéus a outra ferrovia: a Norte-Sul.

“Para a Bahia é importante que a ferrovia seja viabilizada, pois, com a construção da Fiol, uma série de projetos terá andamento, a exemplo do Porto Sul. A obra está em execução e a previsão é que a parte marítima seja iniciada em julho”, disse o secretário de Infraestrutura da Bahia, Marcus Cavalcanti.

Celebração

O vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, João Leão (PP), celebrou o leilão e afirmou que a Bahia Mineração S/A (Bamin) tem produção à espera da ferrovia para escoá-la. “A mina da Bamin [Bahia Mineração S/A] em Caetitê está pronta e pretende escoar 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Um terço da capacidade da ferrovia. A operação da empresa deve gerar 1,5 mil



Elói Corrêa / Gov-BA

Trecho de 537 quilômetros da ferrovia será subconcedido à iniciativa privada

novos empregos diretos e outros nove mil indiretos”, afirmou Leão.

“A ferrovia vai beneficiar o deslocamento do algodão e da soja do oeste baiano, que hoje se deslocam de caminhão. O agronegócio do oeste tem potencial para dobrar a área de produção e triplicar o PIB da região. O transporte será também a alternativa para escoamento de grãos do Centro-Oeste brasileiro”, completou.

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa e Mineração (CBPM), Carlos Tramm, espera que o leilão resulte em uma “vitória da Bahia” e do projeto Bamin. Para Tramm, trata-se “do maior projeto de desenvolvimento econômico do século 21” do estado.

“Logo de cara, o minério de ferro produzido pela Bamin vai adicionar por volta de R\$ 500 milhões ao ano em arrecadação para o estado e os municípios envolvidos, além da geração de empregos e do desenvolvimento de toda uma nova cadeia produtiva”, avaliou Tramm.

Deputada federal pelo PSB, Lídice da Mata comemorou o leilão. “Trata-se de uma grande vitória para a Bahia, para os baianos e para a nossa economia. A Fiol será um divisor de águas para um novo momento da mineração baiana, reduzindo custos, distâncias e aumentando o nosso po-

tencial de negócios e também de geração de emprego e renda”, disse.

“O agronegócio também será beneficiado e, com isso, o estado colherá bons frutos. Não posso deixar de lembrar do empenho do presidente da CBPM, Antônio Carlos Tramm, do governador Rui Costa e de toda a estrutura do governo baiano para que isso se concretizasse”, endossou Lídice.

Forte na mineração

De acordo com o diretor-executivo da Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), Paulo Villa, a Fiol fará com que a Bahia entre no segmento de mineração de maneira forte e estruturada. “Mineração não existe sem logística. Então uma boa logística é fundamental para o desenvolvimento da mineração. Posteriormente, teremos [contemplado] o setor agropecuário, sobretudo o setor de grãos, envolvido com a ferrovia”, disse Villa.

A deputada estadual Ivana Bastos (PSD), que foi presidente da comissão da Fiol na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), disse que a ferrovia será de fundamental importância para o escoamento da produção baiana. “São mais de 10 anos trabalhando pela concretização da Fiol e do Porto Sul, em Ilhéus, e, mesmo com todas

as dificuldades, estamos dando passos importantes para a concretização desse grande projeto de escoamento da produção para o nosso estado”, afirmou.

“Esse leilão é um marco de esperança que chega para nós. O trecho da ferrovia entre Caetitê e Ilhéus já está com mais de 70% das obras concluídas, somado a isso temos as operações da Mina de Ferro da Bamin que já foram iniciadas, e com a finalização do leilão e a retomada das obras desse trecho, o estado passará a contar com esse importante corredor logístico, responsável para exportar o minério e toda produção de grãos do oeste da Bahia e Tocantins junto com o Porto Sul”, concluiu a deputada.

Operação

A expectativa é que o trecho 1 comece a operar em 2025, já transportando mais de 18 milhões de toneladas de carga, entre grãos e, principalmente, o minério de ferro produzido na região de Caetitê. Volume que vai mais do que dobrar em 10 anos, superando 50 milhões de toneladas, em 2035 – sendo a maior parte, o minério de ferro. Entre as cargas também estão alimentos processados, cimento, combustíveis, soja em grão, farelo de soja, manufaturados, petroquímicos e outros minerais.

ANAC

Governo federal arrecada R\$ 3,3 bi com leilão de 22 aeroportos

AGÊNCIA BRASIL

Em leilão realizado ontem na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), foram concedidos 22 aeroportos em 12 estados, arrecadando-se R\$ 3,3 bilhões em outorgas. A concorrência foi feita pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em três blocos: Norte, Sul e Central.

A Companhia de Participações em Concessões, parte do grupo CCR, arrematou o bloco Sul, por R\$ 2,1 bilhões, e o lote Central, por R\$ 754 milhões. Os lances representaram, respectivamente, 1,534% e 9,156% em relação aos lances mínimos. A Vinci Airports ficou com o bloco

Fiol: uma vitória da Bahia

Antonio Carlos Tramm

Presidente da CBPM

Vencemos! O leilão do trecho 1 da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) que acontece hoje, é uma vitória da Bahia e dos baianos. Vencemos as forças contrárias à nossa mineração, à nossa logística e, principalmente, ao nosso desenvolvimento.

Uma vitória que não veio sem lutas. Com construção iniciada em 2011 e prevista para acabar em 2014, a Fiol passou por várias interrupções, sendo a última por conta de um aval do Tribunal de Contas da União (TCU) que precisou de dois anos e forte pressão da sociedade civil para sair.

Os trilhos desta primeira etapa vão de Caetitê ao Porto Sul, em Ilhéus, e devem colocar o nosso estado no seleto grupo de exportadores nacionais de minério de ferro, commodity que representa aproximadamente 4% do PIB brasileiro. Só a carga estimada pela Bamin deve ocupar um terço da capacidade da ferrovia, gerar 10 mil empregos e adicionar R\$ 500 milhões ao ano em arrecadação de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) para os cofres do estado e municípios envolvidos, além do desenvolvimento de toda cadeia produtiva ao redor da mineradora, incremento de salários na economia local, dentre outros benefícios.

Estudos realizados pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) mostram que o centro-oeste baiano, onde fica Caetitê, é rico em minério de ferro e outros minerais. Na esteira da Fiol, a CBPM já trabalha para atrair mais investimentos para oportunidades identificadas na região e, também, em estudos de novas jazidas minerais a 100 km de distância de cada lado dos trilhos.

Já o segundo trecho da estrada férrea, que vai até Barreiras, extremo oeste do estado, permitirá o escoamento, dentre outros, do algodão e do agronegócio da região, da madeira de Conquista e a viabilização da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Ilhéus.

Por fim, a terceira parte, ainda em projeto, vai ligar a Fiol à Ferrovia Norte-Sul, integrando a Bahia à espinha dorsal do sistema ferroviário brasileiro e permitindo o escoamento de grãos vindos

do centro do país para o Porto Sul.

O modal ferroviário é imprescindível para um estado que cresce, como a Bahia. Além do agronegócio pujante, que representa 25% do PIB do estado, já somos o quarto maior produtor mineral do país. Em 2020, mesmo com a pandemia, a produção mineral comercializada no estado cresceu 59% em relação ao ano anterior.

Mas, com exceção das pedras preciosas, não dá para fazer mineração com caminhão. Para seguir crescendo, a Bahia precisa de um modal ferroviário forte, moderno e competitivo. Por isso precisamos lutar tanto pela Fiol quanto pela FCA (Ferrovia Centro-Atlântica).

Em 1996, quando a FCA passou a operar sob gestão da VLI, a malha ferroviária na Bahia correspondia a 1.942 quilômetros e transportava cargas e passageiros. Hoje, segundo a própria concessionária, são 1.550 quilômetros. Os trens sumiram, não transportam nem cargas nem passageiros. Houve sucateamento da malha, abandono de trechos e até mesmo o desmembramento de pontos importantes como o acesso ao Porto de Aratu.

Temos uma enorme demanda. Segundo levantamento feito pela CBPM na base de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), mais de seis milhões de toneladas de minérios foram produzidas a menos de 50 km da FCA em 2020. Outro exemplo é a expressiva carga de frutas produzidas em Juazeiro que poderiam vir de trem, mas chegam ao porto de caminhão ou até mesmo de avião.

E a luta pela FCA tem que ser agora. A VLI já pediu à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para operar a ferrovia por mais 30 anos. A sociedade civil baiana precisa garantir que a empresa, ou qualquer outra concessionária, invista na malha baiana da ferrovia. Os produtores baianos não podem passar mais 30 anos no atraso.

O modal ferroviário é imprescindível para um estado que cresce, como a Bahia

TRIBUTAÇÃO

Receita propõe retirar isenção de livros: consumidos ‘pelos ricos’

DA REDAÇÃO

Em novo documento sobre o projeto de fusão do PIS/Cofins em um único tributo, a Receita Federal afirmou que os livros poderiam perder a isenção tributária porque são consumidos pela parte mais rica da população, cuja renda é de acima de 10 salários mínimos. Segundo o órgão, a arrecadação permitiria que o governo investisse mais dinheiro em outras políticas públicas.

Conforme o UOL, o documento “Perguntas e Respostas” da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) foi atualizado na terça-feira, 6. O projeto, que cria a CBS, tri-

buto semelhante ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), não tem relator indicado e está longe da discussão da reforma no Congresso.

Atualmente existe uma lei que isenta o mercado de livros e papel para a sua impressão de pagar o PIS e Cofins. De acordo com o UOL, o Ministério da Economia quer substituir as duas contribuições federais pela CBS, com alíquota de 12%, e acabar com os benefícios fiscais, como o do mercado editorial.

Para justificar o fim da isenção, a Receita afirma que não existem avaliações que indiquem uma redução do preço dos livros após a concessão. O texto diz ainda que

dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2019 do IBGE apontam que famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

“Neste sentido, dada a escassez dos recursos públicos, a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objetivo de políticas focalizadas, assim como é o caso dos medicamentos, da saúde e da educação no âmbito da CBS”, falou a Receita. Tais justificativas não existiam na primeira versão do documento.

Norte, pagando R\$ 420 milhões, um ágio de 777% sobre o preço mínimo estipulado.

Os blocos

Estão no bloco Norte os aeroportos de Manaus (AM), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista (RR). O lance mínimo havia sido estipulado em 47,9 milhões.

No bloco Sul foram concedidos os terminais de Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Navegantes (SC), Londrina (PR), Joinville (SC), Bacacheri (PR), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS) e Bagé (RS). O valor mínimo para esse lote era de R\$ 130,2

bilhões.

O bloco Central é composto pelos aeroportos de Goiânia (GO), São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), Petrolina (PE) e Imperatriz (MA). O lance mínimo era de R\$ 8,1 milhões.

O Ministério da Infraestrutura espera que os terminais, por onde circulam cerca de 24 milhões de passageiros por ano, recebam aproximadamente R\$ 6,1 bilhões em investimentos. Devem, segundo o ministério, ser investidos R\$ 2,85 bilhões no bloco Sul, R\$ 1,8 bilhão no Central e R\$ 1,4 bilhão no Norte. Os contratos de concessão têm validade de 30 anos.

PANDEMIA Não há previsão para começar a vacinar idosos a partir de 61 anos na capital, por causa do atual estoque

Prefeito anuncia parcerias com empresas para suporte ao enfrentamento da Covid-19

RODRIGO AGUIAR

A fila da regulação para pacientes com Covid-19 amanheceu ontem em Salvador com oito pessoas, informou o prefeito Bruno Reis (DEM) em coletiva para a imprensa, na qual foram anunciadas duas parcerias com empresas privadas para suporte no enfrentamento à pandemia. No início da tarde de ontem, segundo o gestor, nenhum paciente com Covid-19 aguardava nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) por um leito de UTI.

Na última segunda-feira (5) teve início a retomada das atividades não essenciais na cidade, após mais de um mês de fechamento.

“Às 14h, todos estavam regulados ou em deslocamento. Nenhuma capital tem hoje uma situação como a nossa. Tivemos a coragem de tomar as decisões corretas na hora certa, mesmo com a pressão e resistência de alguns segmentos. Também tivemos a coragem de reabrir. O esforço que foi feito ao longo de um mês permitiu ter os atuais números”, afirmou o chefe do Palácio Thomé de Souza.

Brasília

Depois da sua viagem a Brasília na última terça-feira (6), o prefeito informou que a atual previsão do Ministério da Saúde é distribuir 30,5 milhões de doses em abril para o país. “O ministro assegurou que a gente terá 30,5 milhões de doses para abril, muito confiante na produção própria. Estamos falando de um milhão de doses por dia. Esperamos que o ministério possa cumprir”, disse. Ainda sobre o encontro com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga,

Em Brasília, Bruno discutiu possibilidade de vacinar trabalhadores da Educação

Bruno afirmou que voltou a discutir a aplicação da vacina para trabalhadores da Educação. “Ele me disse que esta semana sairá uma instrução normativa com outros públicos prioritários. Chamei a atenção para a importância também de incluir os trabalhadores do transporte público e da lim-

peza. Ele ficou de avaliar com a equipe”, declarou.

O prefeito acrescentou que ainda não há previsão para começar a vacinar os idosos a partir de 61 anos na capital, por causa do atual estoque. Segundo o chefe do Palácio Thomé de Souza, há cerca de 50 mil idosos com 60 e 61 anos na cidade. Por

isso, prossegue hoje a imunização de idosos com idade igual ou superior a 62 anos, nascidos entre 8 de abril de 1958 e 30 de janeiro de 1959, além de agentes de segurança pública a partir dos 50 anos, pacientes em hemodiálise, trabalhadores da saúde e autônomos (médicos, fisioterapeutas, dentis-

tas, enfermeiros, farmacêuticos, auxiliar e técnico de enfermagem, auxiliar e técnico de saúde bucal).

Doação

Foi assinado ontem um termo de doação de R\$ 1,2 milhão da Ambev para o programa SOS Cultura. O valor ajudará no pagamento de um benefício de R\$ 1,1 mil a mais de seis mil trabalhadores do setor cultural. “A Ambev é uma parceira histórica da cidade em eventos. Nesse momento, reconhecemos a sensibilidade da empresa em firmar essa parceria, que vai nos permitir dar esse apoio a mais de seis mil trabalhadores desse segmento, que é o mais impactado. Foram os únicos que não conseguiram retornar às atividades em nenhum momento”, afirmou o prefeito.

“A gente achava que poderia fazer algo a mais por esse setor, que foi o primeiro a parar e deve ser o último a conseguir a retomada econômica. Mas ainda há espaço para outras empresas que tenham interesse em aderir”, disse Rodrigo Moccia, diretor de relações institucionais da Ambev.

A prefeitura também fechou uma parceria com a empresa de transporte por aplicativo 99, que doou 10 mil vouchers no valor de R\$ 20 para corridas de profissionais da linha de frente. Os vouchers serão distribuídos pela Secretaria Municipal da Saúde.

Também haverá até o dia 30 de abril descontos de 30%, limitados a R\$ 10, para passageiros que estiverem em deslocamento para se vacinar. Para usar o benefício, é preciso inserir o cupom “OBRIGADASSA” no próprio aplicativo.



Valter Pontes / Secom

Em entrevista coletiva, Bruno Reis falou sobre ações da prefeitura, vacinação e parcerias para enfrentar pandemia

Empresários fazem carreta-protesto

NICOLAS MELO

Empresários do setor de bares e restaurantes realizaram na manhã de ontem um protesto contra as medidas restritivas impostas para a reabertura do comércio na Bahia. Mesmo impossibilitados de vender bebidas alcoólicas, ontem os empresários puderam reabrir bares e restaurantes em toda a Bahia, no regime de quarta a domingo, das 11h às 20h.

As lanchonetes têm horário diferente e podem funcionar das 7h às 15h.

A decisão de reabertura do comércio, de forma escalonada, foi tomada pelo prefeito Bruno Reis no dia 1º de abril. No dia 6, o governo do estado decretou a proibição da venda de bebidas alcoólicas no próximo sábado (10) e no domingo (11).

A decisão não agradou à categoria, o que levou a uma carreta na manhã de ontem até a governadoria, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). De acordo com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-BA), caso não haja condição de trabalho, sete em cada dez bares e restaurantes devem fechar as portas no estado baiano. Uma pesquisa realizada pela entidade revelou que 77% das empresas baianas não possuem mais recursos para pagamento da folha salarial.

A pesquisa também dá conta de que 87,8% dos bares, restaurantes e similares



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Medidas restritivas impostas pelo governo do estado geraram o movimento

demitiram até 58,3% do quadro de funcionários, e 8,6% demitiram todos os colaboradores. O setor emprega mais de 280 mil pessoas em todo o território baiano.

“Queremos criar condições mínimas possíveis para uma reabertura do nosso segmento. Nas condições atuais, muitos estabelecimentos não poderão retomar as atividades”, disse Leandro Menezes, presidente da Abrasel. Indignado, o proprietário dos restaurantes Meu Chapa, Pasta e Brasa e do Porto Brasil, André Avena, 51 anos, comentou que o setor de bares e restaurantes tem sido tratado como se fosse o grande vilão da dis-

seminação da Covid-19. “Eu tive redução do movimento em 70%. Nos períodos de fechamento total, essa queda foi de 90% a 95%. Com a retomada em agosto do ano passado, a redução do fluxo caiu para 70%. São números altos se comparados a períodos anteriores à pandemia”, disse André Avena.

“Os 10% ou 5% de movimento que sobrou foi por delivery. Estamos numa tentativa desesperada de manter a marca viva, para manter vivo todo um trabalho de anos, e o delivery é uma última alternativa. O último grito”, acrescentou.

Além dos dias e horários de funcionamento, os esta-

blecimentos devem obedecer ao toque de recolher decretado pelo governo do estado, que sofreu flexibilização na última segunda-feira (5) de 18h para 20h. Essa restrição para circulação, de acordo com o presidente da Abrasel, também dificulta a funcionalidade dos empreendimentos.

“A nossa expectativa já nesta primeira fase é que os bares e restaurantes possam funcionar até as 22h. Queremos que o governo do estado estenda o toque de recolher para até as 22h, já que o fluxo do setor está concentrado neste turno da noite”, acrescentou. Ele alega que o maior fluxo de vendas

ocorre entre 19h e 23h. A pesquisa da Abrasel ainda revelou que 90,7% das empresas irão realizar novas demissões, sendo que 71% terão que demitir de 10% a 50% do quadro atual.

Governador

O governador da Bahia, Rui Costa, disse no Papo Correria na última terça-feira (6) que a venda das bebidas alcoólicas continuará suspensa pelo fato de serem motivo de aglomerações e desrespeito às normas de proteção individual.

“Ninguém senta no bar para beber com os amigos de máscara. Quando as pessoas bebem, elas se abraçam, ficam mais juntas, controlam menos a emissão de saliva. Vira um grande ponto de contaminação”, disse Rui.

O governador ainda pontuou que flexibilizar a venda de bebidas alcoólicas neste momento pode fazer com que todo o esforço para reduzir a ocupação de leitos clínicos e de UTIs tenha sido em vão. “Vender bebidas alcoólicas neste momento é jogar fora todo o esforço que fizemos, que o comércio fez, que tanta gente fez para reduzir os números [de ocupação de leitos]. Se levar dois finais de semana com consumo de bebida alcoólica, aí vai jogar todo o esforço fora, e ninguém quer isso”, completou o governador.

Sobre a flexibilização do toque de recolher, não houve pronunciamento.

Com 189 mortes, Bahia registra novo recorde

DA REDAÇÃO

Foram registrados ontem 189 óbitos por Covid-19 na Bahia, o maior número registrado desde o início da pandemia em um boletim epidemiológico. O último recorde havia sido no dia 31 de março, com 160 mortes. Segundo o boletim da Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab), já são 16.107 mortes e 825.015 casos confirmados. As mortes ocorreram entre 5 de julho de 2020 e ontem, mas a confirmação e o registro só foram contabilizados neste levantamento.

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 3.712 casos de Covid-19 e 13.941 encontram-se ativos. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.140.986 casos descartados e 186.552 em investigação. No estado, 45.896 profissionais da saúde testaram positivo. O número total de óbitos por Covid-19 na Bahia desde o início da pandemia representa uma letalidade de 1,95%.

Dentre os óbitos, 55,31% ocorreram no sexo masculino e 44,69% no sexo feminino. O percentual de casos com comorbidade foi de 66,67%, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (73,82%). Até as 15h de ontem, havia 112 solicitações de internação em UTIs adulto para Covid-19.

8:10 8 de Abril de 2021

redacao@correio24horas.com.br

Com Fiol, mais de R\$ 500 milhões serão injetados na economia todo ano

Trecho ferroviário entre Caetité e Ilhéus viabiliza novos projetos de mineração

Quando estiver em operação, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) vai adicionar à economia baiana entre R\$ 500 e R\$ 600 milhões em novos recursos, somente pela produção mineral. A concessão do primeiro trecho da obra vai transformar a logística da Bahia e vai ampliar a participação ferroviária na matriz de transportes do Brasil. O vencedor do certame ficará responsável por concluir os 25% finais da obra e operar o trecho por 35 anos, totalizando R\$ 3,3 bilhões de investimentos.

Desse total, R\$ 1,6 bilhão será utilizado para a conclusão das obras, que estão com 80% de execução. Além disso, a concessão vai permitir a criação de 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo da concessão. O primeiro trecho da Oeste-Leste vai a leilão hoje, às 14h, na B3, em São Paulo. Até 2035, a expectativa é que o trecho alcance movimentação anual de 50 milhões de toneladas por ano.

Para o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), João Leão, destaca a união de esforços a favor do projeto. "Agora a Fiol vai rodar, nós vamos ver trem apitando ali na região, carregando minério, carregando soja, melhorando as condições de Ilhéus, Itabuna e todo o trecho de Jequié, todas as cidades do traçado, Caetité - que vai se transformar em uma grande cidade em função da mineração, além de Barreiras, um dos principais polos do agronegócio no estado", destaca.

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, considera a realização do leilão da Fiol como uma vitória para a Bahia. "A Bahia venceu e muita gente não tem ideia do que representa a Fiol para o desenvolvimento do nosso estado. Nós iremos nos tornar o terceiro estado do país em produção mineral", acredita.

Segundo o presidente da CBPM, isso vai repretar entre R\$ 500 a R\$ 600 milhões por ano em dinheiro novo para a Bahia. "A Fiol é o desenvolvimento cruzando o estado saindo do extremo oeste até o litoral de Ilhéus".

Marcello Costa define a obra como o "sonho de uma década" e ressalta que os impactos do projeto ultrapassam os limites geográficos do estado. Para ele, as mudanças que foram realizadas no projeto, principalmente as dos últimos dois anos, foram fundamentais para tornar a concessão que será realizada amanhã mais competitiva. "O projeto da Fiol demonstra uma preocupação muito grande que temos com a qualidade das nossas modelagens", diz. Segundo ele, o projeto foi transformado para melhor, principalmente no que diz respeito à regulação, que reduz riscos no contrato.

Um dos aspectos inovadores da concessão é a oferta de um valor fixo e outro variável a ser pago pela concessionária. "Só na área mineral, tem mais de 40 projetos e é difícil saber qual o percentual que será viável e que vai utilizar a ferrovia. Com a outorga mínima e variável, colocamos governo federal como sócio do projeto. Mitiga risco de saída", acredita.

O Governo Federal também trabalha nos projetos para concessão dos outros dois trechos da ferrovia, entre Caetité e Barreiras, com obras em andamento, e a Fiol 3, de Barreiras a Figueirópolis (TO) – que aguarda licença de instalação por parte do Ibama. O corredor de escoamento que terá um total de 1.527 quilômetros de trilhos, ligando o Porto Sul a Figueirópolis, onde a Fiol se conectará com a Ferrovia Norte-Sul e o restante do país.

Marcello Costa explica que há dois cenários possíveis. No primeiro, apenas a Fiol 2, entre Caetité e Barreiras, será licitada no próximo ano. Mesmo com as dificuldades financeiras, o trecho tem R\$ 430 milhões alocados no orçamento deste ano. E existe ainda um outro cenário, com a renovação da outorga da Fico e a antecipação da renovação de contrato da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que viabilizariam também a licitação do terceiro trecho. "Neste segundo cenário, podemos modelar conclusão do trecho Fico-Fiol numa tacada só. Basta o estudo mostrar que isso é viável", acredita.

Porto Sul

O coordenador executivo de infraestrutura da Casa Civil do governo do estado, José Carlos Valle, destaca que existem muitos projetos na área mineral prontos para operar e outros que serão viabilizados pela Fiol. "A Fiol já nasce com uma demanda cativa de quase 30%. Claro que com o surgimento da ferrovia e sua operação, outras demandas irão surgir de maneira natural. Com o Porto Sul, do mesmo modo. Tem um cliente cativo, que é a Bamin", lembra.

Valle acredita que dentro de três meses, prazo para a assinatura de contrato, entre 1,5 mil e 2 mil pessoas deverão estar trabalhando nas obras de conclusão do trecho 1 da ferrovia. Além disso, outros 900 empregos diretos devem ser gerados no pico das obras de implantação do Porto Sul, além de 1,5 mil indiretos. Atualmente, 280 empregos diretos são mantidos no local e, pelo menos outros 400 indiretos, estima.

Segundo José Carlos Valle, o governo baiano atendeu uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), para reservar uma área para a construção de um terminal portuário para a empresa que conquistar a concessão da Fiol no Porto Sul. "Reservamos mais de 122 mil metros quadrados, é uma área considerável para armazenamento e transporte de cargas para o porto", destaca ele, lembrando que a recomendação é apenas para o caso em que uma empresa diferente da Bamin vença a licitação. "O TCU diz que se for outro operador, que tenha o mesmo direito de explorar uma área para a exploração portuária", explica.

Operação

A expectativa é a de que o trecho 1 (Ilhéus-Caetité) comece a operar em 2025. A maior parte das 50 milhões de toneladas previstas em 2035 será de minério de ferro. Mas entre as cargas também estão alimentos processados, cimento, combustíveis, soja em grão, farelo de soja, manufaturados, petroquímicos e outros minerais.

A operação inicial já deve contar com pelo menos 16 locomotivas e mais de 1,4 mil vagões – pelo menos, 1.100 destinados ao escoamento do minério de ferro. O total de equipamentos deve crescer junto com o volume de cargas movimentado, chegando a 34 locomotivas e 2,6 mil vagões. Além de Ilhéus e Caetité, um terceiro pátio será instalado no município de Brumado.

O primeiro trecho vai atravessar as cidades de Ilhéus, Uruçuca, Aureliano Leal, Ubaitaba, Gongogi, Itagibá, Itagi, Jequié, Manoel Vitorino, Mirante, Tanhaçu, Aracatu, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Rio do Antônio, Ibiassucê e Caetité.

O secretário nacional de Transportes Terrestres, Marcello Costa, diz que a viabilização do projeto é mais importante que uma grande disputa. Para ele, o fato de haver pelo menos uma empresa interessada no projeto já representa uma vitória. “Qual é o interesse da administração pública? Não é a outorga. Quanto mais competidores tiver, maior a outorga”, diz. “Mas é um benefício pequeno quando comparado à possibilidade de transmitir para a iniciativa privada a obrigação de investimentos de R\$ 3 bilhões. Vamos antecipar a conclusão do projeto sem onegar o orçamento da união”, ressalta.

Ricardo Kawabe, gerente de estudos técnicos da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), acredita que o projeto integral da Fiol terá um grande impacto na economia brasileira. “Para a Bahia, este primeiro trecho já terá um impacto significativo. A ligação entre Caetité e Ilhéus já possui uma viabilidade econômica muito grande, com cargas disponíveis”, destaca Kawabe. “A gente aposta que isso vai dar um impulso grande para aquela região da Bahia”, projeta.

Kawabe acredita que a conjuntura econômica não deverá ter grande impacto no resultado do leilão. “Felizmente quem atua neste mercado tem um olhar de longo prazo”, diz.

Infra Week

Num ambiente de piora das condições econômicas e no meio da pandemia de covid-19, o governo marcou uma bateria de leilões de aeroportos, portos e ferrovia para esta semana, entre hoje e a próxima sexta-feira (dia 9). As ofertas da Infra Week (semana da infraestrutura) podem render até R\$ 10 bilhões em novos investimentos. Porém, contando outros leilões previstos para o mês, os investimentos podem ultrapassar os R\$ 20 bilhões.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, acredita que as concessões dos 22 aeroportos, cinco terminais portuários e o trecho da Fiol têm potencial para gerar 200 mil empregos diretos e indiretos. Ele projeta que todas as rodadas previstas para este ano devem permitir a geração de 2,9 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos. E afirmou ainda que o objetivo do governo é arrecadar somente R\$ 642 milhões em outorgas com a Infra Week.

O secretário nacional de Transportes Terrestres, Marcello Costa, acredita que o momento econômico não deve trazer prejuízos para as concessões. Ele cita como exemplo o caso da Fiol, cujo prazo do contrato é de 35 anos. “Por mais que tenhamos um problema mundial, são investimentos de longo prazo. No caso da Fiol, falamos de 35 anos. Ultrapassam e muito período de uma crise mundial”, lembra. “Lógico que crise faz priorizar investimentos, mas isso é oportunidade. Quem tem projeto bom sai na frente. Dinheiro continua lá, disponível para a aplicação”, destaca Costa.

Marcello Costa acredita que um evento como a Infra Week fará o Brasil chamar a atenção de um tipo diferente de investidor. “Você começa a chamar atenção para investidores que não vem ao Brasil para um ativo. Eles começam a olhar para fundos de logística”, avalia. “Essas empresas olham uma carteira de projetos”.



O primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) vai a leilão hoje, às 14h, na Bolsa de Valores de São Paulo

Fiol vai render mais de R\$ 500 mi anuais

Impacto Royalties pela produção mineral vão impulsionar a economia baiana

Donaldson Gomes
EDITOR
@donaldsongomes

Quando estiver em operação, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) vai adicionar à economia baiana entre R\$ 500 e R\$ 600 milhões em novos recursos, somente pela produção mineral. A concessão do primeiro trecho da obra vai transformar a logística da Bahia e vai ampliar a participação ferroviária na matriz de transportes do Brasil. O vencedor do certame, realizado hoje na B3 dentro da Infra Week, ficará responsável por concluir os 25% finais da obra e operar o trecho por 35 anos, totalizando R\$ 3,3 bilhões de investimentos.

Desse total, R\$ 1,6 bilhão será utilizado para a conclusão das obras, que estão com 80% de execução. Além disso, a concessão vai permitir a criação de 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo da concessão. Até 2035, a expectativa é que o trecho movimentará cargas de cerca de 50 milhões de toneladas por ano.

O vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE),

João Leão, destaca a união de esforços a favor do projeto. "Agora a Fiol vai rodar, nós vamos ver trem apitando ali na região, carregando minério, carregando soja, melhorando as condições de Ilhéus, Itabuna e todo o trecho de Jequié, todas as cidades do tráfego, Caetitê - que vai se transformar em uma grande cidade em função da mineração, além de Barreiras, um dos principais polos do agropêlo no estado", destaca João Leão.

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, considera a realização do leilão da Fiol como uma vitória para a Bahia. "A Bahia venceu e muita gente não tem ideia do que representa a Fiol para o desenvolvimento do nosso estado. Nós iremos nos tornar o terceiro estado do país em produção mineral", acredita.

Segundo o presidente da CBPM, isso vai representar entre R\$ 500 a R\$ 600 milhões por ano em dinheiro novo para a Bahia.

O secretário nacional de Transportes Terrestres, Marcello Costa, define a obra como o "sonho de uma década" e resalta que os impactos do projeto ultrapassam os limi-

tes geográficos do estado. Para ele, as mudanças que foram realizadas no projeto, principalmente as dos últimos dois anos, foram fundamentais para tornar a concessão que será realizada hoje mais competitiva.

"O projeto da Fiol demonstra uma preocupação muito grande que temos com a qualidade das nossas modelagens", diz.

Um dos aspectos inovadores da concessão é a oferta de um valor fixo e outro variável a ser pago pela concessionária. "Só na área mineral, tem mais de 40 projetos e é difícil saber qual o percentual que será viável e que vai utilizar a ferrovia. Com a outorga mínima e variável, colocamos governo federal como sócio do projeto. Mitiga risco de saída", acredita.

O governo federal já trabalha para a concessão dos outros dois trechos da ferrovia, entre Caetitê e Barreiras, com obras em andamento, e a Fiol 3, de Barreiras a Figueirópolis (TO) - que aguarda licença de instalação do Ibama.

O corredor de escoamento terá um total de 1.527 quilômetros, ligando o Porto Sul, em Ilhéus, a Figueirópolis, onde a Fiol se conectará com a Ferrovia Norte-Sul.

Ferrovia já nasce com garantia de 30% da capacidade

O coordenador executivo de infraestrutura da Casa Civil do governo do estado, José Carlos Valle, destaca que a existem muitos projetos na área mineral prontos para operar e outros que serão viabilizados pela Fiol. "A Fiol já nasce com uma demanda cativa de quase 30%. Claro que com o surgimento da ferrovia e sua operação, outras demandas irão surgir de maneira natural. Com o Porto Sul, do mesmo modo. Tem um cliente cativo, que é a Ramin", lembra.

Valle acredita que dentro de três meses, prazo para a assinatura de contrato, entre 1,5 mil e 2 mil pessoas deverão estar trabalhando nas obras de conclusão do trecho 1 da ferrovia. Além disso, outros 900 empregos diretos devem ser gerados no pico das obras de implantação do Porto Sul, além de 1,5 mil indiretos. Atualmente, 280 empregos diretos são mantidos no local e, pelo menos outros 400 indiretos, estima.

Segundo José Carlos Valle, o governo baiano reservou uma área para a construção de um terminal portuário para a empresa que conquistou a concessão da Fiol.

●● A Fiol já nasce com uma demanda cativa de quase 30%. Claro que com o surgimento da ferrovia e sua operação, outras demandas irão surgir. Com o Porto Sul, do mesmo modo. Tem um cliente cativo, que é a Ramin
José Carlos Valle

Coordenador executivo de infraestrutura da Casa Civil

Em 2035 complexo deve movimentar 50 mi de toneladas

A expectativa é a de que o trecho 1 (Ilhéus-Caetitê) comece a operar em 2025. A maior parte das 50 milhões de toneladas previstas em 2035 será de minério de ferro. Mas entre as cargas também estão alimentos processados, cimento, combustíveis, soja em grão, farelo de soja, manufaturados, petroquímicos e outros minerais.

A operação inicial já deve contar com pelo menos 16 locomotivas e mais de 1,4 mil vagões - pelo menos, 1.100 destinados ao escoamento do minério de ferro. O total de equipamentos deve crescer junto com o volume de cargas movimentado, chegando a 34 locomotivas e 2,6 mil vagões. Além de Ilhéus e Caetitê, um terceiro pátio será instalado no município de Brumado.

Marcello Costa explica que há dois cenários possíveis para a conclusão dos trechos 2 e 3 da ferrovia. No primeiro, apenas a Fiol 2, entre Caetitê e Barreiras, será licitada no próximo ano. E existe o cenário, com a renovação da outorga da Fico e a antecipação da renovação de contrato da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que viabilizariam também a licitação do terceiro trecho.

●● Neste segundo cenário, podemos modelar conclusão do trecho Fico-Fiol numa tacada só. Basta o estudo mostrar que isso é viável
Marcello Costa

Secretário Nacional de Transportes Terrestres

ECONOMIA

Resposta para auxílio 'em processamento' sairá em breve

RECLAMAÇÕES O Ministério da Cidadania, órgão gestor do auxílio emergencial, anunciou ontem que o governo federal ainda está se debruçando no processamento de informações de cidadãos elegíveis ao benefício, mas que a resposta aos trabalhadores será dada "nos próximos dias". Desde o início do pagamento da segunda rodada do benefício, anteontem, trabalhadores têm recorrido às redes sociais para reclamar que mesmo cumprindo todos os requisitos para receber o auxílio, o sistema de consultas da Caixa e da Dataprev, sem justificativas, não libera o acesso ao recurso, expondo apenas que seus cadastros estão com status de "em processamento".

"Esses lotes (de pagamento do auxílio) estão sendo reprocessados, ou seja, sendo rea-

Apesar das reclamações dos trabalhadores, o Ministério da Cidadania não se comprometeu com uma data específica

valiados, considerando as informações mais recentes disponíveis nas bases de dados governamentais, conforme determina a legislação que disciplina o pagamento do benefício", afirmou o ministério. Segundo a pasta, também está em fase final o processamento das informações referentes aos inscritos no Bolsa Família, que receberão os repasses de acordo com o calendário habitual do programa, que em abril tem início no dia 16.

A Dataprev, que faz o processamento da folha de pagamentos, explica que serão utilizados os cadastros com informações mais recentes, sobretudo considerando a possibilidade de perda de emprego e renda em meio à pandemia. Segundo a estatal, a última base de análise com dados mais recentes dos cidadãos foi atualizada no dia 5 de abril, e o reprocessamento foi iniciado no dia

seguinte.

"A base analítica funciona como referência de dados dos requisitos do programa e é utilizada no sistema de cruzamento das informações. Durante a verificação do direito ao benefício, a empresa utiliza as informações mais recentes dos cidadãos disponíveis nas bases oficiais da União - indicadas pelo Ministério da Cidadania - com os critérios do novo programa", afirma a Dataprev. "A base é composta por informações disponíveis de todos os brasileiros nos 24 repositórios de dados de diferentes instituições oficiais. São verificados bilhões de registros", ressalta.

Quando o trabalhador é considerado elegível ao benefício, seu cadastro é liberado para o pagamento do auxílio pela Caixa Econômica Federal e todas as parcelas devidas são depositadas na conta digital Caixa Tem.

CRÉDITO RURAL CRESCE 22% EM UM ANO

AGRONEGÓCIO As contratações de crédito rural, no âmbito do Plano Safra, cresceram 22% entre julho de 2020 e março de 2021, alta de 22% ante igual período da temporada anterior, totalizando R\$ 169,44 bilhões, segundo informação divulgada ontem pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Desse total, R\$ 90,77 bilhões foram destinados para custeio operacional das fazendas, um avanço de 18%

na comparação anual, enquanto os aportes para investimentos saltaram 43%, a R\$ 53,39 bilhões, seguiu a pasta em seu comunicado.

Houve ainda um aumento de 7% nas contratações para industrialização, que chegaram a R\$ 9,77 bilhões. Já os créditos para comercialização recuaram 3%, para R\$ 15,51 bilhões. Para a pasta, a maior demanda por créditos para investimentos é resultado do bom desempenho do setor agropecuário.

DEMITIDOS DA FORD VÃO RECEBER R\$ 130 MIL

ACORDO EM TAUBATÉ Os trabalhadores da Ford em Taubaté (SP) aprovaram na última terça a proposta da empresa de um plano de indenizações aos funcionários. A montadora anunciou no início de janeiro o encerramento de sua produção em todas as fábricas no Brasil. O plano prevê três programas de demissão incentivada para atender empregados mensalistas, horistas e também aqueles que estejam afastados. As indenizações vão variar entre R\$ 130 mil a R\$ 150 mil.



DIVULGAÇÃO



“ Espero que a gente não chegue nesse ponto [novos fechamentos de fábricas]. O país tem um mercado consumidor muito bom. A gente tem capacidade técnica de entregar produtos tão bons quanto os das nossas matrizes. Por isso temos mais de 60 plantas aqui. A gente briga para manter esse investimento. É uma briga diária

Luiz Carlos Moraes

Presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

24h

ECONOMIA

Golgi vai gerar mais de 3,5 mil empregos na Bahia

LOGÍSTICA A Golgi Condomínios Logísticos (Golgi) irá construir de seu primeiro complexo logístico e industrial no Nordeste no Centro Industrial de Aratu, em de Simões Filho. O novo centro da empresa ocupará uma área de 330 mil m² de terreno e terá aproximadamente 130 mil m² construídos. Segundo a Golgi, o empreendimento gerará mais de dois mil postos de trabalhos durante a obra e mais de 1.500 empregos diretos durante a sua operação. O investimento total é de mais de R\$ 300 milhões.

Para isso, a Golgi firmou uma “operação de retro locação de longo prazo”, também conhecida pelo termo de “Sale & Lease Back”, com a Avon. A empresa de cosméticos conti-

O novo centro da empresa ocupará uma área de 330 mil m² de terreno e terá aproximadamente 130 mil m² construídos. O investimento total é de mais de R\$ 300 milhões

nuará operando seu centro logístico implantado em parte do imóvel desde 2004, em Simões Filho. A Golgi, por sua vez, irá desenvolver e construir novos galpões logístico-industriais no restante daquela área.

Segundo a Golgi, a operação vai permitir que a Avon solidifique e modernize sua operação no município, enquanto a construção de novos galpões logísticos e industriais atrairá outras empresas que já demandam centros logísticos-industriais para se instalar.

“Os centros logísticos-industriais são atualmente uma peça fundamental na cadeia de produção e distribuição de produtos, tendo em vista a crescente importância do e-commerce para as empresas dos mais variados ramos de atividade. É em torno dos centros logísticos-industriais que gira grande parte

da atividade econômica nos dias de hoje e, durante a pandemia da covid-19, esse setor da economia tem demonstrado resiliência e encontrado espaço fértil para ampliar seu desenvolvimento”, avalia a Golgi, em nota.

Atualmente, a empresa de logística possui nove empreendimentos que, juntos, somam mais de 1,4 milhão de m² de área locável.

Os empreendimentos estão localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal e possuem grandes marcas como inquilinos, a exemplo da Amazon, Fiat, Mercedes, B2W, Bridgestone, Portobello, Suzano e Braskem.

De acordo com a empresa, a Bahia foi o estado escolhido pela Golgi para sua entrada no Nordeste brasileiro em razão de seu potencial para a absorção de galpões logísticos-industriais.

Receita diz que só rico lê, e livro pode perder isenção

UNIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA Em novo documento sobre perguntas e respostas sobre o projeto de fusão da PIS/Cofins em um único tributo, a Receita Federal diz que os livros podem perder a isenção tributária porque são consumidos pela faixa mais rica da população (acima de 10 salários mínimos). Com a arre-

cação a mais, a Receita diz que o governo poderá “focalizar” em outras políticas públicas, como ocorre em medicamentos, na área de saúde, e em educação.

Hoje, existe uma lei que isenta o mercado de livros e papel para a sua impressão de pagar o PIS e Cofins. A equipe do ministro Paulo

Guedes propõe substituir as duas contribuições federais pela CBS, com alíquota de 12%, e acabar com os benefícios fiscais, incluindo o concedido ao mercado editorial.

Para os especialistas, a justificativa da Receita é elitista e piora a situação que já é ruim no país, além de afetar também os livros didáticos.



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas (primeiro à direita), comemorou o resultado e disse que o Brasil tem oferecido bons projetos

Leilão de 22 aeroportos do país rende R\$ 3,3 bilhões

Vinci Airports, que administra terminal de Salvador, amplia presença no setor

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redesocio.com.br

O primeiro leilão da chamada Infra Week, como foi batizada a sequência de três dias de leilões de concessões em infraestrutura, rendeu ao governo federal R\$ 3,3 bilhões em pagamentos de outorga. A licitação dos três blocos de aeroportos teve um ágio médio superior a 1.600% em relação ao lance mínimo de R\$ 185 milhões – resultado considerado positivo pelos especialistas, sobretudo por causa do atual cenário pandêmico e das incertezas na fronteira econômica e política.

Realizado ontem na B3, em São Paulo, o leilão vai transferir para a iniciativa privada a administração de 22 terminais em 12 estados brasileiros. Os contratos vão valer por 30 anos e exigirão uma contrapartida de R\$ 6 bilhões de investimentos nesse período. Além disso, a outorga oferecida na licitação terá de ser paga ao governo 15 dias após a assinatura dos contratos de concessão, que deve ocorrer nos próximos meses assim que toda documentação for avaliada.

A francesa Vinci Airports, que administra o

Aeroporto de Salvador, deu um lance de R\$ 420 milhões pelo bloco Norte, com ágio de 777%, e vai administrar os terminais de Manaus (AM), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista (RR). “Estamos satisfeitos com o resultado do leilão. Demos um passo importante para o trabalho que estamos desenvolvendo no Brasil. Temos ambições claras”, disse o presidente da Vinci Airports, Nicolas Notebaert.

Em nota, a empresa disse que, além de assegurar a operação, manutenção e modernização dos terminais e pistas, irá transformar esses aeroportos em infraestruturas ecoeficientes. Destacou, dentre outras coisas, a instalação de fazendas fotovoltaicas, gestão da água e dos resíduos sólidos, implantação de laboratórios de diversidade e projetos para redução da pegada de carbono em parceria com ONGs locais. “Para alcançar esse feito, a Vinci Airports vai se basear na política ambiental bem-sucedida que vem implementando desde 2018 no Salvador Bahia Airport”, afirma a companhia.

Nosso roteiro é claro: aeroportos verdes para o crescimento verde. Nessa região onde o transporte aéreo é essencial, a Vinci tornará esses aeroportos mais resilientes e ecoeficientes, a fim de sustentar a recuperação econômica no Brasil, enquanto preserva o planeta. Estamos ansiosos para iniciar as operações, junto com as autoridades brasileiras e as comunidades locais”, continuou o executivo.

A Vinci Airports, é a principal operadora de aeroportos privados do mundo. Com as novas concessões no Brasil, a empresa passará a administrar 52 aeroportos em 12 países da Europa, Ásia e Américas.

CCR

A grande atração do leilão foi a CCR, que arrematou dois dos três blocos ofertados pelo governo. Por meio da subsidiária Companhia de Participação em Concessões, a empresa deu um lance de R\$ 2,1 bilhões no bloco Sul, com ágio de 1.534%. Esse lote é composto pelos aeroportos de Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Navegantes (SC), Londrina (PR), Joinville (SC), Racacheri (PR), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS) e Bagé (RS).

O outro lote vencido pela CCR foi o Central, que inclui terminais de Goiânia (GO), São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), Petrolina (PE) e Imperatriz (MA). Nesse bloco, a proposta da empresa foi de R\$ 754 milhões – um ágio de 9.156% ante o lance mínimo de R\$ 8,1 milhões. O grupo já detém a concessão do Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, e administra terminais no Equador, Costa Rica e Curaçao, além de ter uma operação de serviços aeroportuários nos Estados Unidos.

Segundo o presidente da CCR, Marco Cauduro, o horizonte continua positivo mesmo em meio à crise gerada pela pandemia. “A pandemia pouco explica a trajetória de demanda nos próximos 30 anos. Estamos comprometidos com a agenda de infraestrutura do Brasil”, disse o executivo.

Já o presidente da CCR Aeroportos, Cristiane Gomes, disse que nenhum aeroporto é um “patinho feio” e que o grupo irá trabalhar para melhorias e avanços de todas as concessões.

O Grupo CCR é uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a concessionária é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas.

Brasil tem tudo que investidor quer, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, comemorou o resultado da 6ª rodada de concessão de aeroportos ontem. Os três blocos leiloados receberam mais de uma proposta, com altos níveis de ágio. “O Brasil tem tudo o que o investidor quer e tem oferecido bons projetos”, disse o ministro após o leilão.

Ele acrescentou que o Brasil precisa aproveitar a “liquidez no mundo” e sair à frente, oferecendo bons projetos. “O Brasil respeita contratos e infraestrutura vai ser a alavanca do país”, afirmou. O ministro lembrou que serão oferecidos, nesta semana, 28 projetos na chamada Infra Week.

“Começamos a nossa Infra Week com o pé direito e isso tem que ser celebrado. As vitórias têm de ser celebradas. Temos um desafio importante pela frente. Vamos superar a pandemia e temos o desafio da geração de emprego. O emprego vai vir pela mão do investimento privado, não há outra alternativa porque temos que seguir a nossa trajetória de responsabilidade fiscal, nosso compromisso com a solvência”, afirmou o ministro.

BALANÇO

Fsta foi a sexta rodada de concessões aeroportos realizada em blocos. Em 2019, na quinta rodada, foram leiloados 12 terminais do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

CONCESSÕES

● **Bloco Norte** Aeroportos de Manaus (AM), Tabatinga (AM), Tefé (AM), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC) e Boa Vista (RR). Empresa vencedora: Vinci Airports. Valor: R\$ 420 milhões

● **Bloco Central** Aeroportos de Goiânia (GO), Palmas (TO), São Luís (MA), Imperatriz (MA), Teresina (PI) e Petrolina (PE). Empresa vencedora: Companhia de Participações em Concessões. Valor: R\$ 754 milhões

● **Bloco Sul** Aeroportos de Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Bacacheri em Curitiba (PR), Navegantes (SC), Joinville (SC), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS) e Bagé (RS). Empresa vencedora: Companhia de Participações em Concessões. Valor: R\$ 2,1 bilhões

Tribuna

Universais

O governador Rui Costa defendeu políticas públicas universais na área de saúde, desde a atenção básica até a alta complexidade, com destaque ao combate à pandemia da Covid-19. O governador da Bahia foi um dos participantes do 18º Fórum Mundial de Ética nos Negócios 'Mudando Paradigmas em um Mundo Pandêmico: Como recuperar a confiança? Saúde, felicidade e ética'. O evento realizado ontem conta com representantes de diferentes países e foi uma realização da International Association for Humans Values (IAHV), fundada pelos líderes humanitários Sri Sri Ravi Shankar e Dalai Lama. A organização tem caráter educacional, social e humanitário, atuando por meio do trabalho voluntário em mais de 155 países.



Rui Costa

UTIs

Aliás, ontem a governador recebeu uma boa notícia. O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para confirmar decisões da ministra Rosa Weber de obrigar a União a reativar leitos de UTI em São Paulo, Maranhão, Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul. Os ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Edson Fachin votaram para manter o despacho de Weber.

G20

O Brasil avança nas reformas econômicas que pretendem gerar uma recuperação sustentada, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta. Em encontro no bloco econômico, ele destacou algumas ações tomadas pelo governo e pelo Congresso. O ministro citou medidas aprovadas nas últimas semanas pelos parlamentares, como a autonomia do Banco Central, a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial e a liberalização dos setores de saneamento e gás natural.

CAR

Em sua nona sessão ordinária de 2021, ontem, a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), além de desaprovou a prestação de contas do convênio 147/2015, condenou Raul César Costa e Silva, gestor do Instituto Rio Veredas à época da assinatura do ajuste firmado com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a devolver R\$ 685.928,98 (acrescido de juros e correção monetária), correspondente ao valor repassado.

VLT

Hoje, às 8h30, a primeira composição do VLT do Subúrbio finalizada na fábrica da BYD, na China, será oficialmente apresentada ao governador Rui Costa, por meio de uma transmissão online. O VLT do Subúrbio é fruto de uma parceria público-privada entre o Governo da Bahia e a Skyrail Bahia, empresa responsável pela implantação e operação do VLT.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 08/04/2021	Página: 06

Tribuna



Primeiro trem do VLT será apresentado para o governador

Hoje (8), às 8h30, a primeira composição do VLT do Subúrbio finalizada na fábrica da BYD, na China, será oficialmente apresentada ao governador Rui Costa, por meio de uma transmissão online. O VLT do Subúrbio é fruto de uma parceria público-privada entre o Governo da Bahia e a Skyrail Bahia, empresa responsável pela implantação e operação do VLT.

Classificado como veículo leve de transporte do tipo monotrilha, o VLT funcionará com base em 25 paradas em duas linhas,

beneficiando cerca de 600 mil pessoas que vivem na região do Subúrbio. O modal trará agilidade e conforto aos passageiros por meio de um sistema composto por carros elétricos e energia 100% limpa, desenvolvido pela Skyrail Bahia. No total, estão sendo investidos cerca de R\$ 2,5 bilhões na construção do sistema.

O ato será transmitido pelo canal do Youtube do Governo do Estado e retransmitido nas páginas do governador do Facebook e Instagram.

Salvador receberá reforços de empresas na pandemia

Incentivos serão voltados para os profissionais mais atingidos, como os de cultura e eventos

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

Durante coletiva de imprensa realizada nesta quarta-feira (7), o prefeito de Salvador Bruno Reis (DEM) anunciou a doação de R\$ 1,2 milhão pela gigante do setor de bebidas Ambev para o programa SOS Cultura, lançado em 25 de março pela Prefeitura. Os profissionais de cultura e eventos, primeiros a pararem suas atividades por conta das medidas de isolamento social e sem previsão de um retorno à "nor-

malidade", receberão um auxílio emergencial no valor de um salário mínimo (R\$ 1.100). Desde o começo da pandemia do novo coronavírus, o setor deixou de movimentar mais de R\$ 2 bilhões. Com o apoio, mais de 6 mil trabalhadores serão contemplados. Bruno enfatizou a parceria de longa data com a empresa, que ajudou a viabilizar o projeto. "Reconhecemos a sensibilidade da empresa neste momento difícil. O setor de eventos foi o primeiro a fechar e provavelmente será o último a reto-

mar as atividades", disse o gestor. Rodrigo Moccia, diretor de relações governamentais da cervejaria, reforçou as iniciativas da companhia na luta contra o vírus da covid-19. "Desde o começo da pandemia a Ambev está engajada. Fizemos doações de 6 mil máscaras N95 para os profissionais da saúde, como também de álcool em gel".

ALGO A MAIS

Em fevereiro, a parceria com a Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat) benefi-

ciou 2,8 mil catadores de cinco capitais do Brasil onde a Ambev está presente no Carnaval, incluindo Salvador, com um auxílio de R\$ 100 para aqueles que não puderam trabalhar na maior festa de rua do mundo, cancelada neste ano com a continuidade da pandemia. "Achamos que poderíamos fazer algo a mais pelo setor. A gente entende que é esta a nossa responsabilidade, e a gente precisa ajudar", disse Moccia. O benefício será concedido para os profissionais previamente cadastrados na Fundação Gregório de Mattos (FGV) e da Secretaria de Turismo (Saltur), com documentação que comprove a atuação no setor de eventos. "Conseguimos pagar em tempo recorde os benefícios para os profissionais da cultura, através da Lei Aldir Blanc", afirmou Bruno Reis, salientando que a capital baiana é a única do país a pagar benefício próprio para os trabalhadores prejudicados pelas medidas restritivas. Ele falou ainda da prorrogação do auxílio Salvador por Todos, que está na sua

13ª parcela e irá até junho. "Nenhum estado pagou benefícios como nós. Estamos procurando outros parceiros", disse o prefeito.

CORRIDAS

Já a empresa 99 dará 10 mil vales no valor de R\$ 20 para cobrir os deslocamentos dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente do combate à pandemia, podendo ser utilizados para o deslocamento aos locais de trabalho e para a vacinação domiciliar dos idosos acamados ou com dificuldades de locomoção.

Tribuna

Donos de bares querem ampliação do toque de recolher

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

Representantes da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-BA) realizaram uma carreatá ontem pela manhã (7), em Salvador, pela sobrevivência dos bares e restaurantes da capital baiana. De acordo com o presidente executivo Luiz Henrique do Amaral, mais de 280 famílias baianas dependem diretamente deste segmento. Ele destaca que o toque de recolher e a proibição de venda de bebidas no fim de semana pelo governo do Estado prejudicam o setor. Uma pesquisa atual mostrou que sete em cada dez bares e restaurantes devem fechar as portas, caso não haja condição de traba-

lho. Na Bahia 77% das empresas, já não possuem mais recursos para pagamento de salários. O governo do Estado diz que não vai ceder a pressão neste fim de semana e que todos os setores tiveram privações.

A pesquisa também mostra que 87,8% dos bares, restaurantes e similares tiveram que demitir até 58,3% de todo seu quadro de funcionários e que 8,6% demitiram todos seus colaboradores. Os dados apontam que 90,7% das empresas irão realizar novas demissões, sendo que 71% dessas empresas terão que demitir até 10% a 50% do quadro atual.

O presidente executivo da Abrasel, Luiz Henrique do Amaral lamentou a decisão do governo de estabelecer o

toque de recolher restringindo o segmento a oferecer apenas almoço, "nossa manifestação é pelo toque de recolher às 22 horas e não às 20 horas, a proibição de bebidas alcoólicas poderia ser em vias públicas com liberação de bebidas alcoólicas nos ambientes de bares e restaurantes seguindo os protocolos. Já tivemos experiências exitosas no Rio Vermelho e em Itapuã. O toque de recolher limita o movimento financeiro da noite. O problema não está nas atividades empresariais, mas no comportamento individual de cada um".

O governador Rui Costa disse em entrevista ao programa Balanço Geral da TV Record/Itapoan, que neste momento não vai ceder a reivindicação, "eu respeito a reivindicação de todos, mas

a vida em primeiro lugar. Se tem algo que é consenso entre os prefeitos e é minha opinião é que o álcool gera aglomeração. A bebida junta amigos e ninguém bebe com máscara, o grau de contaminação é grande. Já liberamos durante a semana, as pessoas podem comprar e tomar nas suas casas. Todos nós fizemos um esforço enorme para conseguir a redução dos números de casos covid em UTIs diminuimos a pressão da doença. A abertura tem que ser gradual. Neste fim de semana não. Vamos analisar nas próximas".

Em nota enviada à Tribuna da Bahia, a Assessoria de Comunicação do Estado destacou o posicionamento do governo, "a garantia da movimentação da economia é importante não só

para os negócios, mas para o próprio Governo do Estado e para a população em geral. Mas, neste momento, diante do número elevado de mortes todos os dias no Brasil, com uma pandemia fora de controle no país, a prioridade é preservar vidas. Esse é o objetivo de todas as medidas restritivas que o Estado tem adotado, sempre discutindo essas medidas com as prefeituras das cidades impactadas".

A nota prossegue dizendo que, "o governo estadual vem buscando de diversas formas evitar medidas mais radicais, como um lockdown total porque entende que a economia não pode parar totalmente. O governo da Bahia tem buscado maneiras de garantir renda para a população mais vulnerável,

através de diversas ações, como pagamento de contas de água e vale-alimentação para estudantes".

O Estado também estendeu os prazos em três meses para que empresas relacionadas ao turismo e outros setores afetados pelas medidas restritivas e toques de recolher paguem o imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) referente aos meses de março e abril, "ao final desse prazo, o recolhimento ainda será feito de forma parcelada em três vezes iguais. Também será concedida manutenção por 30 dias da validade de certidões negativas de tributos estaduais".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 08/04/2021	Página: 06

Tribuna

Receita diz que só rico lê, e livro pode perder isenção com unificação

ADRIANA FERNANDES, O
ESTADO DE S.PAULO

BRASÍLIA - Em novo documento sobre perguntas e respostas sobre o projeto de fusão da PIS/Cofins em um único tributo, a Receita Federal diz que os livros podem perder a isenção tributária porque são consumidos pela faixa mais rica da população (acima de 10 salários mínimos). Com a arrecadação a mais, a Receita diz que o governo poderá "focalizar" em outras políticas públicas, como ocorre em medicamentos, na área de saúde, e em educação.

O documento "Perguntas e Respostas" da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) foi atualizado ontem pela área da Receita que cuida da proposta de reforma tributária e já é motivo de críticas dos tributaristas por incorporar mudanças de interpretação que não cons-

tam no projeto de lei enviado no ano passado. O projeto cria a CBS - tributo no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - não tem nem relator indicado e está no limbo da discussão da reforma no Congresso.

Hoje, existe uma lei que isenta o mercado de livros e papel para a sua impressão de pagar o PIS e Cofins. A equipe do ministro Paulo Guedes propõe substituir as duas contribuições federais pela CBS, com alíquota de 12%, e acabar com os benefícios fiscais, incluindo o concedido ao mercado editorial.

Na época da divulgação, o fim da imunidade tributária foi bastante polêmico e recebeu críticas de vários setores. Agora na atualização dos "Perguntas e Respostas" não só reitera a medida como tenta dar uma justificativa para o fim da isenção, concedida a partir de 2014.

Tribuna

Leilão de aeroportos tem ágio que passa de 9.000% e rende R\$ 3,3 bi

ESTADÃO CONTEÚDO

O primeiro leilão da Infra Week, como foi batizada a sequência de três dias de leilões de concessões em infraestrutura, vai render ao governo R\$ 3,3 bilhões em pagamentos de outorga - o mínimo esperado era de R\$ 185 milhões. Ou seja, a disputa teve um ágio médio de mais 1.600%.

A licitação realizada ontem na B3, na capital paulista, vai transferir para a iniciativa privada três blocos de aeroportos nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. No total, foram leiloados 22 terminais em 12 Estados, que vão exigir investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões ao longo dos 30 anos de

Sete consórcios diferentes participaram do certame, mas a grande vencedora foi a CCR, que arrematou dois dos três blocos ofertados pelo governo. Por meio da subsidiária Companhia de Participação em Concessões, a empresa deu um lance de R\$ 2,128 bilhões no lote Sul, com ágio de 1.534%. Esse bloco é composto pelos aeroportos de Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Navegantes (SC), Londrina (PR), Joinville (SC), Bacacheri (PR), Pelotas (RS), Uruguaiana



(RS) e Bagé (RS). O lance mínimo foi R\$ 130,2 milhões.

O outro lote vencido pela CCR foi o Central, que inclui os terminais de Goiânia (GO), São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), Petrolina (PE) e Imperatriz (MA). Nesse bloco, a proposta da empresa foi de R\$ 754 milhões - um ágio de 9.156% ante o lance mínimo de R\$ 8,1 milhões.

O grupo já detém a concessão do Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, e administra terminais no Equador, Costa Rica e Curaçao, além de ter uma operação de serviços aeroportuários nos Estados

Unidos.

O bloco Norte foi vencido pela francesa Vinci Airports, que administra o aeroporto de Salvador. A empresa deu lance de R\$ 420 milhões, com ágio de 777%, e vai administrar os terminais de Manaus (AM), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista (RR). "Estamos satisfeitos com o resultado do leilão. Damos um passo importante para o trabalho que estamos desenvolvendo no Brasil. Temos ambições claras", diz o presidente da Vinci Airports, Nicolas Notebaert.

Bolsonaro critica aumento de 39% do preço do gás natural

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que é "inadmissível" a Petrobrás reajustar o preço do gás natural em 39%, como anunciado nesta semana.

Se dirigindo ao general Joaquim Silva e Luna, escolhido por ele para assumir a estatal, o presidente defendeu que haja previsibilidade sobre reajustes: "Podemos mudar esta política de preços lá", afirmou.

"Ele [Silva e Luna] sabe que é uma empresa que, mais do que transparência, tem que ter previsibilidade. É inadmissível se anunciar agora, o velho presidente ainda, um reajuste de 39% no

gás. É inadmissível. Que contratos são esses? Que acordos foram esses? Foram feitos pensando no Brasil? Em um período de três meses?", disse. "Não vou interferir, a imprensa vai dizer o contrário. Mas podemos mudar esta política de preços lá."

O presidente participou hoje em Foz do Iguaçu (PR) da cerimônia de posse do general João Francisco Ferreira como novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional. Ele substituirá Joaquim Silva e Luna, que deve assumir a presidência da Petrobrás assim que receber o aval do conselho de administração da estatal.

No evento, Bolsonaro citou que Silva e Luna aceitou "de pronto" o convite para a presidência da Petrobrás.

Tribuna



Cadeado no crédito

As linhas de crédito não chegam aos micro e pequenos empreendedores por controle de risco dos bancos. Essa é uma das reclamações do presidente do Sescon-SP, Reynaldo Lima Jr, alertando a situação dos empresários de comércio e serviços. “De outro lado temos a demora para a edição da MP da redução de jornada e suspensão de contratos”.

Tribuna

Bahia vai receber novas doses de vacina contra Covid a partir de hoje

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, confirmou ontem (7), a distribuição de 5,5 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 nesta semana, para todo o Brasil, pelo Ministério da Saúde (MS). As doses serão distribuídas em duas etapas para os estados hoje (8), a previsão é de 2 milhões de imunizantes e mais 3,5 milhões no sába-

do (10). Cada estado terá a sua cota a ser analisada.

De acordo com a Assessoria de Comunicação da secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), a dosagem deve ser definida pelo Ministério da Saúde (MS) e até o momento do fechamento desta matéria eram aguardadas as confirmações.

O secretário Fábio Vilas-Boas explicou que o Ministério da Saúde está enviando mais 2 milhões de doses para o Brasil, amanhã (hoje) e no sábado mais 3,5 milhões em todo país da vacina AstraZeneca. Em en-

trevista à TV Bahia, Vilas-Boas também explicou a antecipação de 44 mil vacinas recebidas para 2ª dose que serão utilizadas 10 mil na aplicação da primeira dose, em Salvador. Com isso, não vai ter qualquer tipo de comprometimento para outros municípios, nem mesmo para Salvador.

A opção pela antecipação do uso dos imunizantes, segundo Vilas-Boas, teve a intenção de não deixar o processo de vacinação parado, já que os novos lotes de vacinas programados para chegar nesta semana,



Foto: Romildo de Jesus

SECRETÁRIO

Fábio Vilas-Boas anunciou que mais doses vão chegar hoje e neste sábado

não impactam na decisão.

O secretário informou que o envio das doses para o interior baiano se tornou inviável porque demandaria uma "logística monstruosa" e a chegada delas nos municípios coincidiria com a en-

trega de novas cargas feita pelo Ministério da Saúde.

"Quero ressaltar que a intenção nossa foi fazer com que as vacinas possam ser utilizadas mais rapidamente dentro do município de Salvador, já que se fosse distri-

buir para todos os municípios da Bahia, estaríamos gastando uma logística monstruosa durante 24, 48 horas de distribuição que coincidiria exatamente com a chegada das vacinas amanhã", disse Fábio Vilas-Boas.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/04/2021	



Nova versão do SEI vai permitir comunicação com órgãos federais e de outros Estados

7 abril 2021



Foto: Reprodução

Em breve, os servidores estaduais vão poder se comunicar por meio do SEI Bahia com os 350 órgãos federais e as unidades dos 12 Estados da federação que também usam a ferramenta para tramitação eletrônica de processos e documentos administrativos. A novidade – propiciada pelo lançamento da versão 4.0 do sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4) – foi anunciada em primeira mão na manhã desta quarta-feira (7), pelo secretário de Administração do Estado da Bahia, Edelvino Góes, durante a live “Em dia com o SEI: novas ferramentas e funcionalidades”, que mobilizou mais de 700 servidores dos mais diversos órgãos estaduais.

No evento, o secretário fez um balanço dos ganhos financeiros e de gestão propiciados pelo sistema, cedido gratuitamente à Administração Estadual pelo TRF4. Com mais de 2,2 milhões de processos abertos desde o início da sua implantação, e cerca de 95 mil usuários cadastrados – entre servidores e cidadãos que interagem com o Estado, – o SEI Bahia já gerou para os cofres públicos uma economia estimada em R\$ 180 milhões, levando em conta não apenas a eliminação das despesas com a confecção de processos físicos como também com sua guarda e indexação digital, além dos investimentos que seriam necessários para aquisição de um sistema do gênero.

“São ganhos expressivos, mas o mais preponderante é que o sistema se tornou, como tínhamos convicção desde o início, um ponto de inflexão nas nossas rotinas administrativas: o êxito do SEI é o êxito de toda a máquina pública”, afirmou Edelvino Góes.

Na sequência, o superintendente de Gestão e Inovação da Secretaria da Administração (Saeb), Anderson Prazeres, chamou atenção para o potencial de ganho que o SEI Bahia ainda trará para o estado, como consequência do grande volume de dados disponíveis no sistema. “O SEI tem muito informação valiosa, por isso a gestão do conhecimento será a grande economia que ele trará para o Estado”, explicou Anderson.

Novas funcionalidades

Durante o evento, também foram apresentados ao público uma série de novidades que estão sendo colocadas à disposição dos usuários do SEI Bahia. O superintendente Anderson Prazeres mostrou as novas

funcionalidades da ferramenta de Business Intelligence (BI) do SEI Bahia, com destaque para os relatórios estatísticos que podem ser acessados pelos administradores locais do sistema nas unidades.

Já o diretor de Inovação e Gestão de Projetos de TIC da Saeb, Cesar Augusto Rocha mostrou na prática como os usuários do SEI Bahia podem interagir com Assistente de Atendimento Robotizado (chatbot), um programa de computador que permite tirar dúvidas e obter respostas do sistema, de forma rápida e assertiva. “Trata-se de uma ferramenta importante neste momento em que temos cerca de 50 mil usuários externos, que utilizam a ferramenta sem passar por treinamento”, disse César.

Por último, o coordenador do SEI Bahia, Marcio Souza, fez uma apresentação sobre o módulo de peticionamento eletrônico, que permite a não servidores abrir processos e anexar documentos ao sistema. “O módulo que nos foi cedido gratuitamente pela Anatel nos ajuda a permitir que o usuário externo possa interagir com o Estado de forma 100% remota, sem ter de levar documentos ao protocolo para scanneamento”, ressaltou Marcio.

Para que essas facilidades sejam oferecidas, o coordenador destacou a importância das unidades definirem quais os seus tipos de processos que precisam ser configurados no módulo de peticionamento, além de concluírem a implantação de todos os processos finalísticos (como são denominados os processos específicos de cada órgão).

Fonte: Ascom/Saeb

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/04/2021	



Em fórum mundial, governador defende políticas públicas universais na área de Saúde

7 abril 2021

O governador Rui Costa defendeu políticas públicas universais na área de saúde, desde a atenção básica até a alta complexidade, com destaque ao combate à pandemia da Covid-19. O governador da Bahia é um dos participantes do 18º Fórum Mundial de Ética nos Negócios ‘Mudando Paradigmas em um Mundo Pandêmico: Como recuperar a confiança? Saúde, felicidade e ética’. O evento realizado nesta quarta-feira (07), que conta com representantes de diferentes países, é uma realização da International Association for Humans Values (IAHV), fundada pelos líderes humanitários Sri Sri Ravi Shankar e Dalai Lama. A organização tem caráter educacional, social e humanitário, atuando por meio do trabalho voluntário em mais de 155 países.

Rui destacou que a Bahia é o segundo estado brasileiro com menor taxa de mortalidade por Covid-19. “O Brasil vive uma tristeza muito grande. Só ontem foram 4.135 óbitos no Brasil, já passamos de 330 mil mortes e infelizmente esse número está muito acelerado, com taxa de ocupação em torno de 80%, de 90%, em alguns estados 100% dos hospitais lotados, uma situação muito grave. Aqui no estado da Bahia, dos 27 estados federados do Brasil, nós somos a segunda menor taxa de mortalidade do Brasil, e mesmo assim, esta semana, chegamos a 15 mil óbitos”.

Rui delegou ao governo federal a responsabilidade pela alta taxa de mortalidade no País. “O presidente da República tem negligenciado de forma persistente o vírus, negado a existência e a gravidade, negado inclusive o papel da vacina. Só agora, com a queda drástica da sua aprovação, começou a reconhecer a vacina como uma ferramenta fundamental para tirar o Brasil da crise”. Segundo Rui, o Brasil atrasou muito a compra das vacinas. “Tivemos a aprovação no Congresso Nacional de uma lei que tem a função de facilitar a compra pelos estados sub-nacionais. Nós fizemos uma compra internacional [...] mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão do governo federal, ainda protela a compra dessas vacinas, sem dar um horizonte concreto para reduzirmos o grau de contaminação no nosso País”.

Outra preocupação do governador é com o projeto de lei recém aprovado na Câmara dos Deputados, que autoriza a compra de vacinas por instituições privadas. “Um projeto de lei que permite que os ricos se vacinem antes dos pobres, [...] indo infelizmente na contramão das políticas públicas que devem oferecer à população o acesso gratuito à saúde, da atenção básica à alta complexidade”, afirmou. Rui destacou que, além de mortes, a pandemia tem trazido fome, desemprego, e aumentado o número de pessoas extremamente pobres.

Para Rui, este é um momento para se discutir ética. “O ambiente do governo federal é de difusão de notícias falsas, de negação da doença e da ciência e de aprofundamento da crise. Então o Brasil vive um momento muito difícil. É um momento muito rico para se discutir ética e se discutir que mundo iremos construir depois dessa pandemia. O mundo que virá depois não será construído necessariamente quando acabar a pandemia. Nós construiremos ele a partir da pandemia, do combate à pandemia”.

O Governador destacou também que a Bahia tem feito investimentos recorrentes na área da Saúde, além do combate à pandemia. “Aqui no estado da Bahia, nós temos buscado fazer isso com o maior investimento da história do nosso estado em saúde pública, desde o início do nosso mandato, fortalecendo a atenção básica. São 25 policlínicas regionais, que visam fazer atenção básica e diagnóstico das doenças, dez unidades hospitalares novas, apenas no meu mandato de governador”. **Repórter: Raul Rodrigues**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/04/2021	



Unidades de Assistência Respiratória aceleram a recuperação precoce de pacientes com Covid-19

7 abril 2021



Foto: Divulgação

À medida que os aprendizados com a pandemia vão surgindo, novas técnicas e estratégias vão sendo implantadas para salvar vidas. Uma delas é a implantação de Unidades de Assistência Respiratória (UARs), iniciativa pioneira no SUS na Bahia, e que já mostra resultados significativos. Nos cerca de 20 dias em que os leitos estão efetivamente funcionando, os pacientes assistidos nessas unidades obtiveram uma recuperação precoce da Covid-19, sendo transferidos em poucos dias para leitos de enfermaria clínica e não evoluíram para a necessidade de terapia intensiva (UTI) e intubação.

“A fisioterapia respiratória fez toda a diferença na minha recuperação da Covid-19. Os exercícios e os aparelhos utilizados, todos os dias, garantiram que meu corpo respondesse e se recuperasse mais rapidamente”, afirma o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas. Após vencer a Covid, o secretário aplicou a vivência na criação dos leitos de assistência respiratória na Bahia. “Assim, os pacientes conseguem ter suporte não invasivo, sem necessidade de intubação e, dessa forma, nós poupamos leitos de UTI, podendo deixá-los, apenas, para os casos mais graves”, acrescentou.

Na Bahia, até o momento, leitos do tipo estão implantados no Hospital Regional Costa do Cacau (HRCC), em Ilhéus, nos recém-inaugurados Hospital Metropolitano (HM) e Riverside, ambos em Lauro de Freitas, e em algumas unidades da rede própria da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab).

Nos sete leitos de UAR em funcionamento no HRCC, dos 34 pacientes atendidos, 21 conseguiram se recuperar precocemente da Covid-19, o que representa 61% do total, e foram transferidos para a enfermaria em poucos dias para finalizar o tratamento. Atualmente, o tempo médio de permanência na UAR tem sido de quatro dias.

Já no Hospital Metropolitano, no qual 120 leitos de assistência respiratória estão funcionando, também se nota um resultado promissor na recuperação dos pacientes. Dois terços dos leitos de enfermaria do hospital

integram a Unidade de Assistência Respiratória. “Esses pacientes são atendidos na fase aguda da doença e manejados de forma preventiva para que seja evitada a intubação. Usamos todos os recursos de que dispomos na Unidade Respiratória para que o paciente possa se recuperar logo e seguir para a enfermaria de clínica médica”, explica a coordenadora de fisioterapia do HM, Karina Sorto.

O Hospital Riverside, inaugurado no último fim de semana, vai contar com 32 leitos do tipo quando atingir a plena capacidade. A programação é abrir leitos de UAR em todos os hospitais da rede estadual com gestão direta da Sesab. Para isso, está em fase de contratação uma empresa que fará o treinamento dos profissionais de fisioterapia atuantes na rede estadual de assistência à saúde.

Como funciona

A UAR é caracterizada por ser um modelo de atendimento focado em fisioterapia respiratória, contando com profissionais especializados, 24 horas por dia. São fisioterapeutas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e psicólogos, entre outros. Nela, o paciente realiza constantemente exercícios motores e respiratórios, voltados para o fortalecimento muscular. São técnicas não invasivas e que auxiliam no bom funcionamento pulmonar e na recuperação precoce de doenças respiratórias.

A fisioterapeuta Karina Sorto esclarece que a UAR, por ser uma unidade de complexidade intermediária, oferece ao paciente vigilância maior do que em uma enfermaria de clínica médica, o que permite assistir a sua progressão para intervir o quanto antes, caso necessário. É nela em que são realizadas intervenções específicas como a ventilação não invasiva, pronação (virar o paciente de bruços) e oxigenioterapia.

Embora a fisioterapia respiratória esteja sendo amplamente empregada para evitar o agravamento e consequente intubação, ela também é aplicada quando a pessoa já está com a capacidade pulmonar comprometida, com sequelas. Neste caso, é feita a reabilitação pós-doença, para acelerar a recuperação, por meio de treinamento muscular com exercícios respiratórios e de mobilização. Só a Unidade de Assistência Respiratória do Hospital Metropolitano conta com 33 fisioterapeutas que se revezam, trabalhando 24 horas por dia. Treinamentos teóricos – com apresentação dos protocolos – e práticos (in loco) fazem parte da rotina dos profissionais.

Gilmário da Silva Alcântara Santos, 54 anos, é um dos pacientes que se recuperou da Covid-19 graças à fisioterapia respiratória. Foram 11 dias de internação no HM. Quando chegou no hospital, em 23 de março, necessitava de alto fluxo de oxigênio, sendo instituída ventilação não invasiva intercalada com a máscara não reinalante. Quatro dias depois, Gilmário apresentou melhora, sendo ajustado o suporte de oxigênio para baixo fluxo através de cateter nasal

No dia 29 de março, ele já estava caminhando sem necessidade de suporte de oxigênio. O paciente conta que a máscara utilizada foi o ponto inicial da recuperação, “apesar de incomodar um pouco”. Segundo Gilmário, “o tratamento recebido foi como uma benção. Cada dia era uma surpresa: eu me alegrava com a alegria dos profissionais que chegavam até mim e me falavam como eu estava bem. Aquilo me trazia força e esperança”.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/04/21	



ARMANDO AVENA: A ECONOMIA BRASILEIRA TEM UM XERIFE QUE ESTÁ PROTEGENDO SEU BOLSO E SEUS NEGÓCIOS



admin 8 Abril, 2021

A economia brasileira tem um xerife e é ele que está protegendo seu bolso e seus negócios. O Ministro Paulo Guedes é a face política da economia e por isso nem sempre pode agir de forma técnica, pressionado pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, por isso quem está assumindo o papel de xerife da nossa economia é o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. E esse xerife tem apontado suas armas para os alvos certos. Campos diz com todas as letras que duas coisas tiram seu sono neste momento: a vacinação em massa e o risco de descontrole das contas públicas. “A vacinação é o que faz a economia abrir”, diz o Presidente do Banco Central. Sem a vacinação em massa, a economia pode até continuar funcionando, patinando entre um lockdown aqui e outro acolá, mas não vai deslanchar. E, mantendo-se o risco de descontrole fiscal, o fantasma da inflação voltará a assustar os brasileiros.

Pode não parecer, mas o xerife Campos protegeu a economia brasileira ao aumentar os juros para 2,75% e estabelecer uma tendência a alta que prevê que a taxa Selic chegue a 5% ao final do ano. Isso foi necessário para conter a inflação, que já começava a sair de controle. Mas não foi apenas isso, os juros baixos estavam desmoralizados, pois quando o governo ia ao mercado para rolar sua dívida, os bancos exigiam juros 3 vezes maiores, pedindo um prêmio altíssimo por conta da incerteza fiscal que coloca em dúvida a sustentabilidade das contas públicas.

Além disso, os juros estão negativos comparados com a inflação e, por isso, os investidores tiram o dinheiro das aplicações de renda fixa e jogam na bolsa de valores ou em ativos de risco, inundando o mercado de dinheiro e fazendo a inflação aumentar. E esse dinheiro que está fluando na economia foi multiplicado por dez com a injeção de bilhões de reais sem lastro que o governo está jogando no mercado, com o auxílio emergencial e outras medidas, para assim enfrentar a pandemia. Esse é um problema mundial, mas em países como o nosso de forte memória inflacionária se não se der início a um processo de enxugamento voltaremos ao tempo da hiperinflação.

O xerife Campos sabe disso e sabe também que se o descontrole fiscal não for contido haverá mais inflação e, o pior de tudo: dificuldade na rolagem da dívida interna brasileira, que já é de 100% do PIB. Por isso, ele luta para consertar a absurda lei orçamentária aprovada no Congresso Nacional, pois sabe que um orçamento com despesas subestimadas torna definitiva a impressão de que o governo perdeu o controle dos gastos e isso é gasolina no fogo da inflação.

Roberto Campos Neto é o xerife da economia brasileira, é ele que está passando a mensagem de que não haverá estouro do teto de gastos e que não transigirá em relação ao descontrole inflacionário. Campos só não consegue estabilizar o mercado de câmbio, a cotação do dólar, mas esse é um mistério que poucos economistas conseguem decifrar e que está relacionada não apenas a inflação e ao risco fiscal, mas também a uma incerteza quanto ao futuro do Brasil, inclusive do ponto de vista político e da pandemia.

No mais, Roberto Campos Neto é o xerife da economia brasileira e é ele que está protegendo seu dinheiro da desvalorização acelerada e tentando dar garantias para que os empresários possam retomar suas atividades, não de forma precária, mas sob o manto da vacinação, do controle inflacionário e da austeridade fiscal.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/04/21	



LEILÃO NA FIOI VAI GARANTIR R\$ 3 BI EM INVESTIMENTOS



admin 8 Abril, 2021

A Infra Week, que começou com a concessão de 22 aeroportos nesta quarta-feira (7), também será marcada pelo leilão do primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste, a Fiol 1, nesta quinta-feira (8), às 14h. O Ministério da Infraestrutura, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), vai conceder o trecho de 537 quilômetros de extensão entre as cidades de Ilhéus e Caetitê, na Bahia. A concessão vai destravar o projeto que será fundamental para transformar a logística no estado e contribuirá com a meta do Ministério da Infraestrutura de ampliar a participação ferroviária na matriz de transportes do Brasil.

O vencedor do certame ficará responsável pela finalização do empreendimento e operação do trecho, em uma concessão que vai durar por 35 anos, totalizando R\$ 3,3 bilhões de investimentos. Desse total, R\$ 1,6 bilhão será utilizado para a conclusão das obras, que estão com 80% de execução. Além disso, a concessão da Fiol vai permitir a criação de 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo da concessão.

“Nós estamos destravando o projeto de infraestrutura mais importante para o estado da Bahia. Temos uma revolução ferroviária em curso”, afirma o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. “O governo tem investido para melhorar a infraestrutura logística ao agronegócio e vivenciaremos um “boom” ferroviário no país, que vai ajudar a agilizar e baratear o escoamento da produção das diversas cadeias do setor”, avalia Freitas.

O Governo Federal também trabalha nos projetos para concessão dos outros dois trechos: a Fiol 2, entre Caetité (BA) e Barreiras (BA), com obras em andamento, e a Fiol 3, de Barreiras (BA) a Figueirópolis (TO), que aguarda licença de instalação por parte do Ibama. Um corredor de escoamento que terá um total de 1.527 quilômetros de trilhos, ligando o porto de Ilhéus, no litoral baiano, ao município de Figueirópolis (TO), ponto em que a Fiol se conectará com a Ferrovia Norte-Sul e o restante do país.

mercado

Vale a pena carro elétrico no Brasil?

É provável que em breve carros a petróleo sejam sinal de subdesenvolvimento

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Há pouco tempo um amigo que mora em Nova York (EUA) tomou a decisão de comprar um carro elétrico de última geração...

aproximar portando o celular que as portas vão se abrir automaticamente.

Além disso, o pedal do freio passa a se tornar progressivamente inutilizado. Isso ocorre porque o carro pode ser guiado basicamente só com um único pedal.

A primeira diferença é que o carro não tem botão de partida, nem liga e desliga. É só entrar nele e dirigir, já que não há ignição. Também não tem chave. O carro é acionado diretamente pelo celular, por meio do bluetooth. Basta se

de auto-direção total). Com isso, ele é capaz de dirigir sozinho, especialmente em autoestradas ou em congestionamentos.

Meu amigo relata que levou um tempo para perder o medo de usar essas capacidades, especialmente em altas velocidades, mas que aos poucos já aprendeu a confiar em quando podem ser utilizadas.

De para ter um carro como esse no Brasil? A resposta para essa pergunta é dependo de você esperar o uso do carro. Neste momento, várias das funcionalidades estão desabi-

lidade no país ou a empresa avisa que não estão disponíveis oficialmente. Assim, o uso fica por conta e risco do usuário.

Além disso o país não possui a infraestrutura necessária para carregar carros assim. Apesar de a autonomia chegar a mais de 400 quilômetros, não há estações de carga rápida pelo país.

Sem essa infraestrutura, são várias as complicações

para o usuário. Alguns instalam a estação de carga na própria casa. Mesmo assim, ficam limitados em até onde dá para ir de forma conveniente e com autonomia.

Por que tudo isso é importante para o Brasil? Porque basta olhar para o que está acontecendo tanto na China como nos EUA para ver que o futuro dos carros é a eletrificação. O presidente americano Joe Biden acaba de anunciar um plano de US\$ 2,2 trilhões para investimentos em infraestrutura.

Além disso o governo federal vai fazer repasses a estados e municípios instalarem mais de 500 mil estações de carregamento espalhadas pelo país até 2030. O plano vai também

READER Já era - carros e aviões controlados por pessoas

Já é - a chegada dos carros que se autodirigem

Já vem - aviões de caça 100% controlados por computador

Nova lei de licitações pune número maior de fraudes

Legislação prevê pena de reclusão de quatro a oito anos e aplicação de multa

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO A nova lei de licitações, sancionada com vetos na última quinta-feira (4) pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), estabelece uma gama maior de crimes do que os previstos nos antigos regulamentos e é dura ao penalizar o agente público.

O texto, que já está em vigor, substitui a Lei Geral das Licitações (8.666/93), a Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (12.462/13) e a Lei do Pregão (10.520/02), que até o último semana regulavam as compras do Estado.

Agora, o novo texto inaugurou um capítulo inteiro no Código Penal. Entre outras tipificações, o capítulo pune fraude à licitação com pena de reclusão de quatro a oito anos e multa. A Lei Geral das Licitações, de 1993, punia ações correspondentes com reclusão de dois a quatro anos, além de multa.

São listados cinco formas de fraude: entregar mercadorias ou prestar serviços diferentes dos previstos no edital; fornecer comovedoria mercadoria falsa ou deteriorada; alterar qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido e qual-quer fraude que "torne injustamente mais onerosa" a compra para administração pública.

Outras ações contempladas pelo capítulo são, por exemplo, "afastar ou tentar afastar licitan-

te por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem", cuja pena será de reclusão de três a cinco anos. Admitir empresa ou profissional declarada inidônea na licitação poderá ser punido com reclusão de um a três anos e multa.

O excesso de regras e detalhes de procedimentos, avalia Luís Felipe Valerim, professor de direito na FGV e sócio do XXV Advogados, pode engessar o administrador público.

"Os desvios acontecem e devem ser punidos, sem dúvida. Mas do universo de contratações, em termos de liberdade para o gestor desenhar contratações melhores", diz. Valerim explica que a nova lei é mais rigorosa por ter mais tipos punidos. "É um pouco a lógica de que o gestor precisa ter rédea, senão ele faz bobagem. Eu acho essa premis-

sa bastante equivocada", diz. O novo capítulo no código penal substituiu os artigos 89 a 108 da Lei 8.666, que tipificavam os crimes em um processo de licitação. Eles foram revogados pelo artigo 193 da nova regulamentação.

A lei tirou o capítulo de crimes da lei de licitações e incorporou código penal, afirma Rafael Valim, sócio do escritório Ward e Advogados. "Ela não revogou os crimes de fraude".

Segundo os advogados, a lei pode também ter consolidado medidas que indiretamente evitam a defesa de corrupção.

Os agentes públicos não saberão mais quais empresas estão interessadas em um edital, por exemplo. Isso porque a nova lei proíbe a exigência de identificação para acessar as informações da licitação no novo portal, a ser criado, que reunirá todos os processos de licitação: o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Além disso, as autoridades que tiverem atuado de acordo com a orientação dos órgãos de assessoramento jurídico terão direito à defesa pela Advocacia Pública.

"Essa é uma medida muito importante até para efeito de corrupção. Porque os agentes públicos, muitas vezes, faziam um colchão para pagar advogado. Esse é um ponto muito relevante para segurança jurídica", diz Valim.

Uma recorrente origem de corrupção que se mantém na lei foi a possibilidade de transferência da responsabilidade por licenciamento ambiental e desapropriações ao contratado. "É uma grande causa de obra parada", diz Valim.

Isso porque entre a licitação de uma obra até a sua execução, o número de famílias em um terreno, por exemplo, pode aumentar. O prazo e o preço também vão mudar. "O processo fica caro, muitas vezes é uma fonte de corrupção e a empresa até desiste da obra. Essas são providências que devem anteceder à licitação", diz.

Novidades introduzidas pelo novo marco

- Prevê 5 tipos de licitação: concorrência, concurso, leilão, preço e diálogo competitivo
• Permite que União, estados e municípios elaborem planos de contratações anuais
• Traza a ideia de vantagem, o que pode dar mais qualidade aos serviços e produtos
• Autoridades e servidores envolvidos nas licitações poderão ter a defesa da Advocacia Pública em eventuais processos
• Licitações presenciais deverão ser gravadas

'Vazador' diz possuir dados de 500 milhões de usuários do Facebook

WASHINGTON | REUTERS Um "vazador" disse que está oferecendo informações sobre mais de 500 milhões de usuários do Facebook — incluindo números de telefone e outros dados — virtualmente de graça.

Alon Gal, cofundador da empresa de inteligência contra crimes cibernéticos Hudson Rock, disse no sábado (3) que o banco de dados parece ser o mesmo conjunto de telefones ligados ao Facebook que vem circulando em grupos de hackers desde janeiro. A Reuters não conseguiu imediatamente confirmar a autenticidade da base, que está sendo oferecida por alguns euros em crédito digi-

tal em site para hackers; Gal disse que verificou alguns dados, comparando-os com telefones de pessoas que ele conhece.

Outros jornalistas disseram que também compararam números conhecidos com os detalhes do vazamento de dados.

Em nota, o Facebook afirmou que a base de dados é "muito antiga" e relacionada a um problema corrigido em agosto de 2019.

Gal disse à Reuters que os usuários do Facebook devem ficar alertas nos próximos meses para "ataques de engenharia social" de pessoas que podem ter obtido seus dados privados.

Chega ao fim congestionamento de navios no Canal de Suez

CAIRO | REUTERS Todos os navios que ficaram congestionados pelo enchimento do gigante cargueiro Ever Given no Canal de Suez haviam passado pelo canal até este sábado (3), encerrando o congestionamento acumulado durante o bloqueio, disse autoridades locais.

Os últimos 61 navios, dos 422 que estavam na fila quando o Ever Given foi desalojado, passaram pela artéria comercial vital neste sábado, disse a SCA.

As cadeias internacionais de fornecimento foram afetadas quando o Ever Given,

com 400 metros de comprimento, encalhou no canal em 23 de março. Equipes com especialistas em resgate levaram quase uma semana para liberá-lo, após extensas dragagens e várias operações de rebouque.

Uma investigação da entidade começou na quarta (31) para descobrir o que ocorreu ao navio e encalhar e bloquear as águas por seis dias, afirmou o presidente da autoridade do canal, Osama Rabie, à emissora parva da MBC Masr no fim da sexta (2). Segundo ele, os resultados serão divulgados em breve.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA AMBULATORIAL MÉDICO DE ESPECIALIDADES TABOÃO DA SERRA, convidada as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 001/2021, realizado para a contratação de serviços de Limpeza, Conservação e Desinfecção de superfícies fixas. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.pblunio.com.br/itavivo

ABMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS MATERIAIS DE DENSE E SEGURANÇA S.P.A. - Rua Eng. Leônidas, 237 - Jd. Eldorado - São Paulo - SP - CEP: 05310-145. Inscrição Estadual nº 13.117.186-0. Inscrição Municipal nº 13.117.186-0. CNPJ nº 06.401.200-9.

Hidroelétrica Santa Branca S.A. CNPJ nº 13.223.930/1-45. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Convém aos senhores acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28.04.2021, às 14h00 em 2ª convocação, na Rua Matias Leites, 1970, Curitiba/PR, CEP: 81230-410, com a seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2020; b) deliberar sobre a distribuição de lucros líquidos e a distribuição de dividendos; c) alterar o Statuto da Companhia para a Rua Matias Leites, 1970, Curitiba/PR, CEP: 81230-410; d) atribuição da totalidade dos direitos de voto aos acionistas titulares de ações de capital ordinário e de capital preferencial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO FUNDAÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL A comissão dos aposentados e pensionistas de São Paulo, criada em 13 de fevereiro de 2020, que tem como integrantes os senhores ANA CLAUDIA BISPO, CPF nº 051.309.096-59, MARIA BARBOSA DA SILVA, CPF nº 208864894-15, ADALBERTO SALES, CPF nº 042.424.708-94, MARIA HELENA SÁVIO DIDOMENICO, CPF nº 701.954.208-63, PATRICIA SANTOS DE ALMEIDA, CPF nº 266.704.388-54 e EDVAN CARNEIRO DA SILVA, CPF: 237.843.854-00, convoca todos os aposentados e pensionistas deste Estado, para assembleia, que será realizada no dia 10 de maio de 2021, na Rua Primitiva Vianco, nº 244, Centro, CEP: 06016-901 - Osasco/SP, às 16 horas, a fim de discutir e deliberar sobre a criação do SINDICATO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS Nº 224 DE SÃO PAULO.

LEIÃO DE ALIENACÃO EDUCACIONAL. FUNDADAÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Convém aos senhores acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28.04.2021, às 14h00 em 2ª convocação, na Rua Matias Leites, 1970, Curitiba/PR, CEP: 81230-410, com a seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2020; b) deliberar sobre a distribuição de lucros líquidos e a distribuição de dividendos; c) alterar o Statuto da Companhia para a Rua Matias Leites, 1970, Curitiba/PR, CEP: 81230-410; d) atribuição da totalidade dos direitos de voto aos acionistas titulares de ações de capital ordinário e de capital preferencial.

Edital de Convocação do Congresso Nacional Extraordinário da Força Sindical. CNPJ nº 65.524.844/00-03. Pelo presente Edital, a Força Sindical, por seu Presidente Interino, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os seus filiados para participarem do Congresso Nacional Extraordinário da Força Sindical, com o tema: "O futuro da Força Sindical em um mundo em transformação".

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA - CNPJ nº 14.117.993/001-03 - INSC. EST. nº 21.310.043-11. EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Fianças dos Senhores Acionistas da Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA convocada a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 05 de maio de 2021, às 10h00, na sede social, Companhia de Ferro Ligas da Bahia S.A., Rua Santa Helena, 150, Salvador - BA, inscrita no CNPJ nº 08.752.394/0001-00, inscrita no CNPJ nº 08.752.394/0001-00, inscrita no CNPJ nº 08.752.394/0001-00, inscrita no CNPJ nº 08.752.394/0001-00.

mercado

Economia de SP sofreu menos com restrições impostas pela pandemia

Retomada, porém, é desigual, com melhor desempenho de setores que empregam menos

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO As medidas de distanciamento social adotadas em 2020 por causa da pandemia tiveram impacto menor sobre a economia paulista do que na maior parte do país.

Enquanto outros estados que também se saíram bem contaram com o impulso do auxílio emergencial ou das exportações de produtos básicos, São Paulo se destacou pelos bons resultados do setor financeiro e dos serviços prestados às empresas por profissionais liberais que se adaptaram rapidamente ao home office.

Segundo dados do Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), o PIB (Produto Interno Bruto) paulista cresceu 0,4% no ano passado. A economia brasileira encolheu 4,1%. O estado responde por cerca de um terço do PIB nacional.

Somente o setor financeiro deu uma contribuição de 1,5 ponto percentual para o crescimento da economia local. São Paulo representa 52% das atividades financeiras no país. O setor tem um peso de 10% no PIB do estado.

As atividades profissionais, científicas e técnicas, que incluem advocacia, contabilidade, marketing, pesquisa e engenharia, entre outros serviços, contribuíram com mais 0,3 ponto percentual. A participação desses serviços no PIB paulista também é de quase 10%.

Também deram contribuições positivas, embora menores, comércio, construção civil, atividades imobiliárias e serviços de informação. Do lado negativo, destacaram-se as quedas da indústria, dos serviços de transporte (principalmente de passageiros), de alojamento e alimentação e educação e saúde privados.

"Em primeiro lugar, o que funcionou em São Paulo foi a reabertura gradual e organizada de todos os segmentos, com assinatura de protocolos com cada setor. Tudo isso deu confiança e a atividade pode retomar com maior vigor, além de todo o trabalho de promoção de investimentos que nós fizemos", afirmou à Folha o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles.

"A expectativa é termos um crescimento maior também em 2021. Evidentemente, isso está muito relacionado ao sucesso do programa de vacinação, que vai de acordo com o cronograma em São Paulo. No Brasil é um pouco mais preocupante."

De acordo com os dados da Seade, o estado concentra o setor terciário mais moderno do país, com forte presença dos serviços prestados às empresas, como atividades financeiras, imobiliárias e de informação e comunicação.

Em diversos outros estados, segundo a instituição, os serviços voltados às famílias, que são mais sensíveis às medidas de distanciamento social necessárias para o combate à pandemia, têm maior importância.

"O ponto fraco da atividade econômica no Brasil inteiro em 2020 foi o setor de serviços, por causa das medidas de distanciamento social. Em São Paulo, o setor cresceu. Esses segmentos que são muito concentrados em São Paulo são intensivos em tecnologia e mudaram a chave rapidamente para o home office. Também são altamente demandados pelas sedes das empresas e têm uma participação expressiva no PIB", afir-

Atividades financeiras e profissionais, científicas e técnicas puxam PIB paulista



13,7% foi o crescimento do setor financeiro em SP

-9,8% foi a queda no segmento de alojamento e alimentação

Crescimento da atividade em 13 estados em 2020, segundo o Banco Central**



*Valor adicionado + impostos líquidos / **O Índice de Atividade Econômica Regional do BC não pode ser comparado com os dados do PIB

Fontes: Fundação Seade e Banco Central do Brasil

SP está dentro dos limites de gastos com servidores, apesar de despesa elevada com inativo

Estados abaixo do limite de alerta de 54% da despesa com pessoal/receita

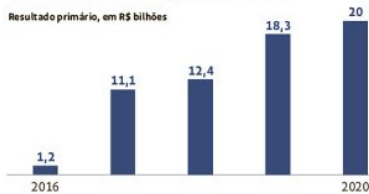


37% é o gasto de SP com ativos em relação à receita, 2º menor, após ES (31%)

16% é o gasto com inativos em relação à receita, 8º pior resultado

Fonte: Boletim de Finanças dos entes subnacionais 2020 - Tesouro Nacional/Ministério da Economia

São Paulo manteve superávit em 2020



Fontes: Governo de São Paulo e Boletim de Finanças dos entes subnacionais 2020 - Tesouro Nacional/Ministério da Economia

ma Wagner Bessa, gerente da Área de Indicadores Econômicos da Seade.

Amesma lógica explica o desempenho do comércio paulista acima da média nacional, segundo Bessa.

Em primeiro lugar, boa parte das empresas conseguiu migrar para o comércio eletrônico. Além disso, o segmento que menos sofreu com a crise foi o atacadista, que representa quase 50% do comércio paulista.

"São Paulo é um 'hub' nacional e internacional. O comércio sofre, mas os grandes centros atacadistas e varejistas estão aqui", afirma Bessa.

O gerente da Seade afirma que, embora tenha se destacado em termos de crescimento, o estado também vê uma recuperação mais desigual da economia, como no restante do país, tendo em vista que a maioria dos setores que se destacaram empregam menos e têm salários maiores do que aqueles que foram mais prejudicados pela crise.

Sobre o impacto do auxílio emergencial, ele afirma que, relativamente a outros estados, o efeito desses recursos sobre a economia é menor. O volume, no entanto, é importante em termos absolutos e ajudou também a sustentar o consumo na região.

O estado já havia registrado crescimento maior que a média nacional em 2019, respectivamente, 2,2% e 1,4%. Para 2021, as projeções para o Brasil são de expansão pouco superior a 3%. Para São Paulo, o governo do estado projeta crescimento de 5,4%.

A Seade informou que o PIB paulista cresceu 0,5% em janeiro e 1,1% em fevereiro, segundo dados preliminares. Ainda não há dados para o PIB dos outros estados. Um indicador que abrange outras regiões é o ICBR (Índice de Atividade Econômica Regional) do Banco Central, que possui resultados para 13 estados.

Embora os números sejam comparáveis, uma vez que a metodologia de cálculo do índice do BC não é a mesma do PIB, elaborado pelo IBGE, é possível analisar a diferença entre os estados.

Nesse caso, destacam-se Pará, Paraná e Pernambuco com desempenhos superiores ao de São Paulo. Minas Gerais teve resultado próximo ao paulista (ambos com queda de cerca de 1%). Na ponta oposta, Rio Grande do Sul e Espírito Santo tiveram quedas acima de 4%.

De acordo com o Boletim Regional do BC divulgado no final do mês passado, o Pará teve uma contração pouco relevante em 2020 e já se encontrava acima do patamar pré-crise em dezembro. O estado é grande exportador de minérios e foi favorecido pelo aumento dos preços das commodities e pela depreciação cambial.

Minas também se beneficiou das vendas de minério, além de ter bom resultado na produção agrícola.

O Nordeste encontra-se 0,7% abaixo do verificado no pré-pandemia, mas a atividade econômica pernambucana já se recuperou, com destaque para o setor industrial. Em especial, os segmentos de alimentos, bebidas, embalagens plásticas e produtos de limpeza, aqueles que foram beneficiados pela mudança no consumo provocado pela pandemia. O BC destaca o contraste com o desempenho fraco do mesmo setor na Bahia e no Ceará.

No Rio Grande do Sul, a contração mais intensa é decor-

rente, em especial, da quebra da safra gaúcha de grãos, segundo o boletim do BC. O Espírito Santo foi o estado com maior queda na produção industrial em todo o país, devido a problemas nos setores de petróleo, metalurgia, serviços e agropecuária.

Estado precisa aumentar receita para reduzir dívida

SÃO PAULO Enquanto as contas do governo federal seguem no vermelho pelo sétimo ano seguido e alguns governos regionais entram em insolvência, São Paulo está na lista dos dez estados com melhor situação financeira, apesar do alto endividamento.

Em 2020, com a ajuda do programa federal aprovado pelo Congresso, São Paulo acumulou um superávit primário de R\$ 19,9 bilhões. No ano anterior, quando não houve esse reforço, o resultado já havia sido positivo em R\$ 18,3 bilhões. São pelo menos 18 anos de superávit.

Na classificação do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Economia, o governo paulista possui nota B em relação à capacidade de pagamento, junto com outros sete estados. Apenas dois (Espírito Santo e Rondônia) têm a nota A.

Para chegar à nota máxima, São Paulo precisaria evoluir no indicador de despesa/receita e, principalmente, reduzir o alto endividamento. A dívida consolidada do estado é a maior em termos absolutos (R\$ 312 bilhões).

Em termos relativos, equivalente a 194% da receita, próxima ao limite de 200% fixado na legislação, o que lhe rende um conceito C nesse quesito. Os três estados acima desse patamar (RJ, RS e MG) são classificados como insolventes.

O governo paulista, no entanto, possui alta capacidade de honrar as obrigações financeiras, situação bem diferente dos outros grandes devedores, com um conceito A nesse quesito.

Segundo relatório da IFI (Instituição Fiscal Independente), o problema de endividamento alcança um grupo restrito de estados. "Apesar de ser considerado-se que São Paulo, apesar de ter uma dívida elevada, cumpre normalmente com seus compromissos financeiros."

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, diz que o endividamento está dentro dos limites prudenciais, fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e que é natural que a maior economia do país e o estado com maior orçamento tenha também a maior dívida em termos absolutos.

Segundo Meirelles, com as reformas da previdência esta-

Agora, o grande desafio é a vacinação. Com ela, teremos a possibilidade de crescimento [da economia], com crescimento da arrecadação

Henrique Meirelles
secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo

dual e administrativa, o estado conseguiu controlar as despesas e manter as contas no azul. Agora, precisa continuar a crescer para gerar receitas, o que irá melhorar ainda mais os indicadores fiscais.

"A situação de São Paulo é equilibrada porque adotamos as medidas necessárias para enfrentar as consequências da pandemia. Fizemos uma reforma previdenciária, depois a administrativa, com fechamento de empresas, de fundações, cortes de benefícios de servidores e também de benefícios fiscais para empresas", afirmou à Folha.

"Agora, o grande desafio é a vacinação. Com ela, teremos a possibilidade de crescimento [da economia], com crescimento da arrecadação. As despesas já estão controladas com a reforma administrativa. Agora é vacinar e trazer investimentos."

No ano passado, a ajuda federal a São Paulo ajudou a segurar a queda nas receitas, que ainda assim encolheram, e contribuíram com um alívio no pagamento da dívida.

Relatório do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que analisou os dados de 2020 mostrou que todos os estados fecharam o ano passado no azul, com resultado positivo total 27% maior, de R\$ 65 bilhões. No ano anterior, apenas o Piauí teve déficit.

Segundo o instituto, os efeitos da recessão econômica decorrente da pandemia sobre a arrecadação foram mais do que compensados pelas medidas compensatórias, levando ao crescimento da receita de R\$ 16 bilhões e a virtual estabilidade da despesa, considerando repasses federais, suspensão do pagamento da dívida com a União e o congelamento dos gastos com pessoal.

Em São Paulo, apesar do socorro federal, a receita corrente líquida encolheu 1,5% em 2020 (na média nacional, houve crescimento de 2,4%).

De acordo com Meirelles, o estado não necessita de nova ajuda em 2021, embora possa apoiar o plano de outros governadores que estejam com as contas em situação delicada por causa da pandemia.

O secretário afirmou também que possui recursos para tocar os investimentos públicos necessários. Em 2020, os investimentos cresceram 5%, com uma participação de cerca de 22% no total aplicado por todos os estados, segundo dados do Ipea.

Ele também destaca que o estado conta com o avanço do plano de concessões e privatizações. Atualmente, o estado é o segundo com maior número de empresas estatais. São 20 empresas, uma a menos que o Distrito Federal. Sem delas são dependentes.

Com os ajustes realizados nos últimos anos, o estado conseguiu reduzir gastos. Na relação despesa/receita, São Paulo recebeu nota B do Tesouro em 2019 e está entre os 12 melhores resultados.

Foi o único estado brasileiro com queda real (descontada a inflação) da despesa bruta com pessoal no período 2011-2019, de 9% período em que mediana foi um crescimento de 32%. Em 2020, caiu mais 2%.

É um dos cinco que conseguiram respeitar o "limite de alerta" da Lei de Responsabilidade Fiscal (54% dessa receita). Está em 52,9%.

Está abaixo da média no gasto com ativos (37% ante 46%), com o segundo menor do país na comparação com as receitas, atrás apenas do Espírito Santo.

Mas está acima nos inativos (16%, entre os oito maiores do país em relação às receitas), no qual pesam os policiais aposentados e o Judiciário. Este último tem uma participação que é o dobro da média de todos os estados e está acima do patamar de alerta da LRF (5,5% da receita líquida para um limite de 5,4%), segundo o TCE (Tribunal de Contas do Estado).

Eduardo Cucolo

mercado

Leilão de R\$ 10 bi dá força a Tarcísio na chapa de Bolsonaro para 2022

Ministro, no entanto, avalia que ser vice abre espaço para loteamento político de sua pasta

Julio Wiziack

BRASÍLIA O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, chegou a uma cruzilhada. Comandante de um projeto de concessão que pretende contratar R\$ 250 bilhões em investimentos até o final do mandato de Jair Bolsonaro (sem partido), ele ganhou a simpatia do presidente para, eventualmente, ser seu vice na disputa pela reeleição, em 2022.

Na próxima semana, sua pasta atrairá a atenção com um evento batizado de Infra Week (Semana da Infraestrutura). Serão três dias de leilão na Bolsa, de 7 a 9 de abril, em que o governo pretende transferir para a iniciativa privada a gestão de 22 aeroportos, 5 terminais portuários e 1 trecho da Fiol (Ferrovia de Integração Leste-Oeste).

A estimativa é que, com esses contratos, o governo consiga garantir R\$ 10 bilhões em investimentos e mais de 200 mil empregos diretos e indiretos ao longo dos arrendamentos e concessões. Para ser ideia, o onçamento do ministério para investimentos neste ano foi de R\$ 7 bilhões. No mercado financeiro, a expectativa em torno dos leilões é positiva. Bancos, fundos de investimento e grupos privados visitaram o ministério nos últimos seis meses interessados em fazer lances nos leilões.

As concessões fizeram de Tarcísio garoto-propaganda de Bolsonaro. O evento chegou no momento em que o presidente experimenta uma queda no índice de popularidade devido, principalmente, às falhas no combate à pandemia. Desde que assumiu o ministério, o militar detectou no programa de concessões potencial de ser "a menina dos olhos" do governo. O programa foi uma herança do ex-presidente Michel Temer encampada por Bolsonaro.

Tarcísio já trabalhava no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Passou o programa para o cargo de ministro ao falar das potencialidades das concessões a Bolsonaro durante a transição de governo, em 2018.

No ano passado, o ministro participou de cinco lives

do presidente, vídeos para o seu eleitorado — neste ano, já foram três. Neles, Bolsonaro não poupa elogios ao ministro, que vem entregando obras em redutos eleitorais que agradam, principalmente, à base governista.

Tarcísio avalia, no entanto, que pode pôr em risco seu ambicioso plano de concessão e abrir o ministério para loteamento político caso decida enveredar por um projeto eleitoral.

Mesmo diante da deterioração do cenário econômico no país, com juros e inflação em alta, o Ministério de Infraestrutura acredita que os investidores deverão aparecer com propostas para todos os projetos. Como os contratos são de longo prazo (cerca de 30 anos), miram além do momento atual.

Além disso, como a maior parte é de grupos estrangeiros, contam com a vantagem cambial que o Brasil oferece na realização de seus investimentos.

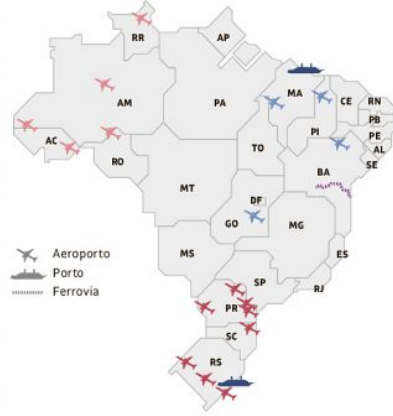
No primeiro dia, serão leiloados 22 aeroportos agrupados em três blocos. Para os investidores, Tarcísio não se cansou de repetir que, desta vez, "de uma só tacada", o governo passará para a iniciativa privada a mesma quantidade de aeroportos concedida pela União até o momento. O vencedor levará o bloco, que conta com alguns aeroportos rentáveis e outros que precisam de investimentos e, sozinhos, não despertariam interesse. O governo espera garantir R\$ 6 bilhões em investimentos com essa rodada, a maior parcela (R\$ 2,8 bilhões) decorrente da concessão do bloco Sul, que tem os aeroportos de Curitiba e Londrina (PR) como carros-chefe.

No dia seguinte será a vez da Fiol (Ferrovia de Integração Leste-Oeste), projeto fundamental para o escoamento do minério de ferro produzido na região de Caetité (BA) e a produção de grãos do oeste da Bahia pelo Porto Sul, complexo portuário a ser construído nas imediações da cidade de Ilhéus (BA).

O governo vai conceder um trecho de 537 quilômetros desse empreendimento, na região entre Ilhéus e Caetité. A obra completa permiti-

Como será a Infra Week do governo

Ministério da Infraestrutura prepara três dias de leilões na Bolsa para atrair R\$ 10 bi em investimentos



R\$ 250 bilhões
É a previsão de investimentos do programa de concessões até o final de 2022, cerca de 35 vezes o Orçamento do Ministério da Infraestrutura

R\$ 44 bilhões
É o total do investimento com o leilão de 41 concessões nos últimos dois anos

R\$ 13 bilhões
Foi o valor das outorgas pagas

*No longo do prazo do contrato de concessão
**Total dos cinco terminais
Fonte: Minifra, PPI

rá uma conexão da Fiol com a Ferrovia Norte-Sul, espinha dorsal ferroviária que cruza o país. O trecho a ser concedido garantirá R\$ 3,3 bilhões em investimentos, contabilizando a construção da via que consumirá R\$ 1,6 bilhão. O contrato será de 35 anos.

Por fim, serão concedidos cinco terminais portuários — quatro no porto de Itaquí (MA) e um no Porto de Pelotas (RS). Estão previstos mais de R\$ 600 milhões em melhorias nesses terminais, que se somam a outras 20 áreas leiloadas desde 2019 e 69 autorizações para implantação de Terminais de Uso Privado (TUP). Neste período, já foram contratados R\$ 10 bilhões para o setor, que, mesmo em ano de pandemia, cresceu 4,2% em 2020.

As quatro áreas no porto nordestino são voltadas ao armazenamento de grãos líquidos. O complexo funciona como distribuidor para as regiões Norte e Nordeste, por meio da navegação de cabotagem. O terminal em Pelotas é voltado para carga em geral, em especial, toras de madeira, contribuindo para a cadeia logística da produção de celulose.

Até hoje, já foram R\$ 44 bilhões em investimentos contratados e R\$ 13 bilhões em outorgas. A meta é chegar ao final do governo com a marca ousada de R\$ 250 bilhões em investimentos assegurados.

Hoje o Ministério de Infraestrutura tem em seus postos-chave servidores de perfil técnico, mas com experiência em negociações — tanto com o setor privado, quanto com parlamentares.

Para contornar a escassez de recursos, o ministro passou a dialogar com as bases parlamentares dos estados, principalmente na Câmara. Muitas obras que estavam paradas foram viabilizadas a partir de emendas parlamentares. Essa negociação ajudou tanto congressistas, que passaram a ter obras inauguradas com frequência em seus estados, quanto o governo federal, que também aproveitou politicamente do marketing dessas inaugurações.

Até o momento, o ministro entregou 02 obras em 24 estados. Em cinco delas, Bolso-

no esteve presente, como a reconstrução da BR 163, no Pará. Ele também esteve na entrega da alça de acesso da ponte Rio-Niterói (RS) à Linha Vermelha, importante corredor de acesso à capital fluminense.

A condução desse programa — conhecido como PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) — fez Tarcísio cair nas graças de Bolsonaro e de seus filhos, que frequentemente retulam publicações do ministro em suas redes sociais.

Ao conquistar a confiança do clã, Tarcísio ganhou assento no grupo de conselheiros do presidente e participa das principais discussões do governo. Ganhou poder para barrar tentativas de representantes do chamado centro que almejam o posto do ministro.

Miram, por exemplo, a distribuição de cargos no Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que tem sedes em praticamente todos os estados, agências reguladoras e órgãos vinculados.

Ele também atuou contra a indicação do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, para o comando do PPI. Antes disso, vetou uma indicação política para o programa, que foi transferido da Presidência da República para o Ministério da Economia. Também foi o responsável pela manutenção de Martha Seillier à frente do programa na queda de braço com o então secretário especial de Privatizações, Salim Mattar, que pretendia comandar o programa.

Aliado do governo e até integrantes da ala militar próxima a Bolsonaro consideram que o ministro seria o melhor vice possível. Consideram que se trata de militar jovem, realizador, e com experiência na interlocação política.

Consultado sobre uma eventual dobraçadinha com Bolsonaro em 2022, o ministro não quis comentar. Disse somente que descarta qualquer conversa nesse sentido.

Para bastidores, avalia que sinalizar qualquer pretensão política seria assinar um atestado de loteamento político do ministério. Interlocutores e assessores afirmam que Tarcísio precisa dessa "imunidade" para poder negociar emendas.

Dizem que, no momento em que os parlamentares dividiram o ar do tributo técnico do ministro e de sua equipe na alocação dos recursos e definição de obras a serem concluídas, seu programa não avançará mais. E, para eles, sem entregas, Tarcísio perde espaço no governo.

Bolsonaro sanciona novo marco de licitações e veta publicação de editais em jornais locais

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou a nova Lei das Licitações, que prevê a permissão para seguro garantia e a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas, segundo publicado na quinta (1º) em edição extra do Diário Oficial.

A nova lei cria regras para União, estados e municípios e prevê cinco tipos de licitação: concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo. Esta última modalidade, inspirada em experiências no exterior, permite negociações com potenciais competidores previamente selecionados.

O presidente sancionou o marco com vetos à proposta aprovada no Poder Legislativo. Foram vetados trechos como o que previa que as gestões municipais divulgassem até o final de 2023 editais de licitação em jornais de circulação local e outro que estabelecia que as empresas contratadas publicassem, em seus portais

eletrônicos, contratos celebrados com o poder público.

Na justificativa do veto, o governo disse que as previsões contrariam o interesse público e por serem "desnecessárias" e "antieconômicas", uma vez que o conteúdo do contrato já é disponibilizado no portal de contratações públicas, que é gerido pelo governo e que "atende ao princípio constitucional da publicidade".

"Ademais, tal obrigatoriedade poderia resultar em aumento dos custos dos contratos a serem firmados com a administração pública, uma vez que as empresas teriam que ter profissionais especializados para a execução da demanda", ressaltou.

O presidente vetou ainda mecanismo que proibia que os valores de referência para a compra de produtos pelos três Poderes nas esferas estaduais e municipais fossem superiores aos adotados pelo governo federal.

Ao limitar os valores de referência de compra de outras esferas do poder público, seria violado o princípio constitucional da separação dos poderes, além de ignoradas peculiaridades dos níveis de governo.

O novo marco também vetou proposição que concedia regras especiais de seleção e contratação para licitações que envolvessem recursos provenientes de empréstimo ou de doações oriundas de agências oficiais de cooperação estrangeiras.

Bolsonaro vetou o trecho que previa condições especiais na contratação desde que houvesse despacho de autoridade superior no caso de leilões envolvendo empréstimo de agência oficial de organismos internacionais.

Segundo o governo, a medida contraria o interesse público, uma vez que a exigência do despacho deve ser da autoridade superior do órgão executor do programa ou projeto, e não do órgão que repre-

senta o mutuário. Entre os critérios de julgamento nas concessões, a lei prevê, além de menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior retorno econômico, maiores descontos ou lance.

O novo marco ainda insere um capítulo específico para tratar de crimes em licitações e contratos administrativos, prevendo penas para envolvidos em contratações fora da lei.

O Portal Nacional previsto no texto será uma página na internet que reunirá informações de licitações e contratações de entes de todas as esferas de governo.

O projeto aprovado estabelece que as leis que tratam da modalidade pregão serão revogadas em dois anos. Durante esse período, será possível lançar uma licitação pelo regime tradicional para que os órgãos e entidades se adaptem às novas regras. Ao final do biênio, ela será obrigatória.

Novo regimento traz avanços para o setor

O marco legal das licitações (14.133/21) vai substituir o regimento anterior, que reunia a Lei Geral das Licitações (8.666/93), a Lei do RDC (12.462/11) e a Lei do Pregão (10.520/02). Segundo advogados que atuam junto a empresas durante licitações, a nova lei traz avanços. Entre as novidades estão:

- A previsão de que é possível realizar cinco tipos de licitação: concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo, este último uma novidade inspirada em experiências europeias. Nele, é possível fazer uma etapa de negociação com empresas selecionadas antes da licitação
- União, estados e municípios poderão elaborar planos de contratações anuais. O planejamento facilitará a elaboração das leis orçamentárias dos respectivos entes federativos
- A lei decanta a ideia de vantagem ao longo do texto, o que pode dar mais

- qualidade aos serviços e produtos. Para encomendar levantamentos, por exemplo, deverá ser elaborado um documento que explique como a metodologia proposta é a que propicia "maior economia e vantagem entre as demais possíveis"
- Autoridades e servidores envolvidos nas licitações poderão ter a defesa da Advocacia Pública em eventuais processos relacionados a licitações e contratos questionados, mesmo que não ocupem mais o cargo
- Licitações presenciais deverão ser gravadas em áudio e vídeo
- O poder público poderá exigir o instrumento do "seguro-garantia" no edital de licitação. No caso de o contratado não cumprir o acordo, deverá assumir e concluir o que foi firmado
- Ao suspender o processo licitatório, o tribunal de contas deverá se manifestar sobre o mérito da eventual irregularidade em, no máximo, 25 dias úteis

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

João Paulo Ferreira Compra de vacina para funcionário é insustentável e moralmente inaceitável

SÃO PAULO Enquanto parte do empresariado brasileiro pressiona governo e Congresso para liberar a vacinação de funcionários, o grupo Natura vai na contramão com "uma posição bastante firme em relação a isso", nas palavras de João Paulo Ferreira, presidente da Natura & Co América Latina.

"Uma vacinação que siga critérios de determinados grupos econômicos ampliará ainda mais as desigualdades sociais, já aprofundadas pela pandemia, especialmente no Brasil, onde temos mais de 14 milhões de desempregados", diz.

Como foi a decisão do grupo de doar recursos para prefeituras comprarem vacina em centros hospitalares? Desde o início dessa crise, orientamos nossa atuação pelos compromissos de barrar o contágio, cuidar das pessoas e manter a economia circulando. A melhor forma é contribuir com a vacinação massiva da população, por isso nos mobilizamos para apoiar iniciativas que tragam vacinas e suprimentos médico-hospitalares para a saúde pública, em diálogo transparente com governos, instituições e sociedade.

A primeira parceria foi com o Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras, criado pela Frente Nacional de Prefeitos. O propósito é adquirir insumos imediatamente e vacinas, quando estiverem disponíveis.

Acreditamos que o consórcio tem mais chances de sucesso na aquisição de imunizantes do que empresas privadas, até porque, em alguns casos, elas têm estado muito focadas em resolver apenas seus próprios problemas. As demais parcerias e doações serão anunciadas em breve. O valor total está estimado em cerca de R\$ 10 milhões para o Brasil, e uma quantia equivalente deve ser destinada à América Hispânica.

O que o senhor acha da ideia de vacinar funcionários? Temos uma posição bastante firme em relação a isso. Somos contra privilégios. Uma vacinação que siga critérios de determinados grupos econômicos ampliará ainda mais as desigualdades sociais, já aprofundadas pela pandemia, especialmente no Brasil, onde temos mais de 14 milhões de desempregados.

A vacinação feita sob uma lógica que não seja a da saúde pública deixaria expostos à contaminação os grupos que hoje já são os mais vulneráveis ao vírus, perpetuando desigualdades. É moralmente inaceitável e economicamente insustentável.

Na sua opinião, por que o ideal é seguir a fila dos prioritários na vacina? Em primeiro lugar, porque acreditamos que, sem a universalização da vacinação, ampliaremos o fosso social e as divisões que tornam o Brasil um país tão desigual e injusto, e que foram muito aprofundadas durante esta crise. E, não custa lembrar que a vacinação, para funcionar, depende de imunização coletiva. Sem um plano nacional de vacinação, não conseguiremos alcançar os índices necessários de cobertura da população para restaurar alguma normalidade no funcionamento da sociedade.

Como avalia a gestão do Brasil na pandemia? O Brasil tem um sistema público de saúde que, em muitos aspectos, é um exemplo em todo o

mundo, mas não conseguimos criar a articulação necessária entre todas as esferas de governo para que tivéssemos uma estratégia eficaz e clara de combate à pandemia.

Fomos especialmente lentos na aquisição de vacinas, o que significa que ainda estamos distantes do ritmo diário de imunização para conseguirmos reduzir a necessidade de medidas de isolamento.

Contribui ainda para a situação caótica em que nos encontramos o negacionismo presente nas declarações de algumas autoridades, desestimulando o distanciamento social e o uso de máscaras, que são as medidas reconhecidas pela ciência como mais eficazes contra o contágio.

A carta dos 500 empresários e economistas teve assinatura de Pedro Passos, um dos fundadores da Natura. O governo tem condições de seguir os pontos do documento? As medidas citadas no documento são essenciais para que possamos construir uma saída para a crise, mas somente serão possíveis com uma mudança fundamental: as ações governamentais devem passar a ser alicerçadas em dados, informações confiáveis e evidência científica.

Temos visto que uma série de outros atores, como governadores, prefeitos, o Congresso, a Justiça e a própria iniciativa privada passaram a se organizar para compensar omissões do governo federal. Mas o que precisamos, de fato, é de uma articulação entre as três esferas de governo.

Apesar da continuidade da discussão negacionista na retórica oficial, essa pressão já tem mostrado resultados, com o aprofundamento de medidas de distanciamento social nas cidades, ampliação das frentes de negociação para a aquisição e produção de vacinas e o retorno do auxílio emergencial.

O que espera do auxílio emergencial no setor de higiene e beleza? O auxílio emergencial é essencial para garantir renda para a população mais vulnerável. E garantir renda, juntamente com a vacinação, deve ser uma prioridade. O novo auxílio deve contribuir nesse sentido, embora tenha sido reduzido em relação ao ano passado.

Não é uma equação fácil, considerando o contexto fiscal brasileiro, mas o que temos observado no mundo é a prioridade em manter algum tipo de renda e atividade da economia. A hipótese é que, se isso não acontece, o efeito depois acaba sendo mais longo e perverso para a própria sociedade, para a economia e para as contas do governo.



João Paulo Ferreira
Formado em engenharia elétrica pela USP (Universidade de São Paulo), tem MBA pela Universidade de Michigan (EUA). Trabalhou na Unilever por 20 anos e ingressou no grupo Natura em 2009

Empresas listadas na Bolsa atravessam a década reduzindo seus investimentos

Continuação da pág. A15

Em 2020, a alemã Mercedes-Benz anunciou que decidiu parar a produção de carros em Iracemápolis (SP) após concluir que a unidade não se enquadrava mais no processo de reestruturação do grupo.

De certa maneira, as empresas brasileiras estão seguindo o mesmo movimento: ampliaram a sua internacionalização no período.

Segundo o estudo "Trajetórias FDC de Internacionalização das Empresas Brasileiras", publicado pela Fundação Dom Cabral e coordenado pela professora Lívia Barakat, muitas multinacionais aumentaram seus investimentos no exterior.

A maioria das empresas avaliadas pelos pesquisadores alegou que havia ampliado o investimento em outros países em função do cenário de instabilidade político-econômica brasileiro.

Outro fator que impulsiona esta expansão fora do país é que, quanto maior o grau de internacionalização, melhor o desempenho das companhias no exterior, já que elas se tornam mais conhecidas e adquirem competências para atuar no mercado global.

O estudo da Fundação Dom Cabral constatou que a exposição externa eleva a eficiência e o resultado financeiro da empresa. Foi utilizado um índice para medir a internacionalização dos negócios e, em média, quando houve um aumento de 100% neste índice ocorreu também um aumento de 14,01% no Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Pandemia piorou ambiente e freou investimentos

SÃO PAULO Com a pandemia de coronavírus, a relação do indicador formado pela relação entre capex e depreciação foi ao seu pior nível da década no ano passado. Ficou em 89,1%.

Considerando as 221 empresas do levantamento, os setores que mais reduziram o investimento no último ano em relação a 2019 foram veículos e peças, agronegócio, telecomunicações, papel e celulose

e petróleo e gás.

Segundo a casa de análises Suno Research, o elevado grau de incerteza fez com que as companhias adiassem os desembolsos e preservassem seus caixas durante a crise.

Ocorre que o indicador de 2020 não é muito diferente do registrado em 2019 por uma razão peculiar.

Houve euforia no mercado e nas empresas no início do governo Bolsonaro. O investimento foi a R\$ 207,27 bilhões, bem acima dos R\$ 124,14 bilhões do ano anterior. No entanto, a depreciação também cresceu com força, indo de R\$ 135,14 bilhões a R\$ 191,64 bilhões.

Dessa maneira, o indicador mostra que os recursos não foram suficientes para repor a perda de valor, indo a 91,1%.

A empresa Suzano, de papel e celulose, é um exemplo do que ocorreu. O capex da companhia saltou de R\$ 2,328 bilhões em 2018 para R\$ 3,0718 bilhões em 2019, segundo dados da Economatica.

No entanto, a depreciação declarada pela empresa foi de R\$ 1,563 bilhão para R\$ 8,253 bilhões. O período foi marcado pelos custos com a aquisição de ativos florestais da Duratex pela empresa, o que elevou os gastos com manutenção e modernização.

Na avaliação dos analistas, haverá alta nos investimentos neste ano, especialmente nas empresas de matérias-primas, já que os preços das commodities estão elevados e o real segue desvalorizado.

A Vale, por exemplo, projeta investimento de US\$ 5,8 bilhões (R\$ 33,12 bilhões) em 2021, um aumento de 31% comparado a 2020, de modo a aumentar sua capacidade de produção de minério de ferro.

Já os dois principais projetos da Petrobras neste ano — as unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência Carioca Sópia 1 e Guanabara Mero 1 — têm um capex estimado em US\$ 1,07 bilhão (R\$ 6,11 bilhões).

A Weg é outra empresa que também irá fazer injeções de capitais maiores neste ano que em 2020. A companhia prevê investimentos de R\$ 986,9 milhões em ativos imobilizados e R\$ 29,2 milhões em ativos intangíveis.

Estes investimentos deverão ser focados em máqui-

nas, equipamentos, ferramentas e dispositivos (R\$ 299 milhões); informática (R\$ 16,6 milhões); construções e instalações (R\$ 42,2 milhões) e investimentos em controladas no exterior (R\$ 620 milhões).

A Hering informou que 2021 será o ano de maior investimento da história da empresa, totalizando R\$ 131 milhões em capex direcionados para a reestruturação da arquitetura de sistema de dados, plataformas da companhia e modernização do parque industrial.

Apesar da pandemia e do avanço do e-commerce, a Lojas Americanas planeja abrir 150 lojas físicas neste ano. Empresas com operações físicas e online, como a Americanas e as rivais Via Varejo e Magazine Luiza, têm aumentado o uso das lojas para que os clientes retirem produtos adquiridos pela internet.

Os planos de investimento, porém, podem ser interrompidos, mais uma vez, pelo des controle da nova onda de casos de Covid-19 no país.

"Com a segunda onda da pandemia, o investimento em 2021 está um pouco nebuloso, especialmente para empresas dependentes do mercado doméstico, como varejo e vestuário, que ainda precisam das vendas físicas", diz João Daranco, analista da Suno Research.

Levantamento realizado pela CNI no início do ano mostra que os empresários estavam otimistas com a possibilidade de superação da crise sanitária ao longo de 2021 para retomar a lenta recuperação da economia iniciada em 2017. Esse cenário, porém, mudou a partir de março, com o acirramento de contágios e mortes, a volta do isolamento e a demora na vacinação.

"Corremos o risco de ter mais um ano de baixo investimento. Provavelmente, o país voltará a crescer no segundo semestre deste ano, mas sem os melhores resultados, pois não adianta apenas voltar ao nível pré-pandemia, que já não estava bom. É preciso ir além", diz Fonseca.

O economista-chefe da CNI afirma que a aprovação de reformas, mesmo que seus efeitos sejam de longo prazo, melhoraria as perspectivas. "Investimento é expectativa. Se você constrói um ambiente favorável, ele vem rápido."

Fundador do Reclame Aqui morre de Covid-19

SÃO PAULO O fundador e presidente do Reclame Aqui, Maurício Vargas, morreu na noite desta sexta-feira (2), aos 58 anos, por complicações da Covid-19. Ele estava internado desde 24 de março, no Hospital São Luiz, em São Paulo.

Segundo sua assessoria, o estado de saúde de Vargas era estável até quinta-feira (1º), quando foi intubado. Por causa dos protocolos de segurança da Covid-19, não haverá velório. A família discute a possibilidade de cremação e o transporte para o Mato Grosso do Sul, seu estado natal.

O empresário ficou conhecido no mercado de defesa do consumidor após fundar o site Reclame Aqui, referência na área. O projeto surgiu há 20 anos, quando Vargas quis divulgar uma reclamação pessoal — a perda de um voo que o levaria a uma entrevista de trabalho.

O site evoluiu e se tornou uma referência para queixas de consumidores. A empresa postou agradecimentos em uma rede social para retribuir manifestações de apoio: "Ele souhou em mudar o mundo para melhor. E fez sua parte, com criatividade e entusiasmo. Mantemos essa chama acesa. Muito obrigado!"



Com a segunda onda da pandemia, o investimento em 2021 está um pouco nebuloso, especialmente para empresas dependentes do mercado doméstico, como varejo e vestuário, que ainda precisam das vendas físicas

João Daranco
analista da Suno Research

Novo marco legal para licitações consolida uso de boas práticas

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO O marco legal de licitações, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na última semana, consolida boas práticas, unifica e sistematiza regulamentos antigos em um só texto e traz inovações importantes, mas pode ter perdido a oportunidade de ser burocratizado as compras do Estado.

Essa é a avaliação de especialistas ouvidos pela reportagem sobre a lei, que estava na mesa do presidente desde dezembro de 2020, quando foi aprovada pelo Senado. São 193 artigos que detalham como devem ser os processos de licitação e contratação pelos agentes públicos.

Luis Felipe Valerim, professor de direito na FGV e sócio de XV Advogados, define a nova lei como uma "grande consolidação de práticas". Entendimentos de tribunais de contas, jurisprudências e precedentes estão, agora, em um só texto.

Uma das inovações da lei é a presença do diálogo competitivo como forma de licitação. Inspirado na legislação europeia, essa ferramenta permite que se abra uma mesa de negociação para discutir soluções com empresas previamente selecionadas. Apenas após esse procedimento abre-se a fase de



Ela [a lei] tenta evitar aquele fenômeno comum das licitações de menor preço e pior técnica. Então mesmo nas licitações de menor preço, é preciso ter um pouco de qualidade

Rafael Valim
presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura

propostas e competição.

Apesar das inovações, o marco recupera e mantém precedentes negativos, que deixam o gestor público "tanto ou mais amarrado do que antes". "A gente perdeu a oportunidade de revolucionar", afirma Pinheiro.

Para Rafael Valim, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura, a lei poderia ter avançado mais, mas consolidou muitos pontos positivos. Um deles é a configuração de vantagens para a administração nos critérios de licitação.

"Ela [a lei] tenta evitar aquele fenômeno comum das licitações de menor preço e pior técnica. Então mesmo nas licitações de menor preço, é preciso ter um pouco de qualidade", afirma. O mesmo raciocínio é aplicado para o custo de manutenção da peça a ser comprada e impacto ambiental, que agora também poderão ser levados em conta.

Maior transparência e agilidade podem ser outro resultado do marco, segundo Valim. As licitações presenciais, quando necessárias, deverão ser gravadas em áudio e vídeo, e ao suspender um processo licitatório, o tribunal de contas deverá se manifestar sobre o mérito da eventual irregularidade em até 25 dias úteis.

Lances sinalizam apetite forte por Santos Dumont e Congonhas, avalia mercado

Além das 'joias da coroa', nova rodada, prevista para este ano, inclui outros 14 aeroportos; agressividade da CCR causa surpresa

Nicola Pamplona e Isabela Bolzani

RIO DE JANEIRO O mercado se surpreendeu com os preços ofertados pelas concessões de aeroportos licitadas nesta quarta-feira (7) e viu o resultado da concorrência como um bom indicativo de interesse para a próxima rodada de leilões do setor, na qual o governo oferecerá os aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio.

A sétima rodada de leilões de concessões da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) está prevista para 2021 e deve ter, além das duas instalações consideradas as "joias da coroa", outros 14 aeroportos de menor porte, mantendo a estratégia de oferecer as oportunidades em blocos.

"Vejo esse resultado como um voto de confiança no país e na capacidade de reação do governo", diz a advogada especialista em concessões Letícia Queiroz, sócia da Queiroz, Maluf Sociedade de Advogados.

"No setor aéreo, o governo não andou bem, e a resposta à pandemia foi muito rápida. O setor foi um dos mais prejudicados pelas restrições à circulação de pessoas após o início da pandemia, mas a abertura da Anac para renegociações das condições de contratos diante da nova realidade é vista como um sinal de maturidade regulatória.

Este primeiro leilão de aeroportos após a pandemia foi ajudado por mudanças promovidas pelo governo em 2020, com a redução dos preços das concessões e a permissão para a formação de consórcios sem um operador aeroportuário, o que ampliou o leque de empresas elegíveis.

Na avaliação do mercado, as mudanças permitiram a participação de um número maior de empresas brasileiras, ampliando a competição em um momento de crise entre os gi-

“Vejo esse resultado [do leilão desta quarta] como um voto de confiança no país e na capacidade de reação do governo. No setor aéreo, o governo não andou bem, e a resposta à pandemia foi muito rápida”

Letícia Queiroz
sócia da
Queiroz, Maluf
Sociedade de
Advogados

gantes mundiais do setor e de aumento da percepção de risco em relação ao Brasil.

O bloco Sul, por exemplo, recebeu proposta de um fundo de infraestrutura do banco Pátria. A gestora XP também formou um consórcio com a Socimac Infraestrutura e Participações para tentar a disputa do bloco Central.

Entre operadoras estrangeiras, participaram a espanhola Aena, a Corporación América Airport, com sede em Luxemburgo, e as francesas ADP e Vinci, esta última vencedora da concorrência pelo bloco Norte.

A agressividade da CCR, que ficou com os outros dois blocos pagando elevados ágios, gerou surpresa. "O apetite da CCR me surpreendeu bastante, mas entendo que eles precisam gerar novos ativos para o acionista", diz o advogado Caio Loureiro, do Misicome Advogados.

"Era um ambiente mais restritivo, de maior risco. E é natural que propostas mais agressivas tenham vindo de empresas que estão no país, que conhecem um pouco mais do cenário e têm mais confiança para assumir riscos", completa Queiroz.

Para agentes do mercado financeiro, apesar de as aquisições da CCR terem sido consideradas importantes para a companhia — principalmente diante do potencial e da qualidade dos ativos —, também houve a percepção de que a operadora pagou caro pelos dois blocos de aeroportos.

Asaões da CCR, que chegaram a subir perto de 2% pela manhã nesta quarta, enquanto o leilão acontecia, invertiram o sinal no começo da tarde e encerraram em queda de 1,59%, cotadas a R\$ 12,99.

Segundo analistas, houve um desconforto do mercado em relação ao preço que foi pago pelos ativos — que costumam ser medido pelo percent-

tual de ágio.

"O ágio foi maior do que o esperado, e muita gente acabou considerando que a proposta da CCR foi muito agressiva. Parece que, ao longo do dia, o mercado acabou digerindo melhor esses valores em relação ao que foi adquirido", disse o analista da Guide Investimentos, Henrique Esteter.

Para a analista de empresas da Clear Corretora, Pietra Guerra, também houve um movimento de realização de lucros de curtíssimo prazo.

"Quem tinha papéis da CCR já estava na expectativa do leilão e já considerava realizar parte do lucro após o evento para colocar o dinheiro no bolso. Isso também acaba pesando", disse.

Após o leilão, a expectativa do setor é que a disputa pela próxima rodada seja acirrada, com a presença de grandes operadores globais. Em outubro, o Ministério da Infraestrutura abriu processo para contratar os estudos para a oferta.

O lote de 17 aeroportos será dividido em três blocos: Norte 2, com seis instalações no Pará; RJ-MG, com Santos Dumont e outras quatro instalações nos dois estados; e bloco SP-MS, com Congonhas e outras quatro instalações, incluindo a capital de Mato Grosso do Sul.

Em entrevista após o leilão, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, disse que o governo deixou Congonhas e Santos Dumont para que novas empresas apresentassem a rodada desta quarta para se posicionar no mercado brasileiro em preparação para os dois ativos, que são considerados os melhores da lista.

"Na medida em que a vacinação vai tomando corpo e que o mundo vai superando a questão da pandemia, a gente vai ver também uma recuperação da questão da aviação civil", afirmou.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineis@grupofolha.com.br

Antepasto

Horas antes do jantar de Bolsonaro com um grupo de grandes empresários nesta quarta (7), surgiu entre os convidados uma incerteza sobre a presença do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no evento. Embora Bolsonaro tivesse feito um aceno positivo, prometendo chegar acompanhado de figuras ilustres e os ministros da Economia, da Infraestrutura e o presidente do Banco Central, o empresariado queria ver quem comanda a crise sanitária. E Queiroga apareceu.

AGULHA Vacinação foi a palavra mais usada por alguns dos convidados quando questionados sobre qual seria o grande assunto do jantar, porque a preocupação agora é corrigir o atraso da imunização, que eles consideram o motivo do atoleiro econômico.

SERINGA Apesar da campanha levantada por empresários como Luciano Hang e Carlos Wizard para antecipar a imunização de funcionários, uma ideia que também é defendida pelo anfitrião do jantar, Washington Cinel, vários dos outros empresários do grupo descartam a hipótese. Dizem que é vã ilusão, porque não há vacina no mercado.

APETITE A interpretação comum entre eles é que o encontro com representantes da elite do PIB brasileiro nesta quarta foi marcado porque o presidente está com medo de ter perdido o apoio do empresariado e quer se reapropiar no momento de crise.

MÁSCARA A ala mais simpática a Bolsonaro saiu satisfeita do jantar. O ponto alto, dizem, foi a fala do presidente do Banco Central, que lhes deu sensação de responsabilidade fiscal. Já Bolsonaro, segundo eles, manteve os ataques ao lockdown, mas a favor de algum distanciamento.

PRIORIDADES A Heineken vai tirar R\$ 4,5 milhões do orçamento de marketing que seria direcionado ao Rio de Janeiro de 2021 para investir nos esforços do combate à pandemia. A ação vai ter a parceria do BNDES, que promete doar o mesmo valor para a causa. Segundo a cervejaria, o dinheiro será usado na instalação de quatro usinas de oxigênio e equipamentos para 40 hospitais filantrópicos.

PRATO Mais um bilionário entrou na campanha de Edu Lora, da Gerando Falcões, para multiplicar a doação de cesta básica na crise. Depois de Jorge Paulo Lemann, que colocou R\$ 500 mil para dobrar outros R\$ 500 mil arrecadados por Lora, a Península, empresa da família de Abilio Diniz, deve ser a próxima a participar doando mais R\$ 500 mil para os alimentos quando Lora alcançar a outra parte.

APAGA A LUZ A CNI vai ao governo pedir isenção de tributos federais e encargos setoriais que incidem sobre a conta de luz. A proposta da entidade é que a isenção dure 90 dias para reduzir os custos de produção na fase mais crítica da pandemia e, no período, o repasse aos estados seria feito pela União. Pelos cálculos da CNI, o benefício reduziria em até 25% o preço da energia.

RAIO-X O Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) vai fazer campanha para estimular os consumidores a enviarem mensagens à ANS pedindo suspensão do aumento no preço dos planos de saúde em 2021. A ONG de defesa do consumidor contesta na Justiça a recomposição de preços que passou a valer em janeiro.

BOLSO Os valores dos reajustes que foram suspensos no ano passado devem ser pagos em 12 parcelas neste ano. O Idec diz que recebeu três vezes mais reclamações contra os planos de saúde em janeiro deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2020.

CARRINHO O Magazine Luiza anunciou nesta quarta (7) a compra da quinta empresa de tecnologia em pouco mais de um mês, a SmartHint, que tem uma ferramenta de busca inteligente e de recomendação de compras no e-commerce para facilitar a pesquisa dos clientes entre os 26 milhões de itens da plataforma. Segundo a companhia, a busca é eficiente mesmo quando o consumidor digita errado.

HÁBITO Desde março, o Magazine anunciou as aquisições da VipCommerce, de supermercados, da ToNoLoro, de delivery de comida, da GrandChef (bares e restaurantes) e do site de moda Steal The Look.

GOLE OSTF julga nesta quinta (8) uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Seca proposta pela Abrazil (associação de bares e restaurantes). A lei já passou por diversas modificações desde sua aprovação. Mas, para a entidade, o nível tolerado de álcool e o bafômetro ainda são questionáveis. Para Percival Maricato, da Abrazil-SP, a lei não pode penalizar quem se recusa a fazer o teste.

Para evitar prejuízo de R\$ 100 bi a empresas, Fux tira da pauta tributação de terço de férias

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, retirou de pauta a discussão relativa à cobrança de contribuição previdenciária de 20% sobre o terço de férias a fim de evitar que o resultado do julgamento gere um prejuízo de R\$ 100 bilhões às empresas do Brasil.

O caso estava em análise no plenário virtual e Fux pediu destaque para que o tema seja discutido de maneira presencial.

Nesse meio-tempo, o presidente da corte tentará construir com os colegas uma solução para que a tributação ocorra só daqui para a frente e impeça uma cobrança retroativa que tenha impacto financeiro na iniciativa privada.

OSTF mudou a jurisprudência sobre o tema em agosto do ano passado para determinar que deve ser cobrada a contribuição sobre o terço de férias. Até então, o entendimento era que o benefício tem caráter indenizatório e não incide tributação.

Agora, os ministros analisam os embargos de declaração, que discute se a cobrança pode ser feita de maneira re-

DEMITIDO DA FORD VAI RECEBER NO MÍNIMO R\$ 130 MIL DE INDENIZAÇÃO Os trabalhadores da Ford em Taubaté (SP) aprovaram a proposta de um plano de indenizações. A montadora anunciou em janeiro o encerramento de sua produção no Brasil. Para os horistas, a Ford vai pagar dois salários adicionais por ano de trabalho. No caso dos mensaisistas, o valor será equivalente a um salário adicional. Para ambos, a proposta prevê que o valor mínimo será de R\$ 130 mil e prevalecerá o que for maior.

troativa ou se deve haver modulação dos efeitos da decisão, o que significa dizer que ela só teria efeito daqui para frente. A maioria, até agora, acompanha a tese do ministro Luís Roberto Barroso de que a tributação tem de ser feita daqui em diante. O julgamento está em 5 a 4.

O relator, ministro Marco Aurélio, porém, afirma que a Receita pode fazer a cobrança dos valores que não foram pagos até hoje por causa da jurisprudência que estava em vigência até o ano passado.

Fux levará o caso ao debate presencial para tentar uma solução que não autorize a cobrança retroativa e cause prejuízo às empresas.

Antes disso, os ministros devem discutir qual é o quórum mínimo para modulação de efeitos de decisão tomada em recurso com repercussão geral: se precisa ter maioria simples de seis votos ou se é necessário haver oito votos.

Na avaliação da advogada tributarista e doutoranda na USP Raquel Alves, esse tema deve surgir nos bastidores.

"É possível que o julgamento tenha sido suspenso para discussão de questão de ordem acerca do quórum de-

liberativo necessário para a modulação. Isso deve interferir na proclamação do próprio resultado sobre o alcance da decisão", diz.

A estimativa de prejuízo de até R\$ 100 bilhões às empresas foi feita pela Abat (Associação Brasileira de Advocacia Tributária).

As empresas não pagavam esse tributo devido a um julgamento de 2014 do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Na ocasião, a corte analisou um processo em caráter repetitivo, o que vincula as instâncias inferiores à decisão, e firmou o entendimento de que não havia necessidade de tributação do terço de férias por ter natureza indenizatória.

Em agosto, entretanto, o plenário do STF reverteu a jurisprudência e determinou a incidência da contribuição patronal sobre esse benefício.

Agora, na análise dos embargos, Marco Aurélio defende a cobrança retroativa. Barroso apresentou voto divergente. O magistrado afirmou que houve "uma alteração no entendimento dominante, tanto no âmbito do próprio STF, quanto em relação ao que decidiu o STJ em recurso repetitivo".

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS		
Mar., em % ao mês	Mínimo	Máximo
7,73	8,00	7,89
Cheque especial		
Empréstimo pessoal		
Fonte: Procon-SP		
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA		
Competência março	Autônomo, empregador e facultativo	
Valor min. R\$ 1.100,00	20%	R\$ 220,00
Valor máx. R\$ 6.433,57	20%	R\$ 1.286,71
O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do salário nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 abr.		
MEI (Microempreendedor)		
Valor min. R\$ 1.100	5%	R\$ 55,00
Assalariado		
Até R\$ 1.100		7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48		9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22		12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57		14%
O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que complete o salário de contribuição.		

IMPOSTO DE RENDA		
Em R\$	Alíquota, em %	Dedução, em R\$
Até 1.903,98		
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36
EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
Considerando o piso na capital e Grande SP		
R\$ 1.252,48		Valor, em R\$
Empregado	96,22	
Empregador	250,46	
O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para o salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.		

mercado

Guedes teve mais de 2 meses para recalibrar Orçamento

Ministro, que se queixou de prazo curto, teve atitude diferente para contas de 2020

Thiago Resende, Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA Apesar de dizer que o prazo para pedir ajustes no projeto de Orçamento de 2021 estava apertado, o ministro Paulo Guedes (Economia) teve mais de dois meses entre a consolidação de dados e a votação da proposta no Congresso.

Na segunda (5), Guedes disse que a versão original do Orçamento, enviada em agosto, ficou defasada por causa dos impactos da Covid na economia. A inflação, por exemplo, acelerou e elevou despesas vinculadas ao salário mínimo, como as aposentadorias. Seria possível então apresentar uma atualização dos cálculos.

"Só que isso leva de 20 [dias] a 30 dias para você fazer", argumentou Guedes a respeito de o ministério não ter apresentado o pedido de ajuste. "Não adiantava nada fazer uma [mensagem] modificativa [para ajustar a proposta] em uma semana porque ela também seria muito equivocada."

Só que os principais dados para essas contas foram divulgados no início do ano —mais de dois meses antes da votação.

A aprovação do Orçamento, que geralmente é em dezembro, foi adiada para março, dando mais tempo ao governo.

Já em dezembro, conforme a Folha publicou, conforme a Folha publicou, a equipe de Guedes tinha um cálculo preliminar de que seria necessário cortar R\$ 20 bilhões para evitar o estouro do teto de gastos —norma que limita o crescimento das despesas públicas.

A necessidade de cortes foi observada porque a proposta de Orçamento original foi elaborada em agosto, antes de a inflação acelerar e impactar o salário mínimo, que, por sua vez, embasa despesas com aposentadorias e benefícios como seguro-desemprego.

A proposta enviada ao Congresso considerava 0,9% para o INPC mas o indicador fechou 2020 em 5,45%.

Mesmo assim, o Ministério da Economia não enviou um comunicado oficial ao Congresso sobre a necessidade de calibrar as despesas com base no novo cenário —nem em 12 de janeiro, quando o INPC foi divulgado, nem em março, quando o projeto ainda não havia sido votado.

O Orçamento de 2021 foi, então, aprovado com recursos abaixo do mínimo para pagamentos obrigatórios, como aposentadorias e seguro-desemprego.

Em vídeo-conferência na segunda, Guedes disse que, se a mensagem modificativa fosse enviada pelo governo, o Orçamento seria praticamente

refeito e que não adiantaria fazer alterações em uma semana porque os parâmetros econômicos ficariam errados.

"Era muito mais rápido você disparar o relatório bimestral, que já avisa todos esses problemas, recalibra tudo isso e não coloca em risco parâmetros que não estavam fechados ainda", disse.

O relatório bimestral de avaliação das contas do ano, que recalcula os parâmetros econômicos e atualiza previsões de receitas e despesas, foi apresentado pela Economia dois dias antes da votação final do Orçamento.

Técnicos do Congresso afirmam que seria impossível atualizar o texto com os novos indicadores nesse prazo.

Como o Orçamento do ano ainda não havia sido aprovado, o ministério cogitou até não apresentar o relatório bimestral. Na última hora, recuou e apresentou o documento. A conclusão foi a necessidade de um corte de R\$ 17,6 bilhões em despesas —valor vetado das emendas parlamentares prometidas em março, o Palácio do Planalto enfrentará resistências na aprovação de projetos de interesse do governo ao longo do ano.

O alerta foi feito em reunião, na terça (6), do ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Segundo Pacheco, Lira defendeu que o acordo seja "honrado na sua plenitude de parte a parte".

No final de semana, os ministros palacianos tinham a avaliação de que o clima entre Guedes e Congresso melhorou com a indicação de Bolsonaro de que a proposta teria vetos parciais, mas preservaria as demandas dos congressistas.

Mas isso mudou. Recentemente, a equipe econômica demonstrou resistência na sanção de pontos apresentados como fundamentais por deputados e senadores.

Membros da ala política tentam convencer Bolsonaro de que é importante fazer um aceno aos parlamentares. Com isso, além de limitar o risco de impeachment, o presidente ganharia apoio para a análise de propostas de interesse do governo.

Na lista de prioridades, estão propostas de difícil articulação e que dependem de amplo apoio parlamentar para serem aprovadas. A equipe econômica quer aprovar neste ano, por exemplo, a reforma administrativa, pontos da reforma tributária e propostas que viabilizam a privatização da Eletrobras e dos Correios.

Thiago Resende, Gustavo Uribe e Bernardo Caram

mais emendas —num valor acima dos R\$ 13 bilhões que foram considerados insuficientes pela equipe econômica.

Um corte de emendas acima de R\$ 13 bilhões poderia prejudicar a promessa feita em março. Na reunião com Lira e Pacheco, Ramos também recebeu queixas sobre o desgaste da imagem do Congresso diante do impasse em torno do Orçamento.

Na visão da cúpula do Poder Legislativo, deputados e senadores estão sendo apontados como responsáveis pelos problemas na proposta orçamentária, que precisa ser sancionada até dia 22 de abril. A demora em uma definição retomou a pressão no cenário por uma troca de Guedes.

Após ter recebido o recado, Ramos encontrou no fim da tarde da terça-feira (6) com a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, para discutir uma solução. Diante de um impasse, os dois ministros se reuniram na tarde desta quarta com Guedes, no Palácio do Planalto.

No encontro, segundo assessores palacianos, os três ministros avaliaram outros pontos que poderiam ser vetados da proposta orçamentária para viabilizar a preservação das emendas parlamentares. Uma decisão, contudo, só deve ser tomada no retorno à capital federal de Bolsonaro.

Nesta quarta, ao chegar à Câmara, Lira defendeu que o acordo seja "honrado na sua plenitude de parte a parte".

No final de semana, os ministros palacianos tinham a avaliação de que o clima entre Guedes e Congresso melhorou com a indicação de Bolsonaro de que a proposta teria vetos parciais, mas preservaria as demandas dos congressistas.

Mas isso mudou. Recentemente, a equipe econômica demonstrou resistência na sanção de pontos apresentados como fundamentais por deputados e senadores.

Membros da ala política tentam convencer Bolsonaro de que é importante fazer um aceno aos parlamentares. Com isso, além de limitar o risco de impeachment, o presidente ganharia apoio para a análise de propostas de interesse do governo.

Na lista de prioridades, estão propostas de difícil articulação e que dependem de amplo apoio parlamentar para serem aprovadas. A equipe econômica quer aprovar neste ano, por exemplo, a reforma administrativa, pontos da reforma tributária e propostas que viabilizam a privatização da Eletrobras e dos Correios.

Thiago Resende, Gustavo Uribe e Bernardo Caram

mais emendas —num valor acima dos R\$ 13 bilhões que foram considerados insuficientes pela equipe econômica.

Um corte de emendas acima de R\$ 13 bilhões poderia prejudicar a promessa feita em março. Na reunião com Lira e Pacheco, Ramos também recebeu queixas sobre o desgaste da imagem do Congresso diante do impasse em torno do Orçamento.

Na visão da cúpula do Poder Legislativo, deputados e senadores estão sendo apontados como responsáveis pelos problemas na proposta orçamentária, que precisa ser sancionada até dia 22 de abril. A demora em uma definição retomou a pressão no cenário por uma troca de Guedes.

Após ter recebido o recado, Ramos encontrou no fim da tarde da terça-feira (6) com a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, para discutir uma solução. Diante de um impasse, os dois ministros se reuniram na tarde desta quarta com Guedes, no Palácio do Planalto.

No encontro, segundo assessores palacianos, os três ministros avaliaram outros pontos que poderiam ser vetados da proposta orçamentária para viabilizar a preservação das emendas parlamentares. Uma decisão, contudo, só deve ser tomada no retorno à capital federal de Bolsonaro.

Nesta quarta, ao chegar à Câmara, Lira defendeu que o acordo seja "honrado na sua plenitude de parte a parte".

No final de semana, os ministros palacianos tinham a avaliação de que o clima entre Guedes e Congresso melhorou com a indicação de Bolsonaro de que a proposta teria vetos parciais, mas preservaria as demandas dos congressistas.

Mas isso mudou. Recentemente, a equipe econômica demonstrou resistência na sanção de pontos apresentados como fundamentais por deputados e senadores.

Membros da ala política tentam convencer Bolsonaro de que é importante fazer um aceno aos parlamentares. Com isso, além de limitar o risco de impeachment, o presidente ganharia apoio para a análise de propostas de interesse do governo.

Na lista de prioridades, estão propostas de difícil articulação e que dependem de amplo apoio parlamentar para serem aprovadas. A equipe econômica quer aprovar neste ano, por exemplo, a reforma administrativa, pontos da reforma tributária e propostas que viabilizam a privatização da Eletrobras e dos Correios.

Thiago Resende, Gustavo Uribe e Bernardo Caram

Déficit do Brasil em 2020 ficou atrás apenas dos EUA entre grandes economias, diz FMI



*Pela metodologia brasileira, a dívida bruta está em cerca de 90% do PIB. Fonte: FMI (Fundo Monetário Internacional)

Fim prematuro de auxílios pode retardar recuperação, diz FMI

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O FMI (Fundo Monetário Internacional) alerta para o risco de uma retirada prematura de medidas de apoio fiscal, o que pode retardar a recuperação econômica global. Para o Fundo, a ação governamental é o meio de evitar que o aumento das desigualdades gerado pela pandemia resulte em chances injustas de sucesso em países em desenvolvimento.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

AVISO DE INÍCIO DE ATIVIDADE
A SPECTRUM GEO DO BRASIL, informa que a Renovação da Pesquisa Sísmica Marítima 20, na Bacia de Pelotas - Fase 2 autorizada pelo BAMA através da LPS 1492/2020 iniciou dia 04/04/2021. Esta atividade está sendo executada pelo navio de pesquisa sísmica MV BGP Pioneer, que possui casco azul e branco e será escoltado pelas embarcações Ocean Route e Ocean Dream. A posição do navio será informada diariamente no "sitio aos navegantes" e através da sísmo costeira do Itaipá. Para maiores informações, envie mensagem pelo whatsapp ou ligue para a Ecology à cobrar no telefone (30-21) 99653-3285. Consulte também as condições, federações e condições de pescadores de sua região. A previsão de término desta operação é agosto de 2021. Jolo Carlos Correa - Gerente Geral.

GRFB Serviços e Negócios Ltda.
NIRE 3523180811-4 - CNPJ 18.468.149/0001-08
Carta de Convocação à Reunião de Sócios da Sociedade
O Sr. Alberto Bues Wulff Juner, na qualidade de administrador da sociedade GRFB Serviços e Negócios Ltda. (a "Sociedade"), utilizando a prerrogativa do artigo 1.072, caput, do Código Civil, lhe convoca para que compareça à Reunião de Sócios da Sociedade, que ocorrerá no dia 18 de abril de 2021, às 8h, na sede da Sociedade, em primeira chamada, mediante a presença de titulares de no mínimo ¼ (um quarto) do capital social e se realizará em segunda chamada, com qualquer número. Na reunião, serão abordados os seguintes assuntos: a) Deliberação sobre a destituição e eleição de administradores; b) Aprovar a ampla reforma e a consolidação do contrato social da Sociedade; e, c) Fixação da remuneração dos administradores. Luiza Alberta Bues Wulff Juner.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 50/2021 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
PROCESSO SEI Nº 20.22.0001.0005698.2020-21
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 28/04/2021, às 14h
OBJETO: Aquisição de materiais para instalação e manutenção de sistema de CCTV.
LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Comprasnet - SIASG, na página <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.
OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 12/04/2021 e 23/04/2021, no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> ou no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, <http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 30/2021
PROCESSO SEI Nº 20.22.0001.0005698.2020-05
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 22/04/2021, às 14h
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de implementação, configuração e utilização da solução de gerenciamento de portfólio de projeto, com habilitação e parametrizações, manutenção contínua, suporte funcional, capacitação, serviços de apoio à elaboração de relatório de BI e licenças de acesso baseadas.
LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Comprasnet - SIASG, na página <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.
OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 09/04/2021 e 21/04/2021, no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> ou no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, <http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

Big techs pagam 76% menos imposto sobre lucro no Brasil

Estudo, baseado em dados da Receita, é de deputado que defende novo tributo

Fábio Pupo

BRÁSILIA As gigantes de tecnologia pagam no Brasil uma tributação sobre o lucro 76% menor do que as demais companhias, aponta levantamento do deputado João Maia (PL-RN) com base em dados da Receita Federal.

O estudo afirma que companhias como Google e Facebook pagam valores de IRPJ (Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) correspondentes a 4,4% do resultado líquido. Para as demais empresas, o percentual é de 19,1%.

“As grandes empresas de tecnologia têm, em conjunto, um valor de mercado 2,5 vezes o PIB [Produto Interno Bruto] brasileiro, mas empregam pouco no país e recolhem menos que as outras empresas. Além de fiscalmente injusto, isso gera uma competição desigual”, afirma o deputado em entrevista.

O levantamento, divulgado pelo jornal Valor Econômico, não detalha o valor pago pelas empresas individualmente — pois os dados são protegidos por lei. Em vez disso, o deputado analisou os segmentos em que elas se enquadram no Brasil e considerou apenas as maiores de cada ramo estabelecendo, como linha de corte, um faturamento anual global acima de R\$ 3 bilhões.



ESCASSEZ DE MOTORISTAS NOS EUA FAZ UBER OFERECER US\$ 250 MILHÕES
Sede da Uber, em San Francisco; empresa e a rival Lyft têm ofertado bônus para acelerar volta de condutores, que deixaram de trabalhar com a pandemia
Justin Sullivan/Getty Images/AFP

A filtragem resultou em 11 empresas analisadas em quatro grupos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (a CNAE) usados pelas gigantes da tecnologia. O Google, por exemplo, tem CNAE 63 (atividades de prestação de serviços de informação). O Facebook, CNAE 73 (publicidade e pesquisa de mercado).

“Isto aponta no sentido de que as empresas globais de internet que faturam mais de R\$ 3 bilhões anuais pagam, em média, cerca de 25% dos impostos sobre o lucro líquido das empresas dos demais setores”, afirma o texto do levantamento, assinado por assessores do deputado. Os autores afirmam que a

discrepância de tributação com as demais empresas ocorre porque as multinacionais podem enviar seus lucros para jurisdições nas quais são tributadas por alíquotas efetivas mais baixas. “Esse deslocamento de lucros do Brasil para outros países faz com que elas paguem menos impostos”, afirmam.

Ao enviar recursos ao exterior, no entanto, as empresas acabam pagando impostos ao Brasil. Mesmo assim, os autores do levantamento lembram que valores remetidos podem muitas vezes ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ e CSLL (o que, na prática, representaria uma troca de uma tributação no Brasil de 34% por uma de 15% na remessa).

Com o objetivo de compensar os efeitos, Maia apresentou há quase um ano um projeto de lei (2.358/2020) que cria uma Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) a ser cobrada somente das empresas de tecnologia multinacionais com faturamento global acima de R\$ 3 bilhões.

Seria aplicada uma alíquota de 1% a 5% sobre o faturamento bruto, e os recursos seriam destinados a um fundo para financiar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Não seria cobrada a empresa de tecnologia que só atue no Brasil porque, segundo o deputado, ela não teria como deslocar o lucro para filiais no exterior.

Procuradas, as grandes empresas de tecnologia dizem que pagam devidamente suas obrigações.

“O Google é um importante contribuinte no Brasil. Atuamos em acordo com todas as legislações tributárias locais e pagamos regularmente todos os impostos que são devidos por empresas de tecnologia no Brasil, nos níveis federal, estadual e municipal”, afirma a empresa em nota.

“O Facebook está entre os grandes contribuintes do Brasil e recolhe os mesmos tributos federais que outras empresas do setor de serviços, inclusive com as mesmas alíquotas e bases de cálculo”, diz

o Facebook em nota.

A Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação) preferiu não fazer comentários neste momento, afirmando que o tema é complexo e que os dados demandam uma análise mais profunda.

No Ministério da Economia, o assunto das gigantes de tecnologia não vem sendo debatido pelos integrantes da pasta nas discussões de reforma tributária mesmo após o ministro Paulo Guedes (Economia) sinalizar, em outubro do ano passado, uma possível iniciativa do tipo.

De acordo com membros da equipe econômica ouvidos pela Folha, não há mudanças estudadas pelo Executivo em relação ao tema. Procurada, a Receita Federal preferiu não se manifestar.

Em todo o mundo, a tributação sobre empresas de tecnologia e demais multinacionais vem sendo alvo de esforços por mudanças. Janet Yellen, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, defendeu na segunda-feira (5) a adoção de uma alíquota mundial mínima para os impostos sobre as empresas, dando a largada aos esforços do governo Biden para ajudar a elevar a arrecadação dos Estados Unidos e impedir que empresas transfiram lucros para fora do país a fim de escapar dos impostos.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em uma ação coordenada com os Estados Unidos, vem trabalhando para desenvolver uma nova arquitetura tributária internacional que inclua uma alíquota mundial mínima para as companhias multinacionais para combater a transferência de lucros para jurisdições favoráveis.

Dinheiro recebido por precatório precisa ser declarado no IR

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

SÃO PAULO Os valores recebidos por meio de precatório precisam ser declarados na Receita. Por se tratar de dívidas antigas, normalmente esses valores devem ser informados como rendimentos recebidos de forma acumulada. Veja esta e outras dúvidas sobre o Imposto de Renda deste ano.

76 - Como declaro precatório recebido em 2020 com descontos de previdência e IR? (M.F.F.). Declare de acordo com o Compromente de Rendimentos fornecido pela fonte pagadora. Lance na Ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente pelo Titular, com nome, CNPJ da fonte pagadora, valor recebido, mês do recebimento e número de meses. Opte pela forma de tributação Ajuste Anual ou Exclusiva no Fome (o programa indica automaticamente a tributação mais vantajosa após a inserção dos dados).

77 - Sou funcionário público municipal e estive de licença sem vencimentos por dez meses em 2020. Continuei contribuindo com a previdência da prefeitura visando à manutenção de vínculo. Preciso declarar essas contribuições? (P.M.). Sim. Poderão ser deduzidas as contribuições previdenciárias pagas pelo contribuinte, desde que este tenha rendimentos tributáveis que suportem as contribuições.

78 - Recebi rendimentos no valor de R\$ 26 mil e sou aposentado com renda superior ao limite de isenção. Como declaro? (M.C.). Informe pelo Compromente de Rendimentos fornecido pela fonte pagadora. A parcela isenta relativa a contribuinte com 65 anos ou

recebido em permuta descrevendo os detalhes em Discriminação. Informe o valor do bem recebido em Situação em 31/12/2020.

80 - Tenho imóvel alugado, mas recebo em mãos apenas 50%. O restante é depositado em conta judicial, até que se resolve o inventário. A imobiliária enviou um Informe de Rendimentos com o total do aluguel. Como faço para separar os valores? (M.A.P.C.). Como o locatário deposita uma parte em juízo, ainda não se configura a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda. Nesse caso, o contribuinte ainda não está obrigado a tributar os valores depositados em juízo (somente serão tributados quando liberados pela Justiça). Lance só os valores efetivamente recebidos na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior, aba Outras informações, coluna Aluguéis. Se recebeu de pessoa jurídica, declare na Ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular, com nome e CNPJ da fonte pagadora e o total efetivamente recebido.

SAIBA MAIS SOBRE O IR
folha.com/ir2021

Perguntas devem ser enviadas para o e-mail tiredviduador@grupofolha.com.br. A Folha publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores.

COMUNICADO PÚBLICO

A Claro S.A., prestadora de Serviço Móvel Pessoal, comunica o encerramento na prestação do serviço de MMS Internacional disponível aos planos Pós-pago de clientes pessoa física e pessoa jurídica (PME/GE), planos Controle e Pré-pagos, a partir de 8/5/2021, em conformidade com o Art. nº 52 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 632/2014 da Anatel.

Claro

SICOOB CREDITRUS
Cooperativa de Crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDITRUS
ASSEMBLEIA GERAL DIGITAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE DELEGADOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Creditrus, CNPJ 54.037.916/0001-45, NIRE 35400015764 no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 33 do Estatuto Social, convoca os delegados representantes das grupos seccionais, nos termos do inciso I do Artigo 107 do Estatuto Social, que são em número de 105 (cento e cinco), para se reunirem em Assembleia Geral Digital Ordinária e Extraordinária, adotando-se o APP SICOOB MOOB como meio de participação e de deliberação, a ser realizada no dia 20 de abril de 2021, às 9h00, com atuação remota de 2/3 (dois terços) do total dos delegados, em primeira convocação; às 10h00, com atuação remota de 1/2 (metade) mais 1 (um) do total dos delegados, em segunda convocação; ou às 11h00, com atuação remota de no mínimo, 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira convocação, para deliberarem sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

I. Assembleia Geral Digital Ordinária:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração referente ao exercício findo de 2020, acompanhada de parecer da Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) relatório da auditoria externa;
 - d) relatório anual do Comitê de Auditoria;
 - e) demonstrativo das sobras apuradas.
2. Destinação das sobras apuradas e fórmula de cálculo;
3. Adoção de providências sobre o que ficar deliberado.

II. Assembleia Geral Digital Extraordinária:

1. Alteração do Estatuto Social:
 - a. Alterar a redação do inciso IV do Artigo 6º;
 - b. Alterar a redação dos incisos II e III do Artigo 17 e incluir seus incisos de IV a VII;
 - c. Alterar a redação do §2º do Artigo 24;
 - d. Alterar a redação da alínea “c” do inciso II do Artigo 52.
2. Alteração na Política de Sucessão para os Órgãos Sociais;
3. Alteração no Regulamento da Auditoria Interna;
4. Adoção de providências sobre o que ficar deliberado.

NOTA 1: Para a votação dos assuntos da ordem do dia, os delegados deverão realizar, em seu celular (smartphone) ou tablet, o download do aplicativo SICOOB MOOB, disponível gratuitamente, nas lojas Apple Store e Google Play, inserir o número da Cooperativa – 3188, o número de sua conta corrente e sua senha cadastrada no SicoobNet (Internet Banking). Para obter maiores informações de como participar, acesse www.sicoobcreditrus.com.br.

NOTA 2: As Assembleias Gerais Digitais Ordinária e Extraordinária serão transmitidas digitalmente, a partir do horário da primeira convocação até às 14h00 do dia 20 de abril de 2021, no aplicativo SICOOB MOOB. A votação ficará aberta aos delegados durante o mesmo período.

NOTA 3: O delegado, no Assembleia Geral, terá seu voto virtualizado às decisões do grupo seccional que represente, conforme determina o inciso III do Artigo 40 do Estatuto Social.

NOTA 4: Os associados e delegados poderão visualizar a íntegra da Assembleia Geral convocada por este edital, bem como os documentos e informações pertinentes aos temas constantes da ordem do dia no site <http://www.sicoobcreditrus.com.br>, porém os associados não têm direito de voz e voto, conforme determina o §1º do Artigo 27 do Estatuto Social.

NOTA 5: O delegado que estiver impossibilitado de participar, deverá comunicar a Governança Corporativa com antecedência mínima de 3 (três) dias, pelo e-mail: secretariagovernanca@creditrus.com.br, a fim de possibilitar a convocação de seu respectivo suplente, em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 36 do Estatuto Social.

Bebedouro (SP), 8 de abril de 2021.

MARCOS LOURENÇO SANTIN
Presidente do Conselho de Administração

mercado

Para que ter regras fiscais?

Votação do Orçamento escancarou a fragilidade das contas públicas do Brasil

Solange Srour

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

A votação do Orçamento de 2021 escancarou a disputa por verbas e a fragilidade das contas públicas do Brasil. Ao cortar despesas obrigatórias para abrigar emendas parlamentares, o Congresso pôs em risco todas as regras fiscais do país. Já o próprio governo, ao não atualizar os parâmetros que servem de base para calcular as despesas, aniquilou a transparência orçamentária, deixando um rombo para ser resolvido mais adiante.

Por que um país tem mais de dez regras fiscais se suas lideranças estão a todo momento tentando driblá-las? Por que devemos esperar que restrições sejam eficazes quando vão contra as preferências dos eleitores?

Regras fiscais surgiram justamente como resposta às deficiências do processo de construção do Orçamento, no qual políticos tendem a demandar gastos e exercer pressões que desequilibram as contas públicas.

É o conhecido viés dos beneficiários concentrados e custos dispersos. Gastos, em geral, se concentram em um grupo restrito de beneficiários, representando forte incentivo para que grupos de interesse façam campanha pelo seu aumento.

Por outro lado, os reflexos de maiores gastos são, em geral, mais impostos, alta da inflação e perda da confiança — e afetam toda a população. A situação fica mais grave quando os custos não são percebidos de imediato. É aí que

a tendência deficitária encontra um ambiente extremamente propício para se desenvolver.

No mundo prático, as regras fiscais buscam permitir que a trajetória da dívida seja vista como sustentável, a despeito da existência do viés. Elas são desenhadas para incentivar que a escolha entre o nível de gastos e os impostos seja feita com racionalidade econômica, e não de acordo com o sentimento político.

Orçamentos deficitários ou superavitários passam então a depender das condições econômicas. A execução de uma política fiscal anticíclica permite que a economia se ajuste eficientemente a choques exógenos.

Em "Fiscal Rules: Theoretical Issues and Historical Experiences"

("Regras Fiscais: Questões Teóricas e Experiências Históricas", em tradução livre), Charles Wyplosz analisa a experiência de diversas regras fiscais. Com base em uma ampla evidência empírica, argumenta que estas não são necessárias nem suficientes para alcançar a disciplina fiscal, mas ajudam bastante. As regras mais duradouras não são tão rígidas a ponto de serem inexecutáveis. Já aquelas muito frouxas se tornam inúteis rapidamente. Achar o meio-termo entre os extremos e criar exceções às regras exigem muito cuidado.

O FMI, em "Fiscal Rules, Escape Clauses, and Large Shocks" (Regras Fiscais, Cláusulas de Escape, e Grandes Choques, em tradução livre),

examina como os países aplicaram as cláusulas de escape de suas regras fiscais durante a pandemia.

O Brasil foi incluído nos casos bem-sucedidos. A aprovação de um "Orçamento de Guerra" específico para enfrentar a pandemia permitiu a suspensão de todas as restrições fiscais por um certo período. No entanto, a experiência com cláusulas de escape é inequívoca: o processo deve ser transparente para que a própria regra não seja colocada em xeque.

É justamente esse caminho que o Brasil está trilhando agora. A PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial deveria ser a contrapartida para a expansão do auxílio emergencial. No entanto, sua desidratação aumentou a percepção do risco de sustentabilidade da dívida.

A possibilidade da decretação do "estado de calamidade" definido pela PEC constitui um verdadeiro "cheque em branco", ao permitir ao governo gastar acima do teto sem compensações neste ano. Essa perspectiva tende a ser cada vez

mais concreta, dada a piora das condições sanitária e econômica neste primeiro semestre.

A aprovação do Orçamento foi outro "baque" nas regras fiscais ao inviabilizar o funcionamento da máquina pública, traz a perspectiva de que o teto de gastos será furado. Essa incerteza não diminuirá com uma recomposição parcial dos gastos obrigatórios subestimados ou com o anúncio de um contingenciamento substancial dos gastos discricionários. Diante do risco de paralisação da máquina pública, encontraremos soluções criativas para o cumprimento do teto ou jogaremos parte da conta para 2022.

O sucesso das regras fiscais depende do meio político em que são aplicadas. Sua eficácia resulta da disposição dos governos em operar obedecendo a restrições. Não é esse o quadro do Brasil atual. O Executivo não tem nenhuma convicção de que é preciso perseverar no ajuste fiscal, enquanto o Legislativo gera impasses que ameaçam desmontar as regras existentes.

| DOM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecília Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srour | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Globo passa todo o acervo para nuvem do Google

SÃO PAULO | A Globo e o Google anunciaram nesta quarta-feira (7) uma parceria inédita no mundo entre a gigante de tecnologia e uma empresa de mídia. Em um acordo de sete anos, a emissora vai exportar todo seu acervo digitalizado para o Google Cloud, serviço de nuvem da companhia americana, e utilizar dos processos de gerenciamento

de dados e de inteligência artificial do Google para oferecer seu conteúdo audiovisual.

Além do acervo, a Globo vai migrar etapas da produção e da distribuição do conteúdo para a nuvem do Google. Serão transferidos 100% dos centros de dados da Globo e todos os produtos de serviços digitais (como Globoplay, o serviço de

streaming, Gshow e G1).

Até então, a Globo operava a partir de centros de dados próprios, como um grande data center no Rio.

O acordo também envolve domínio de publicidade. A Globo passa a adotar novas ferramentas do Google para conseguir levar à TV aberta métricas e modelos de negócio típicos da internet.

França deve virar maior acionista da Air France

PARIS | FINANCIAL TIMES | A França vai contribuir com até € 4 bilhões para reforçar o balanço da Air France-KLM, potencialmente duplicando sua participação societária na companhia aérea, enquanto tenta conduzi-la pelo pior momento da pandemia de Covid-19.

O Estado francês já tem 14,3% das ações da empresa

e transformará € 3 bilhões em empréstimos que deu à Air France no ano passado em dívida híbrida perpétua. Também participará de um planejado aumento de capital em até € 1 bilhão.

Ao todo, a participação do governo poderá aumentar para 29,9%, tornando-o o maior acionista individual, disse o ministro das Fi-

nanças da França, Bruno Le Maire, à rádio France Inter. Essa rodada de ajuda estatal beneficiará apenas o ramo francês da companhia, disse a União Europeia.

O Estado holandês, que também é um acionista com 14%, não participará do novo aumento de capital da empresa, disse a Air France-KLM em comunicado.

Mais do que nunca, a doceria do Bruno precisava de mais um endereço: na internet.

Com UOL Meu Negócio, o Bruno criou o seu site e agora os clientes podem conhecer todos os seus doces e bolos sem sair de casa. E o melhor: ele recebe pedidos de orçamento todos os dias.



Acesse:
uol.com.br/meunegocio
e crie o site da sua empresa.



UOL meu negócio

APOIADOR OFICIAL DO SEU SONHO.

CRIADOR DE SITES • LOJA VIRTUAL • E MUITO MAIS Siga @UOLMEUNEGOCIO f @





Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

Arrecadação: a crise para além das crises

Projeto convida ao debate sobre como elevar arrecadação

08/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Não bastassem a segunda onda da covid-19 e a atual crise do Orçamento, está em curso uma queda de braço entre a área econômica e Congresso em torno do projeto que permite a atualização do valor de bens junto à Receita Federal, pagando-se uma tributação reduzida sobre o ganho registrado. O centro da disputa é o tamanho da alíquota, que na proposta original do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) é de 1,5%, enquanto o bloco P da Esplanada dos Ministérios defende pelo menos o dobro.

Estimar o impacto arrecadatário dessa iniciativa está mais no ramo dos jogos de azar do que da matemática e da economia, dado que dependerá de decisões individuais, com motivações as mais variadas. Seja como for, pode representar um reforço na arrecadação nesses tempos de necessidades de recursos fiscais, sem impor mais um peso na atividade econômica.

Projeto convida ao debate sobre como elevar arrecadação

Entusiasta da ideia, o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório de mesmo nome, destaca que o projeto 458/2021 alcança não só imóveis, mas outros bens. Para ele, é daí que pode vir o grande reforço de receitas para a União. Bichara diz que o desenho permite atualizar os valores em participações societárias, que

poderia antecipar receitas de futuras (e incertas) de aberturas de capital (IPOs). “As participações societárias gerariam muito mais receita que os imóveis”, salientou, acrescentando que nada garante que esses eventos ocorrerão no futuro. “É um ganha-ganha”.

A área técnica da Receita não tem simpatia pela proposta, mas participa das negociações porque o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a ideia. Assim, a briga é para elevar a alíquota de 1,5%, considerada “absurdamente” baixa. Também há debate sobre deixar bens móveis entre as hipóteses de atualização. Há resistências no Senado, onde a matéria tramita, e tentativas de aproveitar a demanda da Economia por taxaço maior para emplacar outros projetos de interesse dos parlamentares, como novas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). O assunto já entrou duas vezes na pauta do plenário e, na última vez, saiu a pedido da Receita.

Concorde-se ou não, o tema convida à reflexão sobre arrecadação e reforma tributária. Muitos consideram a carga de impostos e contribuições no Brasil muito alta, mas a realidade é que, desde 2014, com o fraco desempenho econômico, a capacidade de geração de caixa do país perdeu força, mesmo com a recuperação recente.

Há mais de um ano, o Congresso está sentado sobre duas propostas de reforma, completadas pouco depois pelo projeto do governo para a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao PIS/Cofins. Nada andou até agora, apesar das promessas reiteradas.

Mas a área econômica ainda não desistiu, embora fontes reconheçam as dificuldades para o seu avanço. Os trabalhos da comissão mista da reforma foram prorrogados. O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), porém, ainda não foi apresentado. Lideranças relatam que o tema só não está andando por causa da crise do Orçamento, que toma conta do Congresso há semanas, e das votações estarem voltadas para temas ligados à nova onda da covid-19. E que o compasso de espera deve seguir até que Economia e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acertem os ponteiros.

O ex-secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV, Manoel Pires, considera que, no âmbito da agenda fiscal, é fundamental se discutir o lado da receita. Segundo ele, essa percepção tem crescido, inclusive no mercado financeiro, devido aos ventos externos (como o pacote dos EUA), que colocam essa pauta na ordem do dia.

“A questão é como você consegue aumentar a tributação sem maltratar o crescimento econômico.” Pires diz que é preciso atacar temas como a tributação dos mais ricos e a busca de um sistema que incentiva empresas a investirem em vez de distribuírem lucros.

Para ele, a atualização patrimonial é uma antecipação de imposto sobre riqueza, mas diz que não chegou a estudar o assunto. Pires crê que o Brasil tem espaço para aumentar a tributação sobre renda e patrimônio, já que os números mostram que, em uma amostragem de 20 países da OCDE, o Brasil é quinto que menos taxa essas bases.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, aponta que o Brasil peca nos dois lados da equação fiscal, despesa e receita. Para ele, o teto de gastos não é uma âncora suficiente para reverter a tendência de alta da dívida e que é preciso cuidar do resultado primário. E, nesse sentido, admite, é preciso buscar ganhos de arrecadação.

Por isso, elogiou a inclusão na PEC Emergencial do comando para o governo enviar proposta de revisão de benefícios fiscais. Porém, lamentou não haver nada no dispositivo que force o Congresso a aprovar um texto, ou seja, o tema pode seguir parado. Salto vê como inescapável a discussão sobre tributação de renda e patrimônio dos ricos, mas diz que o debate de elevar carga não é trivial e que não se deve esquecer da necessidade de se buscar eficiência no gasto.

Ex-assessor especial do Ministério da Economia e economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale considera que o caminho para resolver a situação fiscal é equacionar a despesa, buscando mais flexibilidade e eficiência. Ele destaca que o gasto mais eficaz é o Bolsa Família, que representa pouco mais de R\$ 30 bilhões em um Orçamento de R\$ 1,5 trilhão.

Para ele, subir impostos foi um caminho adotado no passado, sem sucesso. “A carga já é alta no Brasil e elevá-la pode colocar mais pressão sobre o conjunto da economia”, disse, criticando ideias como a volta da CPMF. Megale afirma ser possível fazer um sistema tributário com maior progressividade, cobrando mais dos ricos e aliviando a carga dos mais pobres. Isso, em sua visão, pode inclusive ajudar a economia a crescer mais.

O ex-assessor também se mostra favorável à ideia da atualização patrimonial. “É uma coisa legal de se fazer e o momento é muito bom”, disse.

Fica a torcida para que Economia e Congresso voltem a se entender e consigam destravar a reforma tributária. E, mais importante, que o governo tome jeito e coloque em marcha um plano de vacinação mais acelerado e abandone de vez o negacionismo que tanto mal está fazendo para os brasileiros, na saúde e na economia. Sem isso, não há reforma que dê jeito.

Fabio Graner é repórter em Brasília. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira
E-mail: fabio.graner@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Investidor começa a ponderar chance de vacinação mais rápida

VALOR INVESTE

Proposta de lei destinará prêmio de loteria não resgatado para a saúde pública

VALOR INVESTE

Opep+ decide aumentar produção de petróleo a partir de maio

 COMENTÁRIOS

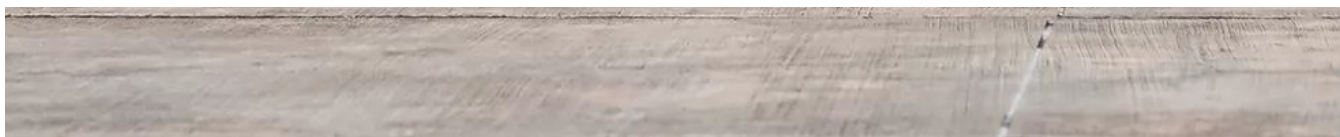
Bolsonaro vê alta 'inadmissível' do gás e ação da Petrobras cai

Presidente questiona contratos e afirma que estatal tem de ser mais transparente e previsível

Por Fabio Murakawa, Matheus Schuch e Mônica Scaramuzzo — De Brasília e São Paulo

08/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Bolsonaro: “Não vou interferir, a imprensa vai dizer o contrário, mas podemos mudar esta política de preços lá” — Foto: Alan Santos/PR

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que é “inadmissível” a Petrobras reajustar o preço do gás em 39%, como anunciou que faria nesta semana. A fala teve efeito negativo imediato nas ações da companhia e contribuiu para uma alta do dólar em relação ao real.

O presidente fez as afirmações em Foz do Iguaçu, horas antes de um jantar com empresários em São Paulo. A fala ocorreu diante do futuro presidente da companhia, Joaquim Silva e Luna, na solenidade em que ele deixou o cargo de diretor-geral brasileiro de Itaipu. O posto na hidrelétrica binacional foi transferido a outro general, João Francisco Ferreira.

Dirigindo-se a Silva e Luna, Bolsonaro defendeu que haja previsibilidade sobre reajustes.

“

É inadmissível anunciar agora, o velho presidente ainda, um reajuste de 39% no gás. É inadmissível!”

“Ele [Silva e Luna] sabe que é uma empresa que, mais do que transparência, tem que ter previsibilidade. É inadmissível anunciar agora, o velho presidente [Roberto Castello Branco] ainda, um reajuste de 39% no gás. É inadmissível!”, queixou-se Bolsonaro. “Que contratos são esses? Que acordos foram esses? Foram feitos pensando no Brasil? Em um período de três meses?”, questionou.

Em seguida, Bolsonaro negou a intenção de “interferir” na companhia, embora estivesse pregando uma interferência. “Não vou interferir, a imprensa vai dizer o contrário. Mas podemos mudar esta política de preços lá”, afirmou.

Bolsonaro relatou que a decisão de indicar o general para a Petrobras foi tomada por ele. E que fez por telefone o convite a Silva e Luna, que aceitou prontamente.

“Eu falei a ele, a barra é pesada, vai entrar em uma empresa que precisa, cada vez mais, se entender como a maior estatal do Brasil, responsável pela nossa energia, o petróleo”, pontuou.

Bolsonaro lembrou a reação do mercado à demissão do economista Roberto Castello Branco, com queda nas ações e alta na cotação do dólar, como ocorreria ontem.

Depois, enfatizou a necessidade de mudança também na forma de cobrança de ICMS dos combustíveis pelos Estados, tema que será tratado em um novo projeto a ser enviado ao Congresso. O presidente defendeu valor fixo do tributo, e não percentual.

“A previsibilidade é para vocês, consumidores”, defendeu. “Não pode toda vez que sobe o preço do combustível mais alguns centavos, estes centavos serem multiplicados na ponta da linha pela voracidade na arrecadação de imposto. Não pode toda vez que diminui o preço do combustível, na bomba, no final, ele não diminuir.”

O presidente, então, clamou por “ajuda do Congresso” para mudar a fórmula de taxação. “Estou pedindo algo de anormal, querendo interferir em uma estatal? Ou querendo transparência?”, indagou.

O discurso teve implicações imediatas sobre as ações da Petrobras. Os papéis ordinários da empresa (ON, com direito a voto em assembleias) chegaram a subir 1,56% pela manhã. Porém, desaceleraram a alta para 0,46%. Já as ações preferenciais (PN, conferem preferência por dividendo), fecharam em queda de 0,08%, após terem subido 1,33% durante o dia.

O dólar à vista, por sua vez, fechou em alta de 0,74% em relação ao real, na contramão do que ocorreu em comparação a moedas do mundo todo. A divisa americana fechou o dia valendo R\$ 5,6404.

Do Paraná, Bolsonaro voou para São Paulo, onde teria um jantar com empresários. A intenção dos executivos era focar no que o setor privado acha que é consenso no mercado: aceleração da vacinação e aprovação de pautas econômicas mais factíveis à realidade atual.

Ao **Valor** o empresário Flávio Rocha, dono da Riachuelo, disse que não é hora de insistir em pautas ideológicas. “Queremos encorajá-lo a levar adiante a aprovação da reforma administrativa mais ousada, privatizações e na melhoria do ambiente de negócios.”

Rocha é um dos empresários apoiadores de Bolsonaro e tem livre trânsito em Brasília. Nos últimos meses, organizou vários encontros em sua casa para dar apoio ao atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Um dos defensores da reforma tributária, Rocha acredita que essa pauta não deverá passar este ano. “Não é consenso.”

Para ele, as pautas ideológicas defendidas pelo presidente, como armamento da população e ensino doméstico, não são prioridade neste momento.

No jantar, organizado por Washington Cinel (dono da empresa de segurança Gocil), também estariam o banqueiro André Esteves, fundador do BTG Pactual, Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do conselho de administração do Bradesco, Cândido Pinheiro, da Hapvida, Carlos Sanchez (farmacêutica EMS), João Apolinário (Polishop), Cláudio Lottenberg (Albert Einstein).

Segundo Rocha, três pesos-pesados confirmaram presença no evento: José Isaac Peres (Multiplan), David Safra (Banco Safra) e Rubens Ometto (Cosan).

Boa parte não faz parte da extensa lista de economistas, banqueiros e industriais que foram signatários à carta-aberta cobrando do governo federal medidas efetivas de combate à pandemia.

“Mas há um consenso do setor privado, inclusive dos signatários da carta, de que o governo tem de focar saúde e na agenda econômica”, disse Rocha, que não assinou o documento.

Bolsonaro vê falta de humanidade em governantes

Presidente critica lockdown e cita tratamentos sem eficácia

Por **Matheus Schuch e Fabio Murakawa** — De Brasília

08/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O presidente Jair Bolsonaro voltou a criticar, ontem, o esforço de governadores e prefeitos para diminuir o ritmo de transmissibilidade do coronavírus, que já matou 340 mil pessoas no país. Embora tenha sido orientado a evitar polêmicas e priorizar discursos favoráveis à vacinação, o presidente aproveitou um roteiro de viagens pela região Sul para condenar medidas adotadas na maioria dos países desenvolvidos e utilizou a África como exemplo de sucesso no combate ao vírus, com uso de medicamentos sem comprovação científica.

Bolsonaro não saía de Brasília havia pouco mais de um mês. Pressionado diante da escalada de mortes e internações por covid, com filas por leitos de UTI no país, aceitou colocar um médico no comando do Ministério da Saúde, o cardiologista Marcelo Queiroga, e cedeu à pressão para dividir a gestão da crise com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, por meio de um comitê de crise. O colegiado não tem um calendário de reuniões já preparado e divulgado.

Os discursos de “união nacional” para vencer o vírus, porém, duraram menos de duas semanas. “Lamentamos as mortes, é como num campo de batalha; mas se nada fizermos seremos derrotados. Nós temos que unir forças para vencer este inimigo [covid], não podemos ficar em casa ad eternum. Nossa liberdade vale mais

que nossa própria vida”, afirmou o presidente durante lançamento do “Centro Avançado de Tratamento de Covid”, em Chapecó (SC).

Bolsonaro foi a cidade catarinense em sinal de prestígio ao prefeito João Rodrigues (PSD), que nos últimos dias tem sido um dos poucos gestores a seguirem a linha de Bolsonaro na pandemia. O prefeito tem dito que o tratamento precoce contra a doença fez despencarem os óbitos na cidade. Porém, segundo dados da Secretaria de Saúde do próprio município, o número de mortes pela doença quase quadruplicou na comparação entre janeiro e abril de 2021. No primeiro dia do ano, havia registro de 123 mortes. Ontem, eram 544.

Mesmo diante de novos recordes de mortes - na terça, o país registrou mais de 4 mil óbitos em 24h -, o presidente continua contrário às medidas de restrição de circulação, adotadas nos países desenvolvidos para conter o avanço do vírus.

“Não vai ter lockdown nacional; nosso Exército não vai à rua para manter o povo dentro de casa”, bradou Bolsonaro. “Não vamos aceitar o lockdown, este vírus veio para ficar, vai ficar a vida toda. Quem abre mão de um milímetro de sua liberdade em troca de segurança, está condenado no futuro a não ter segurança e liberdade.”

Enquanto a maioria dos líderes políticos e inclusive membros do governo, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendem que o país somente sairá da crise após vacinação em massa, Bolsonaro não citou durante o pronunciamento o programa de imunização. O presidente comparou o uso de medicamentos sem comprovação que “deram certo” nos períodos em que se combatiam a lepra e o HIV e sugeriu que o vírus não avançou na África devido ao tratamento precoce.

“Na África só tem ivermectina e hidroxicloroquina, procurem saber o que acontece com aquele povo no tocante à covid. Não vou entrar em detalhes para não me chamarem de terraplanista e negacionista”, argumentou.

Na fala, que durou quase meia hora, o presidente ainda citou a disputa do ano que vem e garantiu que a postura adotada no combate à pandemia não tem interesses eleitorais.

“Eu acho que sou o único líder mundial que apanha isoladamente. O mais fácil é ficar do lado da massa, da grande maioria; se evita problemas e não é acusado de genocida”, afirmou. “Tô me lixando para 2022, vai ter uma pancada de candidatos aí, seria muito mais fácil se acomodar.”

Horas depois, em Foz do Iguaçu (PR), o presidente fez dois discursos. Na inauguração da nova pista do aeroporto da cidade, disse que “está faltando humanidade” a governadores e prefeitos na gestão da pandemia, na esteira de novas críticas às medidas de restrição de atividades.

“Todo homem que trabalha, toda atividade que ele exerce para levar o pão para casa é essencial. Está faltando um pouco de humanidade por parte de governadores e prefeitos nesta questão da pandemia”, opinou.

Por fim, na cerimônia de posse do novo diretor brasileiro de Itaipu, João Francisco Ferreira, o presidente justificou que em qualquer país morre gente e que no Brasil há movimentos não para derrotar o vírus, e sim para derrubá-lo do cargo: “Todos nós somos responsáveis pelo que acontece no Brasil. Qual país do mundo não morre gente? Infelizmente, morre em qualquer lugar”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Milionária De 22 Anos De São Paulo Vazou Seu Esquema De Ganhos!

HAPPY & PROSPEROUS

Ver Mais

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Redonda...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Berço 3 em 1 Curvo Mali (com Colchão Mini-Berço) – Branco Fosco

R\$ 1.448,88

ABRACADABRA

Clique

LINK PATROCINADO

Conjunto 02 Poltronas Opala Amarelo Suede - HOME SWEET INTERIORES

R\$ 389,40

SHOPTIME

COMPRAR

Carf afasta cobrança de 35% de IRRF

Decisão é precedente para autuações fiscais geradas com a Operação Lava-Jato

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

08/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Um hotel conseguiu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastar a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre pagamentos a prestadores de serviços considerados irregulares pela Receita Federal - sem comprovação de finalidade ou da execução. A decisão é a primeira favorável ao contribuinte após o fim do voto de qualidade e chama a atenção por envolver tese também usada contra autuações geradas com a Operação Lava-Jato.

A Receita costuma autuar e cobrar 35% de IRRF quando entende que não existem provas sobre a alegada prestação de serviços, ainda que se declare o destinatário do pagamento. Essa cobrança está fundamentada no artigo 61 da Lei nº 8.981, de 1995.

Por meio desse dispositivo, a Receita Federal tem cobrado tributos inclusive sobre propinas pagas na Operação Lava-Jato. Até então, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vinha vencendo a discussão. De acordo com o órgão, todos os julgamentos foram favoráveis, “ainda que parcialmente”. Cobra-se tributos que deixaram de ser pagos, dentre outros motivos, em razão de informações e valores falsos ou inexistentes declarados ao Fisco.

O caso julgado no Carf é de um hotel do interior do Rio de Janeiro, que não foi alvo da operação. A autuação é referente a fatos que ocorreram entre 2001 e 2002 e tem valor de R\$ 208 mil, incluídos principal, multa de ofício de 75% e juros de mora.

No caso, a Polícia Federal pediu justificativa, com documentos hábeis e idôneos, de 103 pagamentos efetuados por meio de transferências entre contas e cheques, informando a que fins se destinaram. O hotel apresentou 57 cheques com destinação e finalidade comprovadas, além de 11 cartas para requerer de terceiros documentação para comprovar as operações. Contudo, segundo a fiscalização, em alguns casos o hotel não teria comprovado a finalidade da transferência.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) no Rio de Janeiro julgou procedente o lançamento da Receita. No Carf, o caso foi analisado na 1ª Seção da 2ª Câmara da 1ª Turma. Como o julgamento ficou empatado, foi aplicado o novo artigo

28 da Lei nº 13.988, de 2020. O dispositivo garante vitória ao contribuinte em caso de empate.

Prevaleceu no julgamento o voto da conselheira Gisele Barra Bossa, representante dos contribuintes. Para ela, somente estão sujeitos à incidência de 35% de IRRF os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a beneficiário não identificado.

De acordo com ela, com a identificação dos beneficiários é possível rastrear os pagamentos, “de forma a permitir que a autoridade fiscal averigüe se os receptores declararam corretamente tais pagamentos e se os valores foram oferecidos à tributação, atuando eventual omissão de receitas”.

Esse tratamento, acrescenta a conselheira em seu voto (processo nº 17883.000059/2006-4), deve ser dado independentemente da causa do pagamento ser lícita ou ilícita. “Ressalte-se que, o racional técnico da presente decisão não pretende trabalhar a licitude ou ilicitude da causa (até por ser irrelevante), mas mostrar que a interpretação pretendida pelo Fisco claramente implica em bitributação econômica, o que é vedado à luz do artigo 3º, do CTN [Código Tributário Nacional].”

A decisão é importante, de acordo com o advogado tributarista Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, porque vai na linha de defesa dos contribuintes nesses casos, inclusive das autuações da Lava-Jato. Para ele, não se pode cobrar o IRRF quando o beneficiário é identificado. “Até porque isso seria mais uma penalidade”, diz. “Nesses casos, a fiscalização deve ir atrás do beneficiário para ver se houve o recolhimento do tributo.”

Essa decisão pode servir de paradigma e a discussão poderá subir para a Câmara Superior, segundo o advogado Diego Miguita, sócio do VBSO Advogados, que atua em casos que tratam da Lava-Jato. “De fato é um importante precedente, que pode vir a ser aplicado nos casos da Lava-Jato que ainda não foram julgados, quando existe a identificação do beneficiário”, afirma.

A decisão, para o advogado Reinaldo Ravelli, sócio da área tributária do Trench Rossi Watanabe, “é a mais acertada”. “Não se pode exigir tributação da fonte pagadora e

do beneficiário, para não ocorrer a chamada bitributação”, diz. “Nesses casos, fica claro que o Fisco deve ir atrás do beneficiário.”

Ravelli chama atenção que a decisão favorável ao hotel ressalta que a própria Lei 8.981, de 1995, não criou distinções sobre origem lícita ou ilícita. Por isso, afirma, esse aspecto não poderia ser levado em consideração.

Em nota, a PGFN afirma que, “segundo a jurisprudência do Carf, o lançamento de IRRF com base no artigo 61 da Lei nº 8.981/95 é devido nos casos em que o sujeito passivo não comprovar a efetividade da operação e a causa do pagamento, ainda que haja a identificação formal do beneficiário”. O órgão citou pelo menos 11 acórdãos favoráveis (entre eles, o de nº 1201-003.614) e informou que vai interpor recurso.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Na toada da piora da pandemia, primeiro trimestre é de perdas no mercado

VALOR INVESTE

Banco do Brasil, Petrobras, Equatorial, M. Dias Branco, Enauta e mais: veja destaques de empresas

VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: Brasil registra quase 4 mil mortes em um dia e ministro da Saúde pede que população evite aglomerações na Semana Santa



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Dólar opera em baixa com exterior; cena política merece atenção

Juros futuros registram em sua maioria leve queda nesta jornada

Economia negocia duração de programas emergenciais

Reedição de benefícios depende de mudanças na LDO

Por Lu Aiko Otta, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro — De Brasília

08/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A área econômica pretende negociar com o Senado o encurtamento do prazo de duração dos programas emergenciais de combate aos efeitos da pandemia que estão na proposta elaborada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC). A proposta reedita até o fim deste ano programas como o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) e o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac). Sua votação estava prevista para ontem, mas o governo pediu uma semana de prazo para calcular o impacto desses programas e alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021.

Em vez de se estenderem até o dia 31 de dezembro de 2021, os programas poderão ter um prazo menor, ainda a ser negociado. Pode haver uma cláusula que permita prorrogá-los, caso os efeitos da pandemia persistam. Essa ideia conta com a boa vontade do Senado, onde se reconhece que o avanço da vacinação pode permitir a retomada da normalidade na economia em alguns meses. “O programa de estímulo ao emprego tem que ser do mesmo tamanho que o do ano passado, mas podemos encurtar sua vigência até setembro, quando se imagina que a vacinação estará mais avançada”, disse uma fonte.

Para que os programas sejam retomados, porém, é preciso que a LDO seja alterada. Essa lei constitui hoje o principal obstáculo jurídico à reedição dos programas.

Determina que programas novos, ainda que temporários, precisam ser financiados com cortes de outras despesas ou criação de novas receitas.

O governo enviou ao Congresso, na noite da terça-feira, um projeto de lei que dispensa essas compensações. De acordo com o Planalto, tal alteração não afeta o teto de gastos, nem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, a aprovação desse projeto de lei passou a ser o primeiro passo para a reedição de programas como o BEm, o Pronampe e outros programas de crédito que estão no projeto de Esperidião Amin. Há pressa tanto por parte do governo, quanto do Congresso.

O plano é anunciar a retomada dos programas emergenciais assim que a alteração na LDO for aprovada. Não será necessário, ao menos em tese, esperar a sanção do Orçamento de 2021, que ocorrerá até o dia 22 de abril. Será possível editar créditos extraordinários, fora do teto de gastos, para financiar esses programas. O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), sinalizou ontem que fará uma reunião com Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente da Casa, na semana que vem, justamente para deliberar quando os congressistas poderão analisar o PLN e outras matérias que estão pendentes, como os vetos presidenciais. “Há uma expectativa de sessão congressual também com relação ao programa de estímulo ao emprego”, disse.

A dúvida é se a alteração na LDO será capaz de superar o “apagão de canetas” que tomou conta do governo. Técnicos têm receio de autorizar gastos com base em créditos extraordinários e depois serem pessoalmente responsabilizados perante os órgãos de controle, tal como aconteceu nas “pedaladas” do governo Dilma Rousseff.

A iniciativa do Senado em votar a proposta de Amin, reeditando os programas de 2020, é uma reação à lentidão do governo em lançar os programas de apoio.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Redonda...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Salvador: Limite de até 5mil pré aprovado - sem SPC e Serasa

FMI defende mais taxaço sobre ricos e empresas para custear recupera o

O FMI também defendeu as discussões sobre um imposto corporativo mínimo como forma de interromper a corrida para um piso na taxaço de empresas

Por Sérgio Tauhata e Lucas de Vitta — De São Paulo

08/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A taxaço sobre indivíduos de alta renda e corpora es pode ajudar as economias avançadas a levantar recursos para se recuperar da crise da pandemia, afirmou o diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vitor Gaspar, em entrevista coletiva para apresentar as conclusões do relatório Monitor Fiscal.

“Uma op o específica disponível aos formuladores de políticas seria uma contribui o para recupera o da covid-19 que poderia tomar a forma de uma sobretaxa no imposto de renda de indivíduos ou corpora es dado que algumas empresas têm ido bem em termos de valoriza o no mercado de a es”, disse Gaspar. “Há uma oportunidade aqui.”

O FMI também defendeu as discussões sobre um imposto corporativo mínimo como forma de interromper a corrida para um piso na taxaço de empresas, conforme definiu Gaspar.

O diretor do FMI reiterou na coletiva a necessidade de o Brasil manter o apoio à economia durante a fase crítica da pandemia, mas sem desrespeitar o teto de gastos. A  ncora fiscal é considerada importante pela entidade para que o país preserve avanços nos fundamentos econômicos conquistados nos últimos 20 anos.

O relatório Monitor Fiscal estima que a dívida pública bruta do Brasil vai alcançar 98,4% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. “Neste momento, um dos pilares importantes da estrutura fiscal do Brasil é o teto de gastos. A regra deve ser considerada uma âncora a ser valorizada e preservada, mesmo nessas circunstâncias exigentes.”

No ambiente global, o relatório aponta que, em um cenário ideal, onde a pandemia estivesse controlada mais cedo em todos os países no mundo, apenas o crescimento maior geraria mais de US\$ 1 trilhão em receitas adicionais com impostos e taxas nas economias avançadas até 2025. O estudo reforça ainda que um cenário de aceleração da imunização global pouparia “trilhões de dólares em medidas fiscais de suporte”.

No cenário atual, a pandemia tem causado grandes estragos nas contas públicas. De acordo com o fundo, a dívida pública mundial atingiu o nível “sem precedentes” de 97% do PIB global em 2020 e, nos cálculos do órgão, vai se estabilizar em 99% do PIB neste ano.

O déficit médio, na comparação com o PIB agregado, alcançou 11,7% em 2020 para as economias avançadas. No caso dos emergentes, o nível atingiu 9,8% e para as nações de baixa renda, 5,5%. O FMI prevê queda dos déficits fiscais na maioria dos países em 2021.

Também ontem, a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, ressaltou a necessidade de ampliar vacinação contra a covid-19. Segundo ela, encerrar a crise sanitária o quanto antes poderia adicionar quase US\$ 9 trilhões ao PIB global até 2025.

“Política de vacinação é política econômica”, afirmou. “Os cientistas nos deram vacinas em tempo recorde. Os governos devem mostrar o mesmo senso de urgência e colaboração para fornecer vacinas a todos, em todos os lugares.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Pós CIMATEC

... ..

FMI recomenda que Brasil preserve teto de gastos

Instituição elevou projeção da dívida bruta praa 2021 de 92,1% para 98,4% do PIB

Por Lucas de Vitta e Sergio Lamucci — De São Paulo

08/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Brasil deve manter uma política fiscal ágil e flexível para apoiar aqueles que precisam de ajuda, mas é fundamental respeitar o teto de gastos, disse ontem o diretor de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vitor Gaspar.

Em entrevista para comentar o relatório Monitor Fiscal, Gaspar foi questionado sobre o avanço da pandemia no Brasil e sobre as medidas que o governo federal pode adotar para proteger a economia dos efeitos econômicos causados pela covid-19. Gaspar afirmou que os programas implementados em 2020 foram bem-sucedidos em apoiar os mais vulneráveis e a atividade econômica. Ele observou que a dinâmica da covid-19 no passado recente no Brasil foi desfavorável, com forte aumento do número de casos e de mortes. Nesse cenário, é importante uma política fiscal ágil e transparente para dar apoio a que necessita, apontou Gaspar.

O diretor do FMI também apontou os avanços macroeconômicos que o país obteve nos últimos 20 anos, como a adoção de metas de inflação e a independência do Banco Central. No caso das instituições fiscais, porém, há um trabalho ainda em curso, segundo ele. “É extremamente importante que o Brasil continue perseverando nessa direção”, afirmou Gaspar. “Neste momento, um dos pilares importantes da estrutura fiscal do Brasil é o teto de gastos. Ele deve ser considerado uma âncora a ser valorizada e preservada, mesmo em circunstâncias extremamente exigentes”, disse.

No Monitor Fiscal, o FMI elevou a estimativa para a dívida pública brasileira em 2021. Em janeiro, a previsão era que o endividamento bruto atingiria 92,1% do PIB neste ano; agora, a previsão é de que o indicador ficará em 98,4% do PIB. Pela projeção do FMI, o Brasil vai terminar 2021 com o terceiro maior nível de endividamento de um grupo de 38 países emergentes e de renda média, atrás apenas dos 110,7% do PIB de Angola e dos 105,4% do Sri Lanka. A média da dívida dos emergentes deve ficar em 65,1% do PIB em 2021.

Nas estimativas do FMI, o endividamento bruto do Brasil neste ano ficará um pouco abaixo dos 98,9% do PIB registrados em 2020, mas voltará a subir em 2022, para 98,8% do PIB. Para os próximos anos, o FMI espera uma alta moderada, atingindo 101,7% do PIB em 2026 - a previsão mais distante que aparece no Monitor Fiscal. A dívida bruta é um dos principais indicadores de solvência das contas públicas acompanhados por analistas.

O FMI utiliza um critério diferente do das autoridades brasileiras para calcular a dívida bruta. Enquanto o Fundo considera na estimativa os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central (BC), a autoridade monetária do país os exclui. Pelo critério brasileiro, o endividamento bruto do país encerrou 2020 em 89,3% do PIB.

O relatório não explica os motivos para o aumento das estimativas para a dívida bruta brasileira em 2021. O crescimento não tem influência no aumento da projeção do endividamento como proporção do PIB deste ano, uma vez que o FMI promoveu inclusive uma pequena alta na sua previsão para a expansão da economia em 2021, de 3,6% para 3,7%. Já a estimativa para o déficit nominal (que inclui gastos com juros) subiu de 5,9% do PIB em janeiro para 8,3% do PIB agora.

Quanto ao resultado primário, que exclui despesas com juros, o FMI espera que ele volte ao azul apenas em 2026, quando haveria um superávit de 0,3% do PIB. O Fundo projeta um déficit primário de 3,7% do PIB neste ano. Desde 2014, esse indicador está no vermelho.

Conteúdo Publicitário

Medida sobre despesas pode ser inócua

Se a emenda estivesse valendo em 2019, as despesas de quase um terço dos municípios do país teriam superado 95% das receitas correntes

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

08/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O gatilho previsto para conter as despesas correntes estabelecido na Emenda Constitucional 109/2021 pode ser inócuo para boa parte dos municípios. A avaliação é da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Resultado da promulgação da PEC Emergencial, a emenda estabelece que, quando a despesa corrente ultrapassar 95% das receitas correntes, as prefeituras podem acionar gatilhos para contenção de gastos com pessoal, como a restrição à contratação de servidores ou reajustes dos salários.

De acordo com Kleber Castro, consultor da FNP, se a emenda estivesse valendo em 2019, 1.782 cidades - o que significa quase um terço dos municípios do país - teriam superado a marca dos 95% de despesas. Foram considerados, nessa avaliação, o total de despesas e receitas correntes, no critério do empenhado. Castro explica que a aplicação de medidas para conter as despesas de pessoal são facultativas às prefeituras.

“Mas há uma espécie de punição. Quem ultrapassar o gasto e não tomar as medidas restritivas não consegue tomar crédito com garantia da União”, aponta ele. No entanto, grande parte desses municípios que ultrapassaram os gastos em 2019 tem rating C ou D do Tesouro Nacional, o que já os impossibilita de ter aval da União em operações de crédito. “Com isso essa punição seria inócua para grande parte dos

municípios”, avalia. O consultor explica que o levantamento considerou os dados de 2019 por serem de período sem efeitos da pandemia,

Para Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman, a desidratação pela que passou a PEC Emergencial e a discussão atual sobre o Orçamento mostram que em todos os níveis estão se deteriorando as âncoras fiscais. “Está se dobrando a aposta em um desequilíbrio fiscal que levará o país à bancarrota.”

A economista lembra que mecanismos como a eliminação de progressões automáticas caíram do texto da PEC. “Com isso os gestores ficaram sem instrumentos que permitiriam voltar para trás quando se atinge o limite de 95%”, afirma ela.

O fato de a aplicação de gatilhos ser facultativa, acrescenta a economista, já cria uma falta de estímulo. “Mais uma vez não se enfrenta o problema e, como os gestores também não têm ferramentas para resolver a questão, cria-se um ambiente propício a pressões para deslocar esse limite, num debate parecido com o do teto de gastos”, compara.

Giovanna Victor, secretária de Fazenda de Salvador e presidente do fórum da FNP que reúne secretários de Fazenda dos municípios, diz que, dado o perfil de municípios que tendem a ultrapassar o limite de 95%, é possível que a medida dificulte a essas prefeituras sair desse ciclo de desequilíbrio fiscal. Há também, observa a secretária, uma preocupação em relação à evolução de despesas e receitas em 2021. Giovanna destaca que as despesas correntes já estão pressionadas em razão dos gastos com saúde este ano, embora os impactos nas receitas ainda não estejam claros e sejam heterogêneos entre as prefeituras.

Outra questão, aponta Castro, é que o texto não define claramente o conceito de despesa a ser considerado. O limite deve ser calculado com despesa corrente, diz o consultor, mas não se sabe se na fase de empenho, liquidação ou pagamento. Também não está definido se deve haver deduções, como dos recursos do Fundeb. Outro ponto sem clareza é o prazo. A emenda fala em 12 meses, mas não se sabe se o limite deve ser calculado de forma anualizada a cada mês ou no ano fiscal regular.

Se a questão não for acompanhada de uma regulamentação, diz, o risco de cada ente adotar um critério diverso do outro é muito grande.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: Brasil bate marca de 4 mil mortes em um dia pela 1ª vez e Câmara aprova compra de vacinas pelo setor privado

VALOR INVESTE

Aneel adotará IPCA, no lugar de IGP-M, para corrigir débitos de inadimplentes

VALOR INVESTE

Qualicorp anuncia aquisição de carteiras das Unimed's Natal e Barra Mansa

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Allied Tecnologia adia precificação e reduz volume e preço de ações em IPO

Motivo das alterações não foi informado

Economia



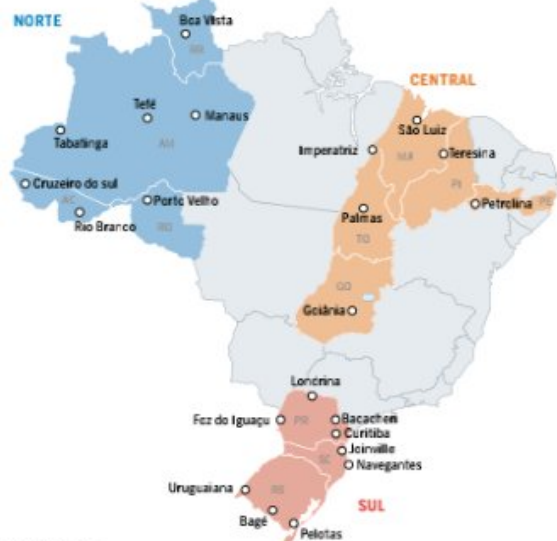
DURANTE DEPOIMENTO

Dono da JJ Invest chora e pede perdão

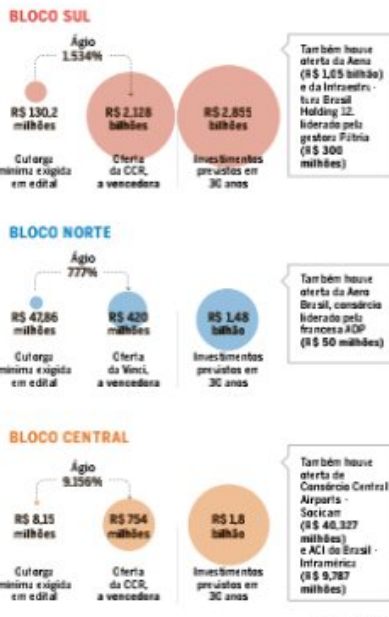
Jonas Jakmnick, que causou perdas a 3 mil investidores, diz que não ficou como dirigente da JJB/30lityf

O QUE FOI CONCEDIDO

22 aeroportos foram leiloados em três blocos por 30 anos; Concessionárias devem investir R\$ 6,1 bilhões em ativos



Fontes: Anac e E3



analistas, neste caso o maior potencial a explorar é o transporte de cargas. A Vinci fez oferta de R\$ 420 milhões, com ágio de 777% em relação à outorga mínima, e vai investir R\$ 1,48 bilhão durante o contrato. A francesa ADP também fez um lance pelo bloco.

O diretor-presidente do Salvador Bahia Airport, Julio Ribas, afirma que a concessionária continua com apetite para investir no setor. Em 2022, o próximo leilão previsto é o dos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont, considerados as joias da coroa ainda sob a gestão da Infraero.

—O valor que oferecemos é tradução imediata do potencial que a gente vê no lote Norte. Quantos países têm uma fronteira com uma área com tanto ainda por explorar de forma sustentável como esses quatro estados? — disse o executivo, que também vê potencial para explorar a conexão em voos do Brasil para América Central, América do Norte e Caribe.

GANHO DE ESCALA

Segundo Rodrigo Campos, sócio do escritório Porto Land, as duas vencedoras mostram que é preciso obter ganho de escala para maximizar o retorno na administração de aeroportos no país.

—Qualquer negócio de concessões, mas de aeroportos em especial, precisa de escala. O grupo CCR estava restrito, no Brasil, a Confin. Não se dá lances desta magnitude sem um lastro de conhecimento consistente. A CCR é líder no Brasil em rodovias e em mobilidade urbana, precisava crescer em aeroportos.

Para Marcelo Valença, da Valisa Business Intelligence, o governo subestimou o preço dos ativos em leilão, o que contribuiu para elevar os ágios.

—Houve mais erro de precificação por parte do governo, que, no desespero de não errar, baixou o preço. Essa malha aeroportuária é importante pois tem pontos logísticos avançados, permite desenvolvimento do transporte de cargas de alto valor agregado, é oportunidade para o comércio.

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Juliano Alcântara Nertman, diz que não houve erro na definição de preço.

—No nosso modelo, o governo coloca suas premissas e estipula lance mínimo, mas os valores pagos têm uma parte diluída ao longo do contrato por meio de uma outorga variável, que vai ser paga todo ano a partir do quinto ano, e sobe até o nono ano, quando se estabiliza — afirmou. — É um modelo que dá ao privado um incentivo para buscar essa agressividade, novas negociações, e o governo participa dos ganhos. É um ganha-ganha. É um modelo sofisticado, não erramos

APOSTA NA INFRAESTRUTURA

DISPUTA COM ÁGIO DE 3.822% Governo arrecada R\$ 3,3 bi em leilão de 22 aeroportos

IVAN MARTINEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@folha.com.br

O governo federal arrecadou R\$ 3,3 bilhões em outorgas com a concessão de 22 aeroportos do país, com ágio médio de 3.822% em relação ao patamar mínimo previsto no edital. O leilão foi realizado em meio à maior crise da história do setor aéreo, afetado pela redução no volume de passageiros em razão da pandemia. Analistas destacaram a disputa pelos lotes — que mencionavam terminais mais modernos com outros considerados menos atraentes para os investidores —, mas avaliam que a União pode ter subestimado o valor dos terminais, alternativa da maior crise da história do setor aeroportuário. Temos de ter ousadia. Muitos deram passos para trás, e que nos torna quase exclusivos, temos que aproveitar o excesso de liquidez lá fora — disse Freitas.

Diante da crise no setor, o governo reduziu os valores de outorga de R\$ 605,7 milhões para R\$ 189,9 milhões. Os vencedores do leilão terão de investir R\$ 6,1 bilhões ao longo dos contratos, que têm duração de 30 anos.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que o resultado superou expectativas, mesmo tendo atraído menos empresas que em certames anteriores. Ele já havia citado que um dos fatores que favoreceriam o leilão era a alta do dólar, que deixa ativos brasileiros mais em conta.

— Diziam que a gente era louco de colocar projetos (em leilão) em meio à pior crise do setor aeroportuário. Temos de ter ousadia. Muitos deram passos para trás, e que nos torna quase exclusivos, temos que aproveitar o excesso de liquidez lá fora — disse Freitas.

destacando que mais importante que o ágio são os investimentos previstos.

O leilão atraiu consórcios formados por operadores estrangeiros e que ainda não atuam no país, mas a concessionária CCR foi a maior vencedora da disputa com lances agressivos. Ela arrematou dois dos três blocos.

A CCR vai administrar o lote Sul, o mais cobiçado por ser considerado de maior potencial turístico, que inclui Curitiba, Navegantes e Foz do Iguaçu. A concessionária fez oferta de R\$ 2,128 bilhões, o que significa ágio de 1.534%. A previsão de investimentos nos nove terminais que compõem o lote é de R\$ 2,85 bilhões. Também fizeram lances a espanhola Aena e o consórcio formado pela gestora de fundos Pátria e o Aeroporto de Houston. A empresa levou ainda o lote

Central, que inclui o terminal de Goiânia. Era considerado o menos promissor entre os lotes, mas a CCR fez oferta de R\$ 754 milhões, o que representa ágio de 9.156%. O investimento previsto ao longo dos 30 anos do contrato é de R\$ 1,8 bilhão. Também fizeram ofertas as concorrentes Inframérica e Socimac.

'RISCOS E POSSIBILIDADES'

De acordo com especialistas, os resultados do leilão mostram que empresas que já administram um terminal no país buscam expandir sua atuação. É o caso da CCR, que tem a concessão do Aeroporto de Confin, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mauro Cauduro, diretor executivo da CCR, avalia que a pandemia deve afetar as receitas apenas nos primeiros anos do contrato:

—O ágio é o reconhecimento dos riscos e das possibilidades de desenvolvimento de negócios do projeto. Esse é um contrato de 30 anos, dos quais os anos iniciais, em função da pandemia que vivemos, pouco explicarão a trajetória de demanda em 30 anos. Sabemos a qualidade profunda que esses ativos têm.

A companhia mantém interesse em ativos previstos para serem concedidos neste ano. Na área rodoviária, o mais importante é a Nova Dutra, administrada pela CCR, cuja concessão acaba este ano. No ramo ferroviário, há o leilão das linhas 8 e 9 da CPTM, em São Paulo.

A francesa Vinci, que já administra o aeroporto de Salvador, foi a vencedora do bloco Norte, formado por sete aeroportos e que tem como principal ativo Manaus. Segundo

ANALÍTICO

Resultado fortalece nome de Tarcísio com Bolsonaro e o mercado

SIMONE

O leilão de 22 aeroportos realizado ontem é uma vitória política do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que insistiu em realizar e certame mesmo diante

da maior crise da história do setor aeroportuário.

É verdade que o leilão foi vencido por duas operadoras que já atuam no país (CCR e Vinci) e que atraiu menos cen-

sórcios do que a rodada anterior de concessão de aeroportos. Mas teve disputa de preços e conseguiu atrair a gestora de fundos Pátria e a operadora francesa ADP, que não controlam terminais no Brasil.

O tempo dirá se os ágios descomunais das propostas vencedoras (que variam de 777% a 9.156%) indicam uma modelagem conservadora demais por parte do governo Bolsonaro ou uma visão muito otimista por parte da CCR e Vinci. Em todo caso, dado o atual cenário do segmento, o

resultado não é pequeno. E Freitas sabe disso.

O ministro e um dos poucos integrantes do atual governo ainda bem avaliados tanto pelo mercado, que o emerga como um bom técnico, quanto pelo presidente Jair Bolsonaro, que o vê como um aliado leal.

Em um cenário de alta polarização e em meio a crescentes críticas da iniciativa privada à desastrosa gestão da pandemia feita por Bolsonaro, Freitas mantém bom trânsito com grandes empresários, o que pode fazer dife-

rença na disputa eleitoral. Um indício disso é que seu nome tem circulado como um bom possível vice na chapa de Bolsonaro em 2022.

Em discursos ao lado do presidente, Freitas costuma ressaltar seu passado como capitão do Exército. Apesar dessa ligação, o ministro participou dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer.

Para além do perfil técnico, portanto, Freitas tem sua dose de pragmatismo, além de explorar bem politicamente suas qualidades. Ainda resta se-

mana, a pasta comandada por ele vai conceder o primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste (Fio) e mais cinco terminais portuários, em uma agenda batizada com estroendo publicitário de Infraweek. Além disso, quer entregar até o primeiro semestre de 2022 ativos da magnitude da Nova Dutra, dos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont, do Porto de Santos e da Ferrogrão. Não é pouco (Ivan Martinez-Vargas)

MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriam.leitao@oglobo.com.br

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Escolhas erradas no pior da crise

Há algo profundamente errado no Orçamento, além de todos os números desencontrados. Os erros são crassos, de todos os lados, e reveladores. Mas a principal falha é que o governo e o Congresso juntos fizeram uma peça em completo divórcio com o país. Os brasileiros estão morrendo, as emergências são dramáticas na saúde e na educação, mas o Orçamento garantiu verba para submarino nuclear e corvetas dos militares, encheu os bolsos dos parlamentares de emendas, reservou verba para os palanques de Bolsonaro. É a prova, mais uma, de um governo alheio a tudo o que é de fato urgente neste pauroso momento brasileiro.

Mesmo se houvesse mais dinheiro para o Ministério da Educação, o risco é o uso errado. O ministro Milton Ribeiro saiu da sua inexistência para ir ao Congresso defender a medieval educação domiciliar, com a socialização das crianças sendo feita nas igrejas, e as verbas para programas essenciais foram cortados. O autor da lei da compra de vacinas pelas empresas queria passar o custo para todos os brasileiros. O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), autor da lei que autoriza o fura-fila na vacinação, queria incluir um dispositivo permitindo que os empresários descontassem no Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Diante das críticas, recolheu sua péssima ideia. Mas é um sinal da distorção na escolha das prioridades dos poderes no Brasil. O ministro Kassio Nunes Marques, ao expedir sua liminar permitindo os cultos no meio desta carnificina que virou o Brasil, mostrou que também o Judiciário pode ser colhido por essa falta de noção que atingiu os poderes no Brasil. Como perguntou o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, em que planeta estão os negacionistas?

O Orçamento é parte dessa mesma confusão de prioridades. Quem entra no emaranhado dos números vê muita coisa errada nos detalhes, de parte do Executivo e do Legislativo. Ninguém pode dizer que não viu a grande

lanbança das contas públicas. No blog ontem contei que houve pedalada para frente e pedalada para trás. O governo superestimou despesa, o relator subestimou. No caso dos gastos da Previdência, o projeto de lei orçamentária previa R\$ 712 bilhões. Isso é, segundo técnicos, pelo menos R\$ 7 bilhões a mais do que o valor que pode ser projetado. O valor correto seria em torno de R\$ 705 bilhões.

Na maior crise do país em um século, Executivo e Legislativo mostram que não entenderam a gravidade do momento

forma da Previdência. Isso é um dos detalhes desse emaranhado numérico. Isso é só um exemplo da torre de babel que se tornou esse Orçamento do ano, com comprovações explícitas de erros de parte a parte.

Em cada escolha, o que se vê é o retrato de um governo com distorção da realidade. O Censo pode até não ser feito neste ano e ficar para 2022. Há uma discussão entre especialistas se faz agora ou no próximo ano com mais segurança. Mas o que é mais importante é se dar conta de que o governo

vem estrangulando o IBGE desde 2019. O previsto inicialmente eram R\$ 3,4 bilhões, o Ministério da Economia mandou cortar R\$ 1 bilhão. A então presidente do IBGE aceitou e reduziu os questionários. Depois cortou mais R\$ 400 milhões e agora acabou praticamente com a dotação. O atual governo briga com números e não vê relevância em estatística. E o Censo será fundamental para trazer os dados com os quais reconstruiremos as políticas públicas.

Neste momento aumentou espantosamente a insegurança alimentar no Brasil. E o governo só neste quarto mês do ano está depositando nas contas digitais da Caixa o auxílio emergencial. Em dezembro, estava claro que seria necessária uma nova rodada do auxílio, mas o Ministério da Economia fez avaliação errada de conjuntura. Achou que o país estava retomando o crescimento, quando estava entrando em nova onda de contágio e mortes.

Depois que consertarem todas as contas do Orçamento da União, com vetos em emendas e um projeto restaurando as despesas obrigatórias, quando resolverem todos os conflitos com as leis fiscais do país, sobrá a questão mais importante: no Brasil, Executivo e Legislativo erram dramaticamente ao definir que prioridades o país deve ter no meio da maior crise em um século.

Orçamento: Congresso nega acordo e ameaça retaliação

Cúpula do Legislativo indica ao governo que veto de Bolsonaro a emendas pode levar a perda de apoio em votações. Impasse gira em torno de R\$ 16 bi. Parecer de área técnica do TCU pede mais informações para julgar texto, mas falta definir relator

MANGEL VENTURA, GERALDA DOCA, BRUNO GÓES, PAULO CAFFARELLI, JOÃO SORIMA NETO
correu @globo.com.br
matéria e foto: M.V.

Em um impasse com o Congresso em torno do Orçamento, o governo foi alertado pela cúpula do Legislativo que, se insistir em vetar todas as emendas parlamentares que inflaram o projeto, pode ter de lidar com uma retaliação: a perda de apoio de líderes em votações de interesse do Palácio do Planalto. O recado foi dado ao ministro-chefe da Casa Civil pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em jantar na terça-feira, segundo fontes.

O governo aposta, desde o início do ano, em uma base parlamentar apoiada no bloco de partidos do centrão para avançar em medidas estratégicas, inclusive a agenda econômica. O plano incluiu o apoio a Lira e Pacheco nas eleições para o comando do Congresso, em fevereiro. Entre as pautas prioritárias, estão projetos para privatizar a Eletrobras e os Correios, além das reformas administrativa e tributária.

O encontro foi mais um capítulo da série de desentendimentos entre parlamenta-

res e o Executivo sobre a proposta orçamentária. Para técnicos da equipe econômica, a manobra que subestimou despesas obrigatórias e inflou o valor de emendas descumprir regras fiscais.

O impasse da véspera continuou após um aguardado parecer da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) não apontar medidas a serem feitas. No documento, o órgão pediu informações ao Ministério da Economia e à Casa Civil e ainda colocou em dúvida qual ministro deveria ser relator do processo: Bruno Dantas, responsável por acompanhar gastos do governo no ano passado; ou Aroldo Cedraz, relator das contas de Jair Bolsonaro em 2021.

LIRA: 'NÃO TEM PROBLEMA'

Os parlamentares deixaram claro na reunião que não aceitam romper o acordo feito com o Planalto para incluir no projeto deste ano R\$ 16,5 bilhões em emendas, valor negociado durante a tramitação da proposta que permitiu a volta do auxílio emergencial. Hoje, esse montante está em R\$ 29,5 bilhões. O plano dos líderes é ceder em R\$ 13 bilhões para fechar acordo.

A equipe econômica de-



Impasse. Nova rodada de negociações para chegar a um acordo sobre o Orçamento deste ano está prevista para hoje

fende o veto dessas emendas para garantir a recomposição dos gastos obrigatórios e evitar que o governo seja acusado de crime de responsabilidade. Nessa estratégia, depois do veto, o governo enviaria um projeto para recompor as despesas do Orçamento e verbas de emendas parlamentares. Ontem, em reunião com Ramos e a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou a posição.

Uma nova rodada de reuniões está prevista para hoje, se-

gundo líderes do Congresso. Nos bastidores, Lira tem dito a interlocutores que Guedes rasgou o acordo firmado durante a tramitação do texto.

Para Lira, o Orçamento não tem falhas técnicas. Segundo ele, é preciso cumprir acordos e, se houver excesso, corrigi-los. Para ele, não há risco de crime de responsabilidade sobre Bolsonaro em caso de sanção do texto, como afirma a equipe econômica.

— Tecnicamente o Orçamento não tem problema. Absolutamente, nem para o presidente (da República),

nem para os órgãos que dele precisam para fazer a política pública se desenvolver no ano de 2021 — disse Lira ontem, antes da sessão na Casa.

De forma reservada, os parlamentares buscam derrubar a tese de crime fiscal caso Bolsonaro sancione o projeto. Eles alegam que isso já teria acontecido, já que teria havido gestão temerária da equipe econômica ao não atualizar parâmetros de inflação e valor do salário mínimo na proposta, o que dificultou as estimativas de gastos com benefícios previdenciários e sociais. Na prática,

parlamentares avaliam que, se há erro em sancionar o Orçamento tal como está, não mandar a mensagem modificativa ao Congresso já seria uma irregularidade.

A linha de defesa do Congresso é que o Orçamento não teve erro na sua forma e que há apenas discordância de mérito. A estratégia é destacar que a competência para aprovar o Orçamento é do Legislativo, que se recusa a ser um mero carimbador dos projetos do Executivo, disse uma fonte.

RUIDO POLÍTICO E INCERTEZA

Enquanto o impasse no Orçamento persiste, o setor produtivo já faz críticas à demora para um acordo. O presidente da Anfavea, associação das montadoras, Luiz Carlos Moraes, mostrou preocupação com a crise do Orçamento, ao divulgar alta de 5,5% na produção de automóveis em março:

— Tem muita gente pensando na eleição de 2022 em Brasília, e isso traz ruído político e incertezas.

Para o executivo, isso afeta a atração de investimento:

— Somos os maiores embaixadores dos investimentos junto às matrizes. Mas fica difícil explicar o que aconteceu com uma coisa básica que é o Orçamento.

Liminar suspende extensão de patente de medicamentos

Decisão do ministro Dias Toffoli vale até plenário do STF julgar o tema

JUAN MARTÍNEZ-VARGAS
E ANDRÉ DE SOUZA
correu @globo.com.br
SIOHALL/REUTERS

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu ontem uma liminar que suspende a validade, para fármacos e equipamentos médicos, de um trecho da lei de patentes que prorroga o pra-

zo de vigência da proteção de invenções no país, em média, por três anos e meio.

A liminar de Toffoli tem caráter provisório, até que o plenário julgue o tema, que estava pautado para esta semana. A liminar ocorre no âmbito de uma ação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2016. O órgão argumenta que o parágrafo da

lei que prorroga a vigência de patentes para compensar a demora do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é inconstitucional.

A liminar de Toffoli tem impacto no acesso da população a medicamentos a preço mais baixo, os genéricos, e pode reduzir o gasto do SUS.

— A decisão do ministro Toffoli tem validade imediata

para medicamentos. Na prática, as patentes que estão em extensão perdem a validade — diz o advogado Marcus Vinícius Viter, do Grupo Farma Brasil, entidade que reúne laboratórios nacionais, grandes fabricantes de genéricos que se beneficiam com a medida.

Hoje, 46,6% das patentes vigentes no país estão amparadas no dispositivo que prorroga o prazo de concessão, segundo dados do INPI compilados pelo escritório de advocacia Licks, que atua no processo representando entidades contrárias à tese da PGR. Se houver mudança na lei, setores como o de telecomunicações, a indústria eletroeletrônica e o

agronegócio também podem ser afetados.

Pela lei atual, patentes de invenções têm duração de 20 anos, contados a partir da data em que o pedido de proteção é registrado no INPI. O parágrafo único do artigo 40, porém, prevê que a vigência da patente, ou seja, o prazo a partir da concessão do instituto, não pode ser inferior a dez anos.

A burocracia do INPI pode demorar mais uma década. Para garantir que a vigência da patente tenha no mínimo dez anos, o período de proteção das invenções acaba sendo prorrogado.

A favor da tese da PGR estão laboratórios nacionais que produzem genéricos,

além de ex-ministros da Saúde. Contrários à mudança estão, entre outras, farmacêuticas e multinacionais de insumos agroindustriais.

Toffoli acatou pedido de liminar feito pela PGR em março. Para o ministro, "na situação específica das patentes de uso em saúde, o interesse social milita em favor da plena e imediata superação da norma questionada (pela PGR)".

O ministro deu um ano para que o INPI contrate servidores para "compor quadro de pessoal adequado" à demanda do órgão. Toffoli citou auditoria do Tribunal de Contas da União segundo a qual o Brasil leva mais tempo que a média mundial para conceder patente.

Bolsonaro diz que reajuste do gás 'é inadmissível'

'Não vou interferir. Mas podemos mudar essa política de preços lá', afirmou o presidente, após aumento de 39% anunciado pela Petrobras. Declaração prejudicou o desempenho das ações da estatal na Bolsa

GUILHERME CAETANO
guilherme.caetano@globo.com.br
SÍMONE CASO

Em visita a Foz do Iguaçu (PR) na tarde de ontem, o presidente Jair Bolsonaro chamou de "inadmissível" o aumento de 39% no preço do gás natural para as distribuidoras, anunciado segunda-feira pela Petrobras. Ele afirmou que não vai interferir na empresa, mas que "pode mudar essa política de preços".

— Uma empresa, mais do que transparência, tem que ter previsibilidade. É inadmissível se anunciar agora, o velho presidente ainda, um reajuste de 39% no gás. É inadmissível. Que contratos foram esses? Que acordos foram esses? Foram feitos pensando no Brasil? Não vou interferir. Mas podemos mudar essa política de preços lá.

O reajuste será repassado ao consumidor final, embora não na mesma proporção, segundo a associação que reúne as distribuidoras. O aumento não afeta o gás li-

quefeito de petróleo (GLP), o chamado gás de cozinha, que subiu 5% no sábado e já acumula alta de 22,7% em 2021, mas impacta o GNV e o gás encaixado que chega às casas e às indústrias.

A declaração reforçou no mercado a percepção de intervenção do presidente nas estatais e prejudicou o desempenho das ações da Petrobras no fim do pregão na Bolsa. Os papéis, que chegaram a ter valorização de mais de 1%, fecharam com alta de 0,46% (ordinários, com direito a voto) e com queda de 0,08% (preferenciais, sem direito a voto).

TROCA DE COMANDO

Insatisfeito com a política de preços dos combustíveis da estatal, que seguem as oscilações de câmbio e a cotação internacional, Bolsonaro demitiu o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em fevereiro.

O general Joaquim Silva e Luna, que está há dois anos e



Vagem a Foz do Iguaçu. Jair Bolsonaro participou ontem de evento na Itaipu Binacional, que tem novo presidente

três meses no comando da Itaipu Binacional, substituirá Castello Branco. O riteiro, a cerimônia em Foz do Iguaçu teve a presença de Bolsonaro foi realizada justamente para empossar o sucessor de Silva e

Luna no cargo, o também general João Francisco Ferreira. Bolsonaro defendeu a previsibilidade na política de preços da Petrobras, mas não explicou como deve garanti-la: — Mandeí um projeto de

lei para a Câmara há poucas semanas. (Queremos) cumprir uma emenda constitucional de 2001, que fala do valor do ICMS em todo o Brasil. ICMS da gasolina, do álcool, do diesel, do gás.

O que queremos é transparência. Vocês (consumidores) têm que saber quanto o governo federal arrecada de imposto em cada combustível e quanto os governadores arrecadam nos mesmos combustíveis. Isso é pedir muito?

Na opinião do presidente, pedir transparência não é interferir na empresa:

— Não pode toda vez que sobre o preço do combustível mais alguns centavos, esses centavos serem multiplicados na ponta da linha pela voracidade da arrecadação de imposto. Não pode toda vez que diminui o preço do combustível, na bomba não diminuir. Estou pedindo algo de anormal? Estou querendo interferir numa estatal ou estou querendo transparência dessa estatal?

A assembleia de acionistas da Petrobras que deve confirmar Silva e Luna como novo presidente está marcada para segunda-feira. (Colaborou Vitor da Costa)

Governo promete a empresários esforço de vacinação

Durante jantar, grupo de ao menos 20 representantes do setor produtivo cobra imunização, ação contra crise e reformas

HENRIQUE GOMES BATISTA
E JOÃO SOBRINHO NETO
henrique.gomes@globo.com.br
SÍMONE CASO

O presidente Jair Bolsonaro se reuniu ontem à noite com um grupo de pelo menos 20 empresários na casa de Washington Cinel, dono da empresa Gocil, do setor de segurança, no bairro Jardins, em São Paulo. Segundo alguns dos participantes, os empresários demonstraram preocupação com a vacinação da população e a crise econômica atravessada pelo país, e voltaram a cobrar reformas. O governo, por outro lado, teria se comprometido com um es-

forço pela imunização.

Segundo os presentes ao jantar, o presidente disse acreditar que o Congresso vai aprovar as reformas enviadas pelo governo. E repetiu algumas vezes que a pandemia não pode levar o país à miséria total.

Para o encontro, Bolsonaro levou alguns dos principais nomes de seu governo. Estiveram presentes os ministros das Comunicações, Fábio Faria, da Economia, Paulo Guedes, da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e da Saúde, Marcelo Queiroga, além do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Na saída do jantar, Faria sa-

lientou que tem dúvidas sobre a duração das medidas de isolamento propostas por governadores e prefeitos. Embora a restrição de circulação seja indicada por cientistas como forma de frear a disseminação do vírus, ela vem sendo criticada diariamente por Bolsonaro.

— Os empresários demonstraram preocupação muito grande com o desemprego. Essas medidas de restrição... Temos que tomar cuidado — disse Faria, que conversou com jornalistas na saída do encontro.

Empresários ouvidos pelo GLOBO disseram que os inte-

grantes do governo deixaram claro que estão fazendo o possível para dar agilidade à campanha de vacinação. Queiroga falou, durante o jantar, sobre o imunizante feito pelo Instituto Butantan, mas também garantiu que espera entregas de vacinas da Fiocruz, da Covax Facility, a coalizão do CMS, e da Sputnik V.

O discurso adotado pelo governo é diferente do que vinha sendo propagado por Bolsonaro até o início do ano, quando chegou a chamar a CoronaVac de "vacina chinesa do (João) Dória" e a ironizar os possíveis efeitos colaterais dos imunizantes

já em uso no mundo.

— O empresariado está trabalhando junto conosco para modernizar o sistema de saúde — afirmou Queiroga ao deixar a casa de Cinel.

Assim como outros ministros que falaram ao final, Queiroga usava máscara. Mesmo assim, Bolsonaro teria elogiado o "tratamento imediato" de Chapeçó, embora a cidade esteja com UTIs lotadas.

Apesar das preocupações, o tom do encontro não foi de cobrança. O que mais agradou aos empresários foi a defesa da austeridade fiscal feita por Campos Neto.

Entre os empresários que

pediram a palavra no encontro, estavam Claudio Lottenberg, do Hospital Albert Einstein; André Esteves, do BTG; e Alberto Saraiva, do Habiús. O presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, teria destacado, segundo relato de participantes do jantar, que os bancos ajudaram como puderam nos piores momentos da crise com a liberação de crédito tanto para pequenas empresas como para pessoas físicas.

A organização do jantar planejou uma forma de acomodar os mais de 20 convidados e a comitiva do presidente em duas grandes mesas. Celulares não foram permitidos durante o encontro, que durou 2h30m. O cerimonial pediu que os aparelhos fossem deixados na entrada da casa, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Congresso pode votar hoje projeto que destrava reedição da MP 936

Medida seria executada sem apresentação de compensação para a despesa

GERALDA DOCA
geralda.doca@globo.com.br
SÍMONE CASO

O projeto que flexibiliza a lei orçamentária para destravar o programa de manutenção de empregos deve ser votado pelo Congresso ainda nesta semana. A tramitação acelerada da proposta,

anunciada na noite de terça-feira pelo Palácio do Planalto, está sendo negociada por lideranças do governo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A expectativa é que ele convoque uma sessão conjunta da Câmara e do Senado hoje.

O governo tem pressa por-

que depende da aprovação do projeto para reeditar a medida provisória (MP) 936 que vigorou no ano passado e autorizou acordos de redução de jornadas e salários e suspensão dos contratos, com contrapartida da União para ajudar a complementar a renda dos trabalhadores.

Com o agravamento da pandemia e das medidas restritivas para conter o avanço da doença, as empresas estão com dificuldades de pagar salários e manter os empregados.

O projeto altera dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a fim de permitir a execução de projetos com duração específica no ano corrente. Com a mudança, não será necessária a apresentação de medida compensatória para fazer frente à despesa.

Além do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BÊM), o governo quer renovar a linha de crédito em condições facilitadas para micro e pequenas empresas (Pronampe).

O envio do projeto pelo Executivo ao Congresso fez com que o Senado retirasse da pauta de votação ontem outra proposta para renovar o programa de manutenção de emprego.

Contudo, o relator do projeto, senador Carlos Viana (PSD-MG), disse que o parecer será votado pela Casa na terça-feira, ainda que o governo edite a MP e renove o BÊM.

REDUÇÃO DA VALIDADE

Para evitar problemas com o Executivo, o relator comunicou à equipe econômica que vai fazer ajustes no parecer e

encurtar o período de validade do programa para quatro meses, podendo ser prorrogados por mais quatro meses por decreto, caso o governo considere necessário. Inicialmente, o prazo era até 31 de dezembro.

Sendo aprovado pelo Senado, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados, e as ideias contidas nele poderão ser incorporadas na MP do governo, na forma de emendas, explicou o relator.

A proposta do Senado é mais ampla e renova também o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que permite aos empreendedores antecipar recebíveis via maquininhas

Receita diz que baixa renda não compra livro e defende taxa

Presidente do Sindicato dos Editores classifica estudo do Fisco de enviesado e afirma que preço médio caiu 40% após isenção

ELLIANE OLIVEIRA E CÁSSIA ALMEIDA
econ.omnia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

A Receita Federal apontou o baixo índice de leitura por famílias de baixa renda para justificar o fim da isenção sobre livros, prevista na proposta de reforma tributária do governo. Segundo o Fisco, a desoneração conquistada pelo setor em 2004 não levou à redução do preço e ao aumento do consumo.

As justificativas estão no documento "Perguntas e respostas" sobre a Contribuição de Bens e Serviços (CBS), tributo elaborado pela equipe econômica resultado da fusão entre PIS e Cofins, com alíquota de 12%. O projeto está parado no Congresso.

A Receita cita dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2019, que mostram que famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e que a maior parte desses livros é consumido pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos.

'ACHO LAMENTÁVEL'

Segundo a pesquisa do IBGE, domicílios com rendimento de até dois pisos nacionais gastavam, em média, R\$ 0,81 por mês com livros, o equivalente a 0,1% do total de gastos da família. Entre os que ganham mais de dez salários, o valor absoluto sobe para R\$ 14,95, mas representa 0,2% do total das despesas.

Até 2004, a venda de livros e do papel destinado à sua impressão eram isentos de impostos, mas o benefício fiscal não se estendia às contribuições para a seguridade social. Naquele ano a isenção legal foi concedida para PIS/Pasep e Cofins. O Fisco argumenta não haver indícios de que a medida é eficiente.

"Não existem avaliações que indiquem que houve redução do preço dos livros após a concessão da isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. Não foi identificada nem correlação entre uma coisa e outra, tampouco relação de causalidade entre a redução das contribuições e eventual redução do preço dos livros", diz trecho do documento.



Livros. Segundo o Fisco, gasto dos mais pobres é de 0,1%, e dos ricos, de 0,2%

Segundo a Receita, na elaboração da CBS, é verificado se há benefício para a sociedade, como redução dos preços e estímulo ao consumo. Mas também ganha importância

qual camada da população seria contemplada. "Na CBS, todos os benefícios fiscais e tratamentos diferenciados foram revistos com o objetivo de avaliar sua efetividade."

O presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), Marcos da Veiga Pereira, criticou o Fisco:

— Eu acho lamentável. Fiquei surpreso, porque no ano passado tivemos um superdebate com o Ministério da Economia, inclusive sobre esse estudo da Receita, que, no meu entender, foi meio enviesado. O livro tem que ser para todo mundo. Está errado dizer que é para rico. A Receita quer justificar um projeto bastante equivocado com esse tipo de argumento. Não pode ter esse viés, não pode pensar assim.

Ele citou a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, que apontou queda de 40% no preço médio dos livros entre 2004 e 2019. E mostrou ceticismo quanto à destinação na CBS:

— Não acredito nesta promessa. O Brasil nunca investiu efetivamente em cultura e educação.

Biden defende aumento de impostos para empresas

'Estou farto de ver pessoas comuns sendo roubadas', diz americano; plano, porém, esvazia imposto global mínimo sobre multinacionais

WASHINGTON

O governo de Joe Biden revelou ontem detalhes de sua proposta de reforma tributária, que inclui aumentos dos impostos das empresas, com o objetivo de ajudar a financiar a agenda econômica da Casa Branca. O plano, descrito em um relatório do Departamento de Tesouro, esvazia, no entanto, a proposta de um imposto mínimo global, ao aplicar essa taxa a menos de 50 corporações multinacionais.

Biden defendeu o plano em um discurso no qual questionou os aumentos de impostos e disse que está "farto de ver pessoas comuns sendo roubadas". Ele afirmou estar disposto a discutir as melhores formas de financiamento do pacote de infraestrutura de US\$ 2,3 trilhões apresentado na semana passada, mas ressaltou que sua aprovação pelo Congresso é "inevitável".

— Não estamos abertos a não fazer nada. A inação sim-

plesmente não é uma opção.

O democrata disse que nenhum americano que ganhe menos de US\$ 400 mil anuais pagará mais taxas. Ele justificou o aumento de impostos para as empresas chamando a atenção para o fato de que eles permanecerão em patamar inferior à alíquota cobrada até 2016. Em 2017, o então presidente Donald Trump diminuiu os impostos corporativos de 35% para 21%. A nova proposta os fixa em 28%

— Todos concordamos há

cinco anos que deveriam cair para 28%, mas eles [os republicanos] os reduziram para 21%. Vamos aumentá-los novamente para 28%. Ninguém pode reclamar disso — disse Biden. — Onde estava a indignação na época? Não estou tentando punir ninguém, mas, droga, talvez seja porque venho de um bairro de classe média, estou farto de ver pessoas comuns sendo roubadas.

Prevê-se que os aumentos de impostos, se aprovados, gerem uma receita de US\$ 2,5 tri-

lhões em 15 anos — cerca de 10% a mais do que o custo do plano de infraestrutura, descrito pelo governo como o maior investimento para a criação de empregos desde a Segunda Guerra Mundial.

O plano também reprime a capacidade de grandes corporações de transferir lucros entre países em seus balanços em busca de impostos mais baixos. O financiamento do pacote inclui um novo imposto mínimo global e penalidades severas para empresas

que tentarem transferir lucros dos EUA para paraísos fiscais. Essas empresas não seriam mais capazes de usar incentivos fiscais para eliminar completamente seus impostos federais e teriam que pagar pelo menos 15% sobre o lucro reportado em suas demonstrações financeiras, conhecido como lucro contábil.

A proposta dessa taxa, no entanto, foi esvaziada no plano do Departamento do Tesouro. Agora, ela se aplicaria apenas a empresas que faturam pelo menos US\$ 2 bilhões anuais, em vez de um piso de US\$ 100 milhões, como estava previsto no plano tributário da campanha de Biden. Cerca de 45 empresas pagariam o novo imposto, informou o relatório.